

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLÍTICA DA JUVENTUDE
BRASILEIRA: UMA PERCEPÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE**

TESE DE DOUTORADO

Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha

Porto Alegre, 2011

CIP - Catalogação na Publicação

Cunha, Patrícia Rodrigues Chaves da
Democracia, Participação e Cultura Política da
Juventude Brasileira: uma percepção da política
pública de juventude / Patrícia Rodrigues Chaves da
Cunha. -- 2011.
176 f.

Orientador: César Marcello Baquero Jacome.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,
Porto Alegre, BR-RS, 2011.

1. Cultura Política. 2. Política Pública. 3.
Democracia. 4. Participação. 5. Juventude. I. Jacome,
César Marcello Baquero, orient. II. Título.

**DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLÍTICA DA JUVENTUDE
BRASILEIRA: UMA PERCEPÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE**

**Tese apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Como requisito parcial para a obtenção do título
Doutorado em Ciência Política**

Aprovada em...../...../.....

Prof. PhD. César Marcello Baquero Jacome- Professor Orientador – UFRGS

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González – Professor do PPGCPol/UFRGS

Profa. Dra. Rute Vivian Angelo Baquero – Professora da UNISINOS

Prof. Dr. Hemerson Luis Pase – Professor do DESP/UFPEL

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho quero agradecer profundamente a todos/as aqueles/as que direta ou indiretamente tornaram essa tarefa possível. Em particular:

... ao meu professor orientador PhD. César Marcello Baquero Jacome, por ir além da instrução e me ensinar sobre a vida, por partilhar seu generoso conhecimento, a sua família e sua visão de mundo;

... ao CNPq pela bolsa de estudos concedida e ao povo brasileiro que permite essas ações;

...ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, pela acolhida;

.... as meninas da cópia da Clê que me acompanharam por toda pós-graduação

... ao meu companheiro Romerio Kunrath, pela paciência, amor, contribuições críticas e incentivos constantes, enfim pelo tudo cotidiano, e sua família ;

... aos colegas de turma pelos debates, colaboração, risadas e cafezinhos;

... aos amigos/as Naiara, Elias, Salete, Lorena, Albertinna, Bianca e Simone, e aos integrantes do NUPESAL, além da Profa. Dra. Jussara Prá, pela atenção, incentivo e companheirismo que me mantiveram firme nesta jornada;

... a minha família, pais, irmãs, tios/as e sobrinhos/as pelo amor incondicional, as orações e a força constantes, ao meu Tio Chico, ao Flávio e Regina Ribeiro, que permitiram o início da jornada ante e durante a graduação, por isso nunca esquecidos; eles/as permitiram todas as nossas conquistas;

... aos amigos e professores Cleber Martins e Rosana Campos, pelo apoio constante, pela luz do conhecimento compartilhado, através da leitura atenta do trabalho e pelas contribuições ao tratamento dos dados, sem os quais o trabalho não existiria.

RESUMO

A Política Nacional de Juventude tem proposto a criação de políticas públicas calcadas nas concepções alternativas de democracia. Dessa forma, o problema posto para investigação é: as políticas públicas de juventude devem ser respostas eficientes para resolução ou amenização de demandas sócio-políticas determinadas que promovam governabilidade, ou devem contemplar uma visão mais ampla da política e promover o exercício cidadão intrínseco à própria política democrática?

O objetivo da tese é analisar a participação política juvenil na construção da cultura política e sua percepção sobre a Política Nacional de Juventude no Brasil. Em uma perspectiva democrática, a pesquisa centra-se na juventude brasileira contemporânea e se caracteriza por um estudo de cultura política, que se alia aos estudos sobre política de juventude – instituições, ações, comportamentos e demandas da categoria em relação ao Estado e reciprocamente. A investigação pretende alcançar os seguintes objetivos específicos, 1) Perceber quais valores culturais e concepções da política têm se estimulado no Brasil; 2) Analisar os tipos e níveis de participação política dos/as jovens brasileiros/as; 3) Verificar a associação entre participação, cultura política e percepção de políticas públicas de Juventude no Brasil.

Dessa maneira, através da metodologia quantitativa, foram analisados dados oriundos de *surveys* aplicados junto a jovens brasileiros/as de 18 a 29 anos, que compõe o banco de dados sobre juventude do IBASE-2008. Tais dados foram analisados através do cruzamento de variáveis, que foram submetidas ao teste qui-quadrado (χ^2), a análise de coeficiente de contingência e análise fatorial.

As conclusões demonstram a tendência dos/as jovens a aprovarem a participação política não convencional. Os resultados obtidos apontam para associação entre participação e tolerância frente às diferenças em três casos de variáveis; nos outros casos testados os resultados obtidos apontam para inexistência de associação. Já os resultados obtidos nos cruzamentos sobre participação política dos/as jovens com a demonstração do conhecimento sobre a existência de projeto do governo direcionado para o/a jovem no país, exibem uma associação significativa entre essas variáveis. Os dados demonstraram, também, que a participação em qualquer instituição, não obrigatoriamente as de conotação política, proporciona maior conhecimento de projetos do governo. Os dados puderam ser separados em dois componentes de fatores, aqueles que se aproximam de uma participação mais

institucional, ligada à noção de participação política, e uma participação mais cultural vinculada à noção de lazer e esporte. Entre esses dois componentes a percepção do/a jovem sobre o governo melhora dentre aqueles que participam em entidades ligadas a recreação e a religião, ou seja, a participação cultural.

O somatório dos fatores observados aponta para confirmação da tese de que: a Política Nacional de Juventude não tem reforçado a ação da sociedade civil na construção de uma política **com** a juventude, mas sim aperfeiçoado mecanismos que permitem o Estado melhorar as repostas dadas aos/as jovens cidadãos/ãs para, assim, melhorar as condições de governabilidade no Brasil.

Palavras-chave: Juventude, Política Públicas, Cultura Política, Participação Política, Democracia

ABSTRACT

The National Youth Policy has been proposing the creation of public policies based on the alternative conceptions of democracy. That way, the research problem to the investigation is: the public policies for youth must be efficient responses to resolution or ease the appointed social-political demands that promote governability, or must contemplate a broader vision of politics and promote the citizen's exercise intrinsic to one's own democratic politics?

The purpose of this thesis is to analyze youth political participation in the construction of political culture and its perception on the National Youth Policy in Brazil. In a democratic perspective, the research focuses on contemporary Brazilian youth and is characterized by a study of political culture, which joins studies on youth policy- institutions, actions, behaviors and demands of the category in relation to the State and reciprocally. The research aims to achieve the following specific objectives: 1) To understand what cultural values and conceptions of politics have been stimulated in Brazil; 2) Analyze the types and levels of political participation of Brazilian youth; 3) to verify the association between participation, political culture and perception of public policies of Youth in Brazil.

Thus, through the quantitative methodology, data from surveys applied to Brazilian youth from 18 to 29 years old, which compose the IBASE-2008 youth database, were analyzed. These data were analyzed through the crossing of variables, which were submitted to the chi-square test (χ^2), the contingency coefficient analysis and factor analysis.

The findings demonstrate the tendency of young people to approve unconventional political participation. The results obtained point to an association between participation and tolerance to differences in three cases of variables; in the other cases tested the results obtained point to no association. On the other hand, the results obtained in the crossings on the political participation of the young people with the demonstration of the knowledge about the political participation of the young people with the demonstration of the knowledge about the existence of a government project directed to the young person in the country, show a significant association between these variables.

The data also showed that participation in any institution, not necessarily those of political connotation, provides greater knowledge of government projects. The data could be separated into two components of factors, those that approach a more institutional

participation in any institution, not necessarily those of political connotation, provides greater knowledge of government projects. The data could be separated into two components of factor, those that approach more institutional participation, linked to the notion of political participation, and a more cultural participation linked to the notion of leisure and sport. Between these two components the youth's perception of the government improves among those who participate in entities linked to recreation and religion, that is, cultural participation.

The sum of the observed factors points to confirmation of the thesis that: the National Youth Policy has not reinforced the action of civil society in the construction of a policy **with** youth, but rather improved mechanisms that allow the State to improve the responses given to the Young citizens to improve the conditions of governability in Brazil.

KEYWORDS: Youth, Public Policy, Political Culture, Political Participation, Democracy

LISTA DE TABELAS

1. Distribuição de Conselho da Juventude por Região do Brasil..... p.107
2. Participação em Sindicato, Associação Profissional de Trabalhadores, ou Desempregados *versus* Deve haver pena de morte..... p. 116
3. Participação em Associação Estudantil, Grêmio, C. A. ou União de Estudantes *versus* Não vejo problemas que um professor (a) homossexual dê aulas a menores de idade.....p.117
4. Participação em Esporte e Recreação *versus* Não vejo problemas que um professor (a) homossexual dê aulas a menores de idade.....p.118
5. Participação em Associação Comunitária, de Moradores, ou Soc. De Amigos do Bairro *versus* Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil? p. 120
6. Participação em Grupo de defesa do Meio Ambiente, ou Ecológico *versus* Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil? p.121
7. Participação em Sindicato, Associação Profissional de Trabalhadores, ou Desempregados *versus* Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?.....p.122
8. Participação em Entidades, ou Grupo em Defesa de Grupos, ou Minorias *versus* Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?..... p.123
9. Participação em Associação Estudantil, Grêmio, C. A. ou União de Estudantes *versus* Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?..... p.124
10. Participação em Esporte e Recreação *versus* No momento atual, você diria que o governo atual..... p.127
11. Participação em Grupo Religioso *versus* No momento atual, você diria que o governo atual..... p.128
12. Participação em Sindicato, Associação Profissional de Trabalhadores, ou Desempregados *versus* No momento atual, você diria que o governo atual..... p.129
13. Participação em Associação ou Movimento Rural (do campo) *versus* No momento atual, você diria que o governo atual.....p.130
14. Participação Institucional..... p.133

LISTA DE QUADROS

1. Quadro de especificações: objetivos, hipóteses e questões.....p.27
2. Ilustração da escala de participação de crianças e adolescentes.....p.78
3. (Novo) ProJovem – Principais mudanças introduzidas em 2007..... p. 104
4. Variáveis da Hipótese 1..... p. 114
5. KMO and Bartlett's Test..... p. 131
6. Análise Fatorial da Participação da Juventude..... p.132

LISTA DE GÁFICOS

1. Composição Geracional dos Conselhos de Juventude..... p. 80
2. Tipos de Conselhos da Juventude em 2008..... p. 108
3. Tipos de Conselhos da Juventude em 2010..... p.108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Interamericano Regional de Desenvolvimento
CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
DF – Distrito Federal
DSP/UFPEL – Departamento de Sociologia e Política/Universidade Federal de Pelotas
ECA – Estatuto da Criança e Adolescente
EUA – Estados Unidos da América
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
GAPI – Grupo de Análise de Políticas de Inovação
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social
MDA- Ministério de Desenvolvimento /AGRÁRIO
MG – Minas Gerais
MST – Movimento dos Sem Terra
OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos
OIJ – Organização Internacional da Juventude
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
ONGs – Organizações Não Governamentais
PC – Participação Cultural
PEC – Proposta de Ementa Constitucional
PI – Participação Institucional
PL – Projeto de Lei
PLC - Projeto de Lei Complementar
PNAD – Plano Nacional por Amostragem de Domicílios
PRADJAL – Programa Regional de Ações para o Desenvolvimento da Juventude na América Latina
ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PPGCPol/UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/Universidade Federal do Rio Grande do Sul
RJ – Rio de Janeiro
SNJ – Secretária Nacional de Juventude
SGPR – Secretária-Geral da Presidência da República
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para Infância
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNICAMP – Universidade de Campinas

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	p.13
	1.1 Democracia, Valores e Cidadania.....	p.13
	1.2 Participação Cidadã e Políticas Públicas.....	p.16
	1.3 Juventude.....	p.19
	1.4 Objetivos.....	p.22
	1.5 Hipóteses.....	p.23
	1.6 Justificativa.....	p.23
	1.7 Procedimentos Metodológicos.....	p.25
	1.8 Organização da Tese.....	p.27
2.	CAPÍTULO 1 – A DEMOCRACIA E SUAS ALTERNATIVAS	p. 29
	2.1 Democracia e Sociedade Civil no Brasil.....	p.29
	2.2 Concepções Alternativas de Democracia.....	p.35
	2.3 A Democracia Participativa.....	p.42
	2.4 A Democracia Deliberativa.....	p.46
	2.5 O Republicanismo Cívico.....	p.50
	2.6 Conclusão.....	p.55
3.	CAPÍTULO 2 – CULTURA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA	p.58
	3.1 Cultura Política.....	p.58
	3.2 Cultura Política e Socialização Política.....	p.59
	3.3 Participação Política da Juventude.....	p.73
	3.4 Conclusão.....	p.81
4.	CAPÍTULO 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE	p. 84
	4.1 Análise de Políticas Públicas e Suas Distinções.....	p.84
	4.2 Políticas Públicas de Juventude.....	p.91
	4.3 Política Nacional de Juventude.....	p.99
	4.4 Conclusão.....	p.110
5.	CAPÍTULO 4 – PERCEPÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE BRASILEIRA	p.113
	5.1 Participação e Tolerância.....	p.113
	5.2 Participação Política e Conhecimento de Políticas Públicas.....	p.119
	5.3 Percepção Juvenil da Política Pública de Juventude.....	p.124
	5.4 Conclusão.....	p.135
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 137
7.	REFERÊNCIAS	p. 147
8.	ANEXOS	p.162

1. INTRODUÇÃO

1.1. Democracia, Valores e Cidadania

A democracia, enquanto processo, é perpassada por valores que precisam ser transmitidos de geração a geração. Contudo, a formação do Estado brasileiro e os moldes de cidadania herdados, com suas bases calcadas no patriarcalismo, no latifúndio e na escravidão, tornam difícil falar de uma democracia vigorosa e estável no país (CARVALHO, 2004). O Brasil se deparou com dificuldades históricas de criar uma democracia baseada na concepção de valores liberais. As experiências e práticas políticas do clientelismo e familismo deixaram suas marcas na conquista e concepção de direitos e na constituição da República brasileira¹. A lógica individual de direitos que está na base da democracia liberal, traduzida por Bobbio na frase "O individualismo é a base filosófica da democracia: uma cabeça, um voto" (1992, p. 61), não traduz as relações de poder e sua representação na sociedade brasileira. Tais características da política e da cidadania brasileira chamam atenção para teorias e soluções que postulam uma radicalização da democracia para superar o caráter excludente e elitista atribuído à democracia liberal, o que leva a uma valorização das teses das teorias alternativas da democracia, como a participativa e a deliberativa (AVRITZER, 1996, SANTOS e AVRITZER, 2002).

A história da conquista dos direitos civis, sociais, políticos e humanos, considerados a essência da cidadania moderna², em muitos aspectos está entrelaçada pela luta dos trabalhadores por sua dignidade e melhores condições de trabalho. Carvalho (2000, 2002), ao tratar da cidadania no Ocidente, dividiu-a em três vertentes: a de cidadão titular de direitos, a qual, às vezes, combina-se com outra visão, denominada de republicanismo clássico, ou humanismo cívico, cuja ênfase volta-se para o bem público e não sobre os direitos individuais; a terceira concepção de cidadania faz referência à identidade nacional: cidadão é aquele que pertence a uma comunidade nacional (2002, p. 25). Para o autor, de um modo geral, as três vertentes de cidadania implicam uma participação ativa dos cidadãos na vida pública (p.26).

¹ Para uma apreciação sobre esse debate vide: CARVALHO (1996, 2000, 2001), FAORO (2007), SANTOS (1978), entre outros.

² As reflexões ou debates sobre a cidadania tradicionalmente remetem ao conceito clássico de indivíduo portador de direitos, sistematizado por Marshall (1967, p 63-64). Como afirma Carvalho (2002): Essa visão individualista e liberal da cidadania, de origem anglo-saxônica, é a mais tradicional e se difundiu por outros países, tornando-se hegemônica. Porém, o Brasil contém especificidades que devem ser consideradas e que aparecem no trabalho de José Murilo de Carvalho (2000,2002).

Para Carvalho (2002), a construção da cidadania no Brasil remete ao conceito de “estadania”, que reflete a tradição de estadismo predominante na história brasileira, fato que tem tido consequências como o predomínio do Executivo sobre os outros poderes, e manutenção de práticas como o clientelismo político. Assim, historicamente não há uma tradição de cidadania ativa no país. Para o autor, ocorre ao contrário; os cidadãos brasileiros estabeleceriam um pacto político de natureza negativa, aproximando-se dos positivistas ortodoxos. O que significa que entre a sociedade e a política se estabelece uma rede de obrigações mútuas, na qual os cidadãos desempenham um papel com suas obrigações de bom cidadão, e o Estado garante a liberdade e o bem-estar destes. No entanto, “não é tanto a idéia de que o cidadão deva forçar o Estado, pelo exercício de seus direitos, a adotar políticas adequadas ao atendimento das necessidades públicas. Antes, o Estado, por virtude que lhe seria inerente, premiaria os bons cidadãos por seus esforços.” (p.28). A ineficiência do Estado, ou falha, em cumprir com sua parte no pacto se refletiria no desapontamento e desilusão dos cidadãos com apolítica.

A prevalência de uma cultura política clientelista e patrimonialista no Brasil, fundada em lealdades pessoais, que não estimula a prática da isonomia frente aos direitos constitucionais, é um exemplo da continuidade das relações de lógica servil no exercício do poder e da dominação, que se perpetuaram. A existência de descompassos no desenvolvimento do sistema capitalista, na construção de instituições e da lógica decorrente gerou tentativas frustradas de construção da democracia no país, que entraram em choque com os interesses e hábitos das elites. O desenvolvimento industrial e urbano, que formou a massa de trabalhadores brasileiros, gerou novas ideologias e relações sócio-políticas, que se confronta com interesses e formas de dominação das elites brasileiras. O temor pelo confronto entre a massa trabalhadora e as elites no país deu origem a uma longa experiência autoritária, que reforçou práticas, princípios e valores antidemocráticos para várias gerações de brasileiros. Tal legado exerce influência na definição do papel e da inserção da juventude na sociedade.

O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil até a década de 1970 acentuou a concentração de renda e a desigualdade social que já existia. Os anos de 1980, chamada de década perdida, não alteraram essa realidade, reforçando a criação de um robusto mercado de trabalho informal, que garantia para a maioria da população, composta principalmente por jovens, ocupações de baixo rendimento e produtividade. O país, portanto, produziu diferenças

significativas na realidade socioeconômica e no *status* de cidadania³ que contribuíram para a derrocada da ditadura militar.

O consenso político que permitiu a instauração da democracia procurou assegurar a concepção mínima ou procedimental⁴ de democracia, mas os dispositivos da Constituição Cidadã (1988) asseguram mecanismos de participação política, como Conselhos, plebiscito e referendo, que dão indícios da fragilidade do acordo em torno dessa concepção de democracia procedimental para o país. A construção das bases para a existência de uma democracia mínima dá início a uma série de reformas do Estado que buscam aperfeiçoar as instituições para produção de estabilidade política. Concomitantemente a esse processo, a sociedade civil passa a se organizar e atuar na construção da democracia que veicula novos discursos e reivindicações democráticas.

A esperança por melhor qualidade de vida alimentou a organização e mobilização de movimentos sociais que revelam novos atores políticos, como as ONGs e o Movimento Sem-Terra, em busca de seus direitos. Entre os sujeitos políticos que se destacaram no processo de redemocratização, pode-se citar a juventude, que ganha reconhecimento enquanto categoria social que luta em prol da democracia, da cidadania e na defesa de direitos fundamentais, como a educação. Esse processo de ampliação da participação política da sociedade e a transformação da relação entre esta e o Estado caracterizam a formação do que Bresser Pereira (2000) chamou de democracia de sociedade civil.

Após vinte cinco anos de democracia, o Brasil tem demonstrado avanços na construção de instituições democráticas. A criação de uma nova Constituição (1988), a promoção de uma imprensa livre, a reformulação de leis eleitorais e regras partidárias, a alternância no poder por meio de eleições livres e periódicas, e a institucionalização de canais de comunicação com a sociedade no âmbito dos três Poderes – Executivo Legislativo e Judiciário – são exemplos dos esforços despendidos nesse sentido.

No entanto, a globalização, as transformações tecnológicas, e a instauração do neoliberalismo, na década de 1990, ao mesmo tempo em que contribuíram para construção de um novo projeto de desenvolvimento no Brasil (SALLUM JR, 2003), propiciaram um quadro de aumento da pobreza e distorções econômicas que atingiu em particular a população juvenil. A chamada crise da sociedade do trabalho⁵ consolida o processo de exclusão que torna grande parte dos/as jovens “desnecessários/as” ao sistema produtivo. Essa realidade

³ A diferença de *status* entre os/as cidadãos/ãs brasileiros/as permite a construção do conceito de sub-cidadania por Jessé de Sousa (2003).

⁴ Schumpeter, J. A. (1961). A democracia mínima ou procedimental restringe a definição do regime democrático a um método de seleção de escolha dos representantes.

⁵ Vide: Antunes, R. (1999)

reforça o que Evelina Dagnino (1994) chama de “autoritarismo social”, por um lado, e a pressão por maior participação política, por outro. O “autoritarismo social engendra formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que subjaz ao conjunto das práticas sociais em todos os seus níveis” (idem, p.104-105). A participação política da sociedade, por sua vez, implica romper com a cultura autoritária e reforçar uma cidadania ativa com princípios como de igualdade e liberdade, que se vinculam às concepções alternativas de democracia.

Segundo Dagnino, [et. al.] (2006), vem se desenvolvendo nas últimas décadas na América Latina e, talvez, no mundo inteiro uma redefinição na concepção de cidadania⁶. O conceito tem funcionado como um “nexo articulador” para estabelecer vínculos comuns entre os diversos movimentos sociais organizados. A redefinição conceitual da cidadania teria por característica uma dimensão cultural que transcende a noção tradicional, a qual reivindica igualdade de direitos formais, e incorporaria questões vinculadas à identidade, subjetividades e direito à diferença, ou das minorias.+

A disputa em torno da construção democrática no Brasil tem revelado seu impacto nas vivências e práticas de cidadania existentes. As propostas de reengenharia institucional que procuram reforçar a concepção de democracia liberal se combinam com a experiência das novas institucionalidades, como os Conselhos de Juventude, Mulheres, Saúde, etc. e a invenção de novas formas de participação política no Brasil, como o Orçamento Participativo e os Fóruns Sociais Mundiais. A criação desses novos espaços de participação política representa claramente a tentativa de construção de formas alternativas de democracia, que buscam efetivar uma cidadania participativa e democrática no país.

Entretanto, o resultado de pesquisas comportamentais que tem demonstrado o distanciamento dos/as jovens das práticas políticas tradicionais (BAQUERO, 2004; LUCAS, 2004; NAZZARI, 2006; SCHIMITTER, 2001a, 2001b), a desconfiança dos/as brasileiros/as nas instituições políticas, como Congresso e partidos políticos, e na Justiça (IPEA, 2010; BAQUERO, 2007) reforça as interpretações de Carvalho (2002) sobre o tipo de pacto político existente no Brasil. Contudo, os jovens demonstram também uma predisposição a atuar na sociedade, uma vontade latente de ajudar a transformar o local onde vivem e auxiliar o próximo (SINGER, 2005). O que remete a uma cultura política híbrida da juventude brasileira, “[...] uma cultura marcada pela presença tanto de elementos democráticos como autoritários, de descrença e de apatia” (SCHIMITTER, 2001b; p.142).

⁶ A idéia de redefinição da cidadania na América Latina é trabalhada em outros termos por Garretón, M. A. M. (2007).

1.2 Participação Cidadã e Políticas Públicas

A análise de estilos políticos procura detectar, entre outras coisas, o padrão de comportamento político de uma dada sociedade, como o patrimonialismo e a corrupção. Padrões de comportamento que conformam a ação de cidadãos na sociedade, através do processo de socialização política⁷. As pesquisas voltadas à investigação de valores e comportamentos políticos pertencem ao campo de estudo conhecido como Cultura Política, que tem seu marco na obra *The Civic Culture*, de Gabriel Almond e Sidney Verba. Eles definem cultura política como “as disposições psicológicas dos indivíduos sobre o sistema político e sobre o papel do cidadão nesse sistema” (1989, p.97). Os autores inovaram ao utilizarem técnica quantitativa como instrumento de pesquisa, o que permitiu a comparação de concepções políticas entre cinco países. Concluíram sobre a necessidade da existência de uma Cultura Cívica para a manutenção de um sistema democrático. A principal crítica direcionada a esse campo de estudo é certa tendência ao determinismo cultural.

É possível observar que as abordagens investigativas da Análise de Políticas Públicas têm se mostrado insuficientes para abarcar os diversos aspectos e ações que envolvem o processo de tomada de decisões e formulação de uma política pública. Se, por um lado, a criação e a reforma das instituições não têm se mostrado bastantes para resolver, ou controlar, problemas como o clientelismo e a corrupção em países como o Brasil, por outro, também não é possível negar a sua importância no condicionamento de padrões ou regras de comportamento políticos, que por muitas vezes comprometem os resultados de uma política pública.

No caso desta tese, a pesquisa centra-se na juventude contemporânea, produto histórico da sociedade burguesa e do processo de democratização da sociedade brasileira. Pode ser vista, dessa forma, como um estudo que se aproxima da “perspectiva político-social que aborda as formas de organização e associação dos movimentos juvenis e sua influência na dinâmica social” (LEÓN, 2003, p.94). Entretanto, aproxima-se muito mais de um estudo de cultura política que se alia aos estudos sobre políticas de juventude – instituições, ações, comportamentos e demandas da categoria em relação ao Estado e vice-versa (ABAD, 2003; BALARDINI, 1999, 2000; BANGO, 2003; CASTRO e ABRAMOVAY, 2002; SPOSITO e CARRANO, 2003; BAQUERO, 2004).

⁷ Socialização política é um conjunto de experiências que, no decorrer do processo de identidade social do indivíduo, contribuem particularmente para plasmar a imagem que ele tem de si mesmo em confronto com o sistema político e em relação às instituições (OPPO, 1986).

Os conceitos democráticos de participação e cidadania têm sido apropriados por autores que os aliam à idéia de modernização e desenvolvimento⁸. Eles têm como pressuposto que a maior participação política aumenta as possibilidades de se efetivarem políticas públicas que garantam os direitos de cidadania, trabalho e renda, menor desigualdade social e maior qualidade de vida. Com base nessa compreensão, a participação política tem composto as recomendações de Organismos Internacionais como o Banco Mundial e o UNICEF para o Brasil.

Dessa maneira, um dos grandes desafios para a sociedade brasileira é pensar formas de socialização que permitam a clareza de noções como espaço público, bem comum e interesse público, assim como políticas públicas que incentivem princípios democráticos como tolerância, isonomia, transparência, participação cidadã, fiscalização e confiança, levando a transformações nas práticas políticas tradicionais (clientelismo, patrimonialismo). Isso reforça as teses alternativas de democracia, que pensam a política no sentido mais amplo, que incentivam a participação política em espaços públicos além dos estatais. Tal proposição remete à transformações nos valores e a práticas políticas que permitam a construção de políticas públicas desvinculadas da visão imediatista, que rompa com predomínio de concepções de cunho assistencial e cujo único objetivo é promover a governabilidade.

O cenário descrito serve de suporte para a tese de que: a participação política da juventude no Brasil tem reforçado o poder do Estado sobre a sociedade civil, ao invés de efetivar valores basilares da democracia, em consequência da construção de políticas públicas centradas nas reivindicações sociais e econômicas. Mantém-se, assim, o distanciamento da juventude da política, em seu sentido mais amplo, e do Estado, devido à formulação de políticas públicas voltadas para a juventude, ao invés de políticas públicas construídas com a juventude (BALARDINI, 2000, CASTRO, M. & ABRAMOVAY, M; 2002).

As políticas públicas tradicionalmente destinadas aos/as jovens e o papel que sempre lhes coube nessas políticas, como vítimas sociais ou dependentes, foram fortemente questionados durante a democratização do país (PINHEIRO, 2001). Em consequência, novas representações sociais sobre juventude se valorizaram, permitindo a gestão de inovações nos modelos para programas e instituições voltadas aos/às jovens. Concomitante a esse processo, observa-se a recomendação de Organismos Internacionais estimulando a participação da juventude na sociedade e promovendo sua integração social. A situação de pobreza e violência a que estava sujeitos os jovens brasileiros reforçou a necessidade de integração social dessa população. Essa realidade serviu de inspiração para políticas nacionais que

⁸ Vide Sachs, I (2004) e Giddens, A (2007), Sen, A.(2000, 2008).

buscavam dar alguma resposta para o principal problema a atingir os/as jovens, o desemprego. Esse foi o caso do Programa Primeiro Emprego⁹. Aspecto particularmente importante de promoção da integração social no país, pois remete ao conceito forjado por Wanderley Guilherme dos Santos, de cidadania regulada¹⁰.

Deve-se considerar que a juventude no Século XXI é um ator político que vem se confrontando com as profundas transformações ocorridas nas relações sociais, econômicas e políticas. As mudanças transcorridas nos principais meios de socialização do Século XX, como a família, os mercados e o Estado, são alguns dos aspectos que contribuíram para a necessidade de adaptação constante. Dessa forma, (...) “‘A juventude’ como tal (não os jovens) é um produto histórico resultado de relações sociais, relações de poder, relações de produção que geram este novo ator social” (BALARDINI, 2000.p.12).

Dessa forma, o Estado brasileiro, através do modelo de políticas públicas adotado, estimula determinada concepção de cidadania e influencia o tipo de participação e interlocução com a sociedade. A compreensão desse processo pelos atores sociais influencia as práticas políticas em relação ao Estado, para que as demandas de dada categoria passem a fazer parte da agenda pública e das políticas a serem contempladas. A criação da Secretaria Nacional da Juventude significa o reconhecimento por parte do Estado da existência de problemas sócio-políticos específicos de uma categoria social que inaugura uma nova fase na relação entre juventude e Estado no país. Ou seja, o tipo de participação política existente reforça um determinado tipo de cultura política na juventude que se reflete na formação de sua cidadania, nas práticas políticas, e nas interações e percepções sobre os governos, o Estado, o regime e a própriapolítica.

1.3 Juventude

O debate contemporâneo sobre a juventude conforma um campo de luta simbólica e política no qual as distintas perspectivas lutam por se posicionar como referentes válidos na construção de discursos legítimos. (BONDER, 1999). É possível pensar a juventude como um período de uma trajetória de vida e de incorporação de um modo de ser político, econômico e cultural (CASTRO, M.G. 2002). Constata-se a multiplicidade de definições de juventude na

⁹ Para uma discussão mais apurada sobre o assunto vide: CUNHA, P. R. C da (2008).

¹⁰ “cujas raízes se encontram, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, definido por norma legal” (SANTOS. 1994, p.68).

literatura especializada, e de faixa etária com variações nos recortes iniciais e finais. Observam-se abordagens que incluem desde a adolescência, por volta dos 15 anos, até jovens adultos, estendendo-se aos 29 anos. Acrescenta-se a velocidade dos processos de mudanças sociais para dificultar a obtenção de um denominador comum sobre os critérios de definição conceitual da categoria jovem. Dessa forma, como afirma Groppo: “As definições de juventude passeiam por dois critérios principais, que nunca se conciliam realmente: o critério etário (herdeiro das primeiras definições fisiopsicológicas) e o critério sócio-cultural” (2000, p. 9).

Em uma abordagem sobre o assunto, León (2003) faz a diferenciação conceitual entre adolescência e juventude. Segundo o autor, esses conceitos correspondem a “uma construção social, histórica, cultural e relacional, que através das diferentes épocas e processos históricos e sociais tem adquirido denotações e delimitações diferentes”¹¹. Dessa forma, a adolescência tem se caracterizado enquanto período de transição para a fase adulta, e é objeto preferencial da Psicologia, enquanto a juventude seria uma categoria social, que tem despertado mais o interesse das Ciências Sociais e Humanas. Nesse último caso, parte-se do indivíduo para apreender as relações sociais que ele estabelece.

Contudo, a compreensão da juventude enquanto categoria social vem sendo questionada, por ser atribuída a essa concepção uma homogeneização dos sujeitos jovens que são e vivem realidades díspares. Dessa forma, há os que defendem a impossibilidade de usar o termo “Juventude” no singular (QUAPPER, 2000; CARDOSO, 2004; LEÓN, 2003), afirmando ser mais realista falar em “Juventudes”, tal a heterogeneidade e multiplicidade de classificações dessa população. Contudo, apesar do reconhecimento de que se deve desconstruir a Juventude como categoria homogênea e universal, e falar em Juventudes, no plural; questiona-se a compreensão de Touraine (1996) da juventude como “uma construção cultural e administrativa, uma parte da imagem que uma sociedade tem de si mesma” em contraposição à da juventude enquanto uma categoria social.

Assume-se a juventude como categoria social no sentido em que a utiliza Groppo, inspirado no conceito de grupo social concreto de Mannheim (1982), como uma categoria social que se torna ao mesmo tempo “uma representação sócio-cultural e uma situação social”. (2000. p.7). O que permite defini-la, nos termos de Abad, como uma categoria social, “interclassista e comum a ambos os sexos, definida por uma condição específica que demarca interesses e necessidades próprias, desvinculadas da idéia de transição e suas instituições responsáveis” (ABAD, 2003, p. 23).

¹¹ Tradução livre da autora.

Dessa forma, “(...) ‘A juventude’ como tal (não os jovens) é um produto histórico resultado de relações sociais, relações de poder, relações de produção que geram este novo ator social” (BALARDINI, 1999. p.12), cujas representações sociais extrapolam as questões psicológicas de adaptação, comportamento, ou moratória, predominantes até pouco tempo atrás. Em seu lugar, ganham destaque noções que enfatizam a importância da juventude como cidadã, portadora de deveres e direitos, e protagonista. Essa nova compreensão da juventude tem incidido, sobretudo, nos debates sobre a formulação de políticas públicas e enfatizado a importância dos jovens como sujeitos sociais (BALARDINI,1999; CASTRO, M. G, 2002).

Nesse sentido, as novas percepções sobre juventude têm chamado atenção para a questão da participação social do/a jovem no combate ao processo de exclusão social. A participação social dos/as jovens tem possibilitado a valorização deles (as) enquanto sujeitos sociais capazes de participar como empreendedores, voluntários, representantes, e/ou diversas outras formas e, assim, promover ações para sua integração na sociedade. Essa realidade vem quebrando a visão dos/as jovens como incapazes, social, política e culturalmente, dando origem a ações promotoras da participação plena da juventude na vida social. É o ideário da participação da sociedade enquanto ator para implementação e gestão de políticas públicas e também como agente fiscalizador do Estado, que tem sido defendido no combate à corrupção e à cultura política autoritária, principalmente por partidários das concepções alternativas de democracia.

Atualmente, é possível perceber uma preocupação em sistematizar o conhecimento sobre juventude na América Latina, com a intenção clara de melhorar os aparatos conceituais e metodológicos, para formar um campo próprio de investigação. Por exemplo, Pérez Islã, J. (2006) faz o levantamento do estado da arte dos estudos sobre juventude no continente latino americano e separa inicialmente a produção entre regional e local. Em seu artigo, ele seleciona como emblemáticos cinco trabalhos significativos no âmbito regional, pesquisas locais realizadas no México, Chile e Colômbia, além de considerar *surveys* sobre juventude até o início dos anos 2000. Na Argentina, a tentativa de traçar um estado da arte (BONVILLANI; PALERMO; VAZQUEZ; VOMMNARO, 2008) utiliza como recorte as abordagens sobre a relação da juventude com as práticas políticas, e se debruça sobre o período de 1968 a 2001. No Brasil, a pesquisa coordenada por SPOSITO (2009) procura dar continuidade ao levantamento Juventude e Escolarização (2002), e volta-se para programas de pós-graduação em educação, ciências sociais e serviço social para averiguar a produção sobre o tema de 1999 a2006.

Contudo, as pesquisas sobre juventude no Brasil são ainda bastante tímidas, como é

possível ver pelo levantamento coordenado por Sposito (2009). Na América Latina, principalmente nas décadas de 1960-1980, o tema da juventude começa a ser examinado por especialistas de forma muito tímida (BRASLAVSKY; 1989). Ele se destaca e passa a compor a agenda pública internacional quando as Nações Unidas, em 1985, declaram o Ano Internacional da Juventude, o que provoca um incremento na produção sobre esse público. O tema se vê reforçado quando, em 1986, a Conferência Internacional do Trabalho inclui em sua pauta a juventude, e sugere que a melhoria nas condições de vida dos/as jovens se relaciona com melhorias no desenvolvimento social e econômico. Mediante esse cenário, e aliado ao processo de democratização, o tema da juventude também adquire maior relevância na agenda pública no Brasil, exigindo respostas específicas para essa categoria social.

Quando a categoria juventude é vista enquanto ator social e tendo demandas que lhes são próprias, abrem-se os caminhos para a edificação de uma Política Nacional de Juventude no Brasil. Um dos principais objetivos dessa Política é a integração social do/a jovem através do emprego. Segundo relatório divulgado pela Organização Mundial do Trabalho (OIT. 2001), “O índice de confiança nas políticas governamentais está diretamente relacionado ao nível de emprego”¹². O que leva ao questionamento sobre a percepção da juventude acerca das políticas que lhes são destinadas, sobretudo da Política Nacional Juventude, se essas percepções atribuem a ela a lógica proposta por Touraine, quando afirma que: "o principal objetivo de uma política de juventude é o de incrementar nos jovens a capacidade de comportar-se como atores sociais, ou seja, de modificar seu entorno social para realizar projetos pessoais" (1988: 78-79).

Isso porque, como chama atenção Abad (2003), as políticas públicas são também instrumentos de governabilidade democrática para as sociedades, tanto em sua acepção mais limitada, referida às interações entre o Estado e o resto da sociedade, como no seu sentido mais amplo, de levar à convivência cidadã. Dessa forma, os problemas que se colocam são: as políticas públicas devem ser respostas eficientes para resolução ou amenização de demandas sócio-políticas determinadas que promovam governabilidade¹³, ou devem contemplar uma visão mais ampla da política e promover o exercício cidadão intrínseco à própria política democrática?

1.4 Objetivos

¹² Steven Tobin, um dos autores do estudo da OIT, afirmou à BBC Brasil, em entrevista sobre o relatório global do emprego 2010. IN: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/10/101001_relatoriooitconfianca_df.shtml

¹³ A Governabilidade pressupõe uma ênfase especial nas formas em que se estabelecem as articulações dos interesses sociais conjuntamente com os governos, em contextos democráticos majoritariamente recentes, como é o caso do Brasil (CÔRTEZ. 2006, p.18). Tradução livre da autora.

Diante desse debate, o objetivo desta tese é analisar o efeito da participação política juvenil na construção da cultura política e sua percepção da Política Nacional de Juventude no Brasil. Dessa forma, a investigação pretende alcançar os seguintes objetivos específicos:

- 1) Perceber quais valores culturais e concepções da política têm sido estimulados no Brasil;
- 2) Analisar os tipos e níveis de participação política dos/as jovens brasileiros/as;
- 3) Verificar a associação entre participação, cultura política e percepção de políticas públicas de Juventude no Brasil.

1.5 Hipóteses

Com base em tais objetivos são formuladas as seguintes hipóteses:

- A) Quanto maior a participação política maior é a tolerância frente às diferenças;
- B) Quanto maior a participação política da juventude maior é seu conhecimento das políticas públicas;
- C) Quanto pior for a percepção sobre as políticas públicas de juventude no Brasil menor será o interesse dos/as jovens por política.

1.6 Justificativa

O Brasil é um país que enfrenta realidades, por vezes, paradoxais no processo de construção da democracia. Assim, a juventude tem de conviver, ao mesmo tempo, com referências salutares para a democracia e realidades que comprometem a prática de atitudes e princípios democráticos, como a desigualdade socioeconômica e a corrupção. Isso constitui uma das questões a ser enfrentada pela democracia: a consolidação de uma cultura política que promova valores e hábitos democráticos como a participação, a confiança e a cooperação. A complexidade de tal tarefa deve levar em conta o passado autoritário, que garante sua sobrevivência nas práticas cotidianas de abuso de poder, mas também frente à construção da realidade atual, com seus novos ideários. Por um lado, a implementação da democracia no Brasil significou a transformação das relações sociais e de poder, a reinterpretção de direitos e deveres, a revisão de conceitos e a exigência de novos códigos de conduta que reconhecessem a pluralidade dos atores. Por outro lado, a instauração de práticas neoliberais no Brasil multiplicou os interesses e os conflitos em torno dos problemas políticos, ao procurar redefinir o papel do Estado e repassar responsabilidades para a sociedade.

O neoliberalismo garantiu a sua hegemonia, ao transformar o mercado na instância reguladora das demandas econômicas e sociais (EVANGELISTA, 2001), firmando uma postura de ‘cidadãos clientes’¹⁴ perante o Estado, e fortalecendo valores que derivam da racionalidade instrumental e da visão estratégica dirigida à produtividade, à eficiência e à competitividade. Essa situação levou ao que Lechner (1994) chamou de “mal-estar com a política”. Mas, como identifica o próprio autor, tal “mal-estar” não pode ser confundido com uma rejeição à política ou à democracia. Para ele, “o descontentamento com a democracia não se refere ao princípio de legitimidade, mas à democracia enquanto princípio de organização” (1994, p.19).

O distanciamento da juventude em relação à política chama atenção para suas percepções sobre as políticas públicas implementadas e as soluções apresentadas pelo Estado para essa categoria social. Vincula-se diretamente aos princípios de organização da democracia, que se refletem na legitimidade governamental. Dessa forma, a investigação aqui proposta contribui com os estudos de participação política que identificam quais são os valores, percepções e práticas, ou seja, a cultura política, da juventude e suas interações com as políticas públicas adotadas pela sociedade brasileira para a construção da democracia.

A Ciência Política, apesar de produções recentes, ainda não tem dado a devida importância para a juventude enquanto categoria social. As análises existentes voltam-se, sobretudo, para o processo de participação política dos jovens. Existem poucos estudos sobre a representação juvenil, a atuação partidária da juventude, ou sobre as relações e papéis políticos deles/as frente ao Estado nas sociedades contemporâneas, dentre diversos outros temas possíveis. A identificação das percepções, valores e princípios que norteiam a participação política e as formas de interações sócio-políticas da categoria juventude com o Estado constitui, dessa forma, uma contribuição para a área, o que justifica o interesse científico sobre o processo. O trabalho contribui, ainda, para o desenvolvimento das investigações que se filiam aos estudos de cultura política, escola de pensamento já tradicional dentro da área de Ciência Política, mas que tem recebido menor atenção dos órgãos de fomento e pesquisa por não ser hegemônica.

A título de esclarecimento, Sposito e Carrano (2003) chamam a atenção para que não seja feita confusão entre políticas públicas e políticas governamentais. As políticas públicas são desenhadas também por Órgãos legislativos e judiciários; mas, segundo os autores, o elemento diferencial é a presença do aparelho público-estatal na definição, acompanhamento e avaliação de políticas, “assegurando seu caráter público, mesmo que ocorram parcerias em

¹⁴ Bresser Pereira (1998)

sua realização”. Dessa forma, a Secretaria Nacional de Juventude afirma pretender, com a Política Nacional de Juventude, inaugurar uma nova concepção de políticas públicas brasileiras destinadas a essa população – uma política pública de Estado que pretende ir além de mandatos governamentais e que prevê canais de interação entre Estado e sociedade, através do Conselho Nacional de Juventude, por exemplo.

Existem, portanto, poucos estudos sobre o caso específico, o que reforça a relevância e a necessidade de investigações sobre o tema. Além disso, este estudo se volta para uma categoria social que tem recebido pouca atenção dos estudos acadêmicos, pois, como atesta Sposito (2009), a Ciência Política é dentre as Ciências Sociais a área que tem a menor produção investigativa sobre a juventude no Brasil.¹⁵

1.7 Procedimentos Metodológicos

Para alcançar os objetivos propostos e a verificação das hipóteses, serão utilizados os estudos de cultura política que se destacam na pesquisa sobre as atitudes, percepções e valores das pessoas, em suma, o comportamento humano. Com esse objetivo, tem sido usada enquanto instrumento de coleta, sobretudo, a pesquisa *survey*. Conforme Baquero, esse tipo de pesquisa permite captar como as pessoas pensam e envolve as características demográficas, o ambiente social, ou as opiniões e atitudes de um grupo de pessoas (2009, p. 33). O *survey* é um instrumento de investigação composto por um conjunto de perguntas, fechadas ou abertas, que forma um questionário, uma entrevista estruturada, ou semi-estruturada. Constitui, antes de tudo, um instrumento para coleta de dados ou informações cuja utilidade vai ser determinada pelo aporte teórico da pesquisa.

Dessa forma, a proposta desta tese é a de que as hipóteses apresentadas sejam testadas, através da análise de testes de hipótese (χ^2), cruzamentos e análise fatorial. Conforme Barbetta (2002), um dos grandes propósitos em Ciências Sociais é verificar se duas ou mais variáveis se apresentam associadas, o que ocorre quando o conhecimento que se tem de uma variável altera a probabilidade de algum resultado da outra (p.245). Assim, esta tese utiliza o teste de associação qui-quadrado (χ^2) para testar a significância da associação entre as variáveis participação e tolerância; conhecimento de política pública e participação; e percepção da atuação do governo e participação. Enquanto a análise fatorial é um processo alternativo de mensuração para identificar variáveis que apresentam a mesma estrutura subjacente (FIGUEIREDO FILHO, D.B. & SILVA, Jr; J. A, 2010, p.161). A principal função das

¹⁵ Conforme Sposito, M. (2009), que coordenou o levantamento do Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira.

diferentes técnicas de análise fatorial é reduzir uma grande quantidade de variáveis observadas a um número reduzido de fatores.

Os dados utilizados são obtidos de fontes secundárias, como o Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Instituto Cidadania sobre o Perfil da Juventude Brasileira¹⁶ e, principalmente, do banco criado para pesquisa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE-2008). A pesquisa intitulada de “Juventudes Sul-Americanas: diálogos para a construção da democracia regional” foi aplicada em seis países da América do Sul, cobrindo suas áreas urbanas e rurais no ano de 2008.

O bloco regional referente ao Brasil, de onde serão extraídos os dados para verificação das hipóteses (cap. 4) é composto por 3.500 entrevistados/as com mais de 18 anos de idade, dando destaque especial ao estrato jovem, de 18 a 29 anos. A fim de obter maior consistência, decidiu-se representar esse estrato de maneira desproporcional às demais faixas etárias (IBASE, 2008). Desse modo, a pesquisa pode ser lida também, comparando o total do grupo de jovens ao total do grupo de adultos, sabendo que cada um dos grupos contém aproximadamente 50% do total das entrevistas¹⁷, o que não constitui em intuito desta tese.

O *survey* é composto essencialmente de perguntas do tipo atitudinais e comportamentais, como classifica Baquero (2009), dirigida a jovens adultos de 18 a 29 anos e adultos de 30 a 69 anos. Nesta tese se utilizam apenas os dados referentes ao subgrupo de jovens adultos (n = 1748), ficando de fora da análise os adultos. O instrumento utilizado na coleta foi um questionário¹⁸ estruturado com 50 questões, sendo 46 fechadas (estimuladas) e 4 abertas (espontâneas). As entrevistas tratam de assuntos referentes à participação social, valores, sociabilidade, políticas públicas de juventude, entre outros, e foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), de 16 de agosto a 2 de novembro de 2008 (o Questionário está no Anexo II). As questões utilizadas para testar as hipóteses levantadas encontram-se sistematizadas no quadro de especificações abaixo.

¹⁶ Trata-se de um estudo quantitativo, realizado em áreas urbanas e rurais de todo o território nacional, junto a jovens de 15 a 24 anos, de ambos os sexos e de todos os segmentos sociais. Os dados foram colhidos em novembro e dezembro de 2003, sob a responsabilidade de Criterium Assessoria em Pesquisas.

¹⁷ Os quadros de distribuição do universo e o praticado na amostra se encontram no Anexo 1, conforme elaboração do IBASE.

¹⁸ Anexo 2.

QUADRO 1

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES: OBJETIVOS, HIPÓTESES E QUESTÕES

OBJETIVOS	HIPÓTESES	QUESTÕES
1) Perceber quais valores culturais e concepções da política têm se estimulado no Brasil	A) Quanto maior a participação ¹⁹ política maior é a tolerância frente às diferenças	Q. 10: Agora vou ler algumas frases e gostaria de saber se você concorda com cada uma delas: 10_1 Todos devem poder ter suas opiniões livremente; 10_2 Não vejo problema que o professor (a) homossexual dê aulas a menores de idade; 10_6 Deve haver pena de morte.
2) Analisar os tipos de participação política dos/as jovens brasileiros/as	B) Quanto maior a participação juvenil maior é o conhecimento de políticas públicas	Q. 11 Situação atual: Q.11_1 Associação Comunitária, de moradores ou sociedade de amigos do bairro Q11_2 Partido Político Q11_3 Grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico Q11_4 Sindicato, associação profissional de trabalhadores ou desempregados Q11_5 Entidade ou grupo em defesa de grupos ou minorias, como jovens, mulheres, negros, indígenas, gays/lésbicas (GLBT) e pessoas com deficiência, etc. Q11_6 Associação estudantil, grêmio, centro acadêmico ou união de estudantes Q11_7 ONG ou entidades de defesa dos direitos humanos Q11_8 Associação ou movimento rural (do campo) Q11_9 Grupo religioso Q11_10 Esporte e recreação Q33_ 1_ 2_ 3 Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?
3) Verificar a associação entre participação, cultura política e percepção de políticas públicas de Juventude no Brasil	C) Quanto pior for a percepção sobre as políticas públicas de juventude no Brasil, menor será o interesse dos/as jovens por política.	Q33_ 1_ 2_ 3 Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil? Q.31 No momento atual você diria que o governo brasileiro: 1) Não conhece nem se preocupa com as necessidades dos jovens; 2) Conhece as necessidades, mas não faz nada a respeito; 3) Apoia e promove programas e ações voltadas para juventude; 4) Nenhuma delas; 5) Não sabe; 6) Sem resposta

1.8 Organização da Tese

A tese se divide em quatro capítulos. Inicialmente apresenta-se uma discussão teórica e conceitual sobre as teorias alternativas de democracia. O primeiro capítulo destina-se à revisão bibliográfica das concepções alternativas de democracia e do lugar da participação política dos/as cidadãos/ãs em um regime democrático.

¹⁹ Para verificar a participação juvenil foi utilizado o conjunto de questões Q11_1 a Q11_10 que se encontra listado no conjunto de questões relacionado a hipótese 2 deste quadro.

O segundo capítulo destina-se à discussão das teorias de cultura política e sua vinculação com as concepções democráticas. São revistas, portanto, as teorias que servem de base para as pesquisas comportamentais. Destaca-se, ainda, através de conceitos como socialização e participação política, a importância da fase juvenil na formação da cultura política. No final do capítulo, apresentam-se as caracterizações da participação política da juventude brasileira nos últimos anos.

O terceiro Capítulo resgata as reflexões teóricas sobre políticas públicas e a forma como a participação política se insere nessa discussão, conduzindo, assim, até os debates sobre as políticas públicas de juventude. Nessa fase aborda-se a Política Nacional de Juventude no Brasil.

No Capítulo 4, a atenção volta-se para a dimensão da cultura e participação política da juventude, através da utilização de um *survey* realizado em 2008 (IBASE), no qual se analisam os vínculos entre o Estado e a sociedade, através do cruzamento de dados sobre a participação política da juventude e as percepções das políticas públicas que lhes são destinadas.

Além das referências utilizadas, a tese ainda inclui os anexos I e II.

2. CAPITULO I – A DEMOCRACIA E SUAS ALTERNATIVAS

O objetivo deste capítulo é examinar as teorias alternativas de democracia para compreender qual papel e função a participação ocupa nessas teorias. Tal suporte teórico subsidia a análise das propostas que norteiam a constituição da Política Nacional de Juventude no Brasil e busca identificar em que medida a juventude percebe essa ação nas políticas que lhe são destinadas.

2.1 - Democracia e Sociedade Civil no Brasil

As preocupações com a construção da democracia no Brasil após o período de ditadura chamam atenção para dois tipos de investigações frente ao regime político, uma mais voltada para o desenvolvimento institucional, e outra para cultura política e a organização da sociedade civil. Associadas a essas preocupações, é possível perceber as diversas compreensões da democracia que norteiam os atores políticos, e que condicionam em grande medida suas ações políticas. Dessa forma, faz-se interessante pensar inicialmente, conforme chamou atenção Bresser Pereira (2000, p.517), na passagem de uma sociedade que vivenciou ao longo de sua história uma política de elites e começa a viver e construir uma democracia de sociedade civil.

Para Bresser Pereira (2000), o desenvolvimento da democracia moderna se dá em três fases: democracia de Elites, democracia de Sociedade Civil, e democracia de Povo. O Brasil, no diagnóstico do autor, vivenciou uma longa história de política autoritária de elites e uma curta história de democracia de elites. A democracia de elites é a continuação das várias formas autoritárias de política de elites, mas com três fatos novos, que lhe permitem ser considerada democrática: a liberdade de expressão, as eleições livres, e a vigência do estado de direito. Consequentemente, é possível perceber historicamente a democracia de elites como a primeira forma que a democracia assume. Uma forma que remete às concepções de Michels (1914), em que o poder está de fato nas elites, e não no povo; um regime político em que as elites lutam entre si, organizadas em partidos, eles próprios oligárquicos, para obter o apoio popular.

Nesse sentido, é importante lembrar que até o final do século XVIII os regimes políticos em todo o mundo eram, sem exceção, autoritários, comandados por uma classe ou coalizão de classes e suas respectivas elites. A democracia moderna só se tornou possível após o desenvolvimento do Capitalismo. A visão contemporânea, na qual predomina a

compreensão da democracia enquanto procedimento aponta para as deficiências da teoria clássica com base nos valores de liberdade, igualdade e fraternidade. Nesse sentido, Huntington (1994) afirma que o método democrático “é o arranjo institucional para se chegar as decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decidir através de uma luta competitiva pelos votos do povo” (p. 16).

No Brasil, a história demonstra que nas principais transformações da sociedade a participação popular esteve ausente, como na Proclamação da Independência ou na instauração da República. A condição de país colonizado e o desenvolvimento tardio do Capitalismo permitiram essa relação de distanciamento do povo da política. A consequência é um processo inacabado de construção de cidadania na concepção liberal, pois o país desenvolve sua compreensão da política assentado em três colunas de sustentação, identificadas por José Murilo de Carvalho (2004, p. 24) como: a grande propriedade, a escravidão e opatriarcalismo.

O crescimento do país promovido pelo Estado, projeto conhecido como nacional-desenvolvimentismo, provoca uma série de mudanças sociais, que podem ser exemplificadas pelo processo de urbanização, pelo desenvolvimento da classe média, da indústria, pela organização da classe trabalhadora, de uma tecnocracia especializada, que vai se tornar burocracia nos moldes weberianos, entre outros. Contudo, mantém-se reforçada a distinção entre uma classe dominante, burguesa, uma classe dirigente, principalmente burocrática, e uma classe de trabalhadores. As três classes serão diversificadas, com estratificação interna e com seus limites, em relação às outras duas, imprecisos. Os limites entre as duas classes dirigentes tornam-se especialmente fluidos, daí a sugestão da existência de uma tecno-burguesia no Brasil (PEREIRA,2000).

A burguesia e a burocracia estatal e privada são formadas principalmente por estratos médios, mas nelas existe uma elite de dinheiro e de poder, em todos os níveis de rendimentos, e uma variedade imensa de setores. A classe trabalhadora, por sua vez, conta com um amplo contingente de excluídos, mas também com um número lentamente crescente de trabalhadores qualificados e de empregados nos serviços, que irão, no plano econômico, participar do excedente econômico, e, no plano político, participar da sociedade civil e obter cargos políticos através de seus líderes sindicais e políticos.

Em consequência dos processos de mudança social forma-se uma sociedade civil que se diversifica a todo instante, ao mesmo tempo em que se democratiza internamente. Na medida que se testemunha a constituição de uma autêntica sociedade civil no país, o poder das elites se reduz. Assim, a dependência frente às elites para promover o desenvolvimento

econômico e social se torna menor. Para Bresser Pereira (2000), nenhuma das elites que se sucederam na história do Brasil foi realmente bem sucedida em promover o desenvolvimento e a democratização do país, mesmo conseguindo atingir algum grau de desenvolvimento e de democratização. Por outro lado, a partir de 1985, com a redemocratização do país, a democracia de elites começa a se transformar em democracia de sociedade civil²⁰. No entanto, para o autor (idem) não é possível, nem no Brasil, nem em qualquer outra parte do planeta, falar em uma democracia do povo, entendida como expressão da soberania e vontade geral.

As mudanças ocorridas no Estado brasileiro, no final do Século XX, e que permitem a Bresser Pereira (2000) apontar para formação de uma democracia de sociedade civil no país, tiveram como marco a democratização, nos anos 1980, e a liberalização econômica aprofundada, nos anos 1990. Ambas promoveram uma transição política que “transformou a forma autocrática e desenvolvimentista de Estado, vigente no Brasil desde os anos 30” (SALLUM JR. 2003, p.35). A estratégia adotada pela “Nova República” para enfrentar o estrangulamento externo causou uma crise política complexa, que deu origem à dissociação do governo com sua base de sustentação, o denominado Estado “varguista”²¹.

Nesse contexto de fortalecimento da sociedade civil, as instituições representativas viveram dois processos inversos: de um lado, houve a reformulação dos partidos conservadores para se manterem no poder; de outro lado, a consolidação dos partidos de esquerda, que ganham destaque na luta pela redemocratização e se ampliam gradativamente como força eleitoral. Assim, as instituições partidárias brasileiras adaptam-se e sobrevivem ao dilema da perda do monopólio da organização e representação via partidos políticos. Com o fortalecimento das organizações partidárias de esquerda, ampliou-se o discurso da valorização do cidadão, da necessidade de participação e organização cívica, do amplo diálogo com todas as forças sociais, da necessidade de fiscalização e transparência no manejo dos bens públicos, do respeito aos direitos humanos, entre outros. Aumentaram, assim, as expectativas sociais em torno da democracia como solução para demandas reprimidas por anos de ditadura e de fracasso econômico.

Para conquistar seus direitos, a sociedade civil brasileira se organizou na busca de espaços de atuação e implementação de uma nova dinâmica para os movimentos sociais,

²⁰ Sociedade Civil, na forma que utiliza Bresser Pereira (2000), é a organização da sociedade ponderada pelo poder político dos seus participantes. Poder que deriva do capital, da capacidade e organização política, e do conhecimento que cada um dos membros da sociedade detém.

²¹ O conflito gerado em torno do modelo de desenvolvimento adotado para o país teve como resultado o deslocamento da coalizão do governo, a que adotava o modelo desenvolvimentista, para a oposição. A perda de sustentação política foi reforçada, ainda, pela resistência dos dirigentes das estatais, pela atuação de parlamentares em defesa do “patrimônio nacional” e das manifestações públicas dos funcionários de estatais contra as políticas governamentais que golpeavam as empresas do Estado. Vide: Sallum Jr, B. 2003, p. 35.

criando instituições, como é o caso das “Organizações Não Governamentais” (ONGs). Destaca-se, ainda, a ampliação da mobilização dos trabalhadores do campo, em especial a partir da fundação, em 1984, do “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (MST). Este retomou e fez avançar antigas reivindicações de reforma agrária, solapando, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), um dos pilares da aliança nacional-desenvolvimentista: a impossibilidade de tocar na propriedade agrária (Idem).

É possível perceber na Constituição aprovada em 1988 claros incentivos à participação da sociedade na administração do Estado demonstrando que o consenso forjado em torno da democratização não tornava a concepção de democracia mínima um ponto passivo. Dessa forma, é possível vislumbrar na Carta Magna Cidadã (1988) uma concepção de democracia participativa²². Apesar dos avanços e valorização da sociedade civil obtidos com a Constituinte, ela assegurou a tradicional articulação entre Estado e mercado, em um contexto mundial no qual a ideologia neoliberal tomava fôlego, impulsionada pela queda do Socialismo Soviético. Manteve, ainda, um caráter dubio, ao preservar características de projetos de desenvolvimentos distintos e deixou muitas lacunas para serem regulamentadas e definidas posteriormente, exigindo maturidade e prontidão da sociedade civil brasileira na construção da democracia.

Mediante o quadro de desigualdade social, apatia política e escândalos sucessivos de corrupção que o Brasil vivencia atualmente, a construção e manutenção da democracia levantam questionamentos sobre sua existência e/ou sobrevivência. Dessa forma, faz-se útil resgatar um breve exame do panorama político brasileiro realizado por Maria D'Alva G. Kinzo (2004). Ela afirma que o regime ganhou características nítidas de uma democracia, considerando-se o significado de democracia circunscrito a procedimento. Na realidade, está-se fazendo referência às duas dimensões da poliárquia, de Dahl (1997) – participação e contestação pública –, cuja efetividade depende de condições livres para a manifestação e a organização política. Tendo como referência estas duas dimensões de poliárquia, o Brasil certamente aprimorou as condições de participação e contestação pública. Pode ser considerada como indicativo de avanço democrático a instauração da incerteza como traço característico do jogo político eleitoral brasileiro, consequência não apenas da dimensão e das características do eleitorado – que se tornou mais independente do controle político de qualquer ordem –, mas também do avanço das condições de livre exercício do voto.

²² [...] a teoria da democracia participativa é construída em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente. A existência de instituições ocorre por meio do processo de participação. “A principal função da participação na teoria democrática é, portanto, educativa” (PATEMAN.1992, p.60).

Para Kinzo (2004), as condições fundamentais do funcionamento de um sistema democrático representativo estão instauradas no Brasil. Trata-se, então, de saber em que medida o jogo democrático tem propiciado a realização de dois importantes princípios associados a um governo democrático: a representatividade e a responsividade política. Em relação à representatividade, pode-se afirmar que o sistema de representação proporcional que rege as eleições para a Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas estaduais e municipais vem garantindo, ao menos, a representação das minorias. A gama de partidos que compõe as câmaras legislativas leva a crer que o sistema político tem alcançado um elevado grau de representatividade, permitindo que os diversos setores da sociedade possam ser representados.

Contudo, para autora, é em relação à responsividade que a democracia brasileira apresenta seus problemas mais sérios. A responsividade se refere à sensibilidade dos representantes à vontade dos representados; ou, dito de outra forma, à disposição dos governos de adotarem as políticas preferidas por seus governados. (MIGUEL, 2005) O sistema político brasileiro está longe de possuir mecanismos capazes de assegurar um grau razoável de *accountability*²³. Para isso, o sistema teria de oferecer aos eleitores: (1) condições de escolha entre distintas plataformas políticas ou alternativas partidárias, e (2) uma estrutura de conexão com seus representantes, aspectos que não estão inteiramente contemplados na política brasileira. O fato de a maioria dos eleitores nem lembrar em quem votou nas últimas eleições legislativas, ou o nome de seu deputado, são boas indicações da inexistência de um vínculo de representação claro entre parlamentares e eleitores.

Ainda, segundo Kinzo (2004), as instituições brasileiras não têm contribuído muito para aumentar o grau de inteligibilidade do processo eleitoral. Fatores como um complexo sistema de escolha eleitoral, que envolve cargos em diferentes níveis de poder – nacional, estadual e municipal – e métodos eleitorais diversos – representação proporcional para as Câmaras legislativas federal, estaduais e locais, sistema de maioria simples para o Senado, e sistema majoritário em dois turnos para presidente e governadores, dificultam o exercício da cidadania. Além disso, por ser um sistema de representação proporcional com lista aberta, as eleições para deputados federais e estaduais fortalecem o personalismo entre candidatos individuais. Soma-se a isso o grande número de partidos que enfrenta a disputa eleitoral em distritos grandes, o que se converte em um excesso de candidatos, tornando as opções menos

²³ Diz respeito à capacidade que os constituintes têm de impor sanções aos governantes, notadamente reconduzindo ao cargo aqueles que se desincumbem bem de sua missão e destituindo os que possuem desempenho insatisfatório. Inclui a prestação de contas dos detentores de mandato e o veredicto popular sobre essa prestação de contas. É algo que depende de mecanismos institucionais, sobretudo da existência de eleições competitivas periódicas, e que é exercido pelo povo (MIGUEL, 2005)

claras para os eleitores. Leva-se em conta, também, que regras eleitorais têm incentivado a formação de coligações partidárias, inclusive em eleições regidas pelo sistema de representação proporcional. Isso significa que muitas vezes os eleitores não conseguem identificar em quem de fato estão votando, devido às alianças eleitorais formadas por uma grande variedade de partidos. Alianças de tal monta dificultam o cálculo do coeficiente eleitoral, induzindo o eleitor a eleger candidatos que se distanciam de sua real escolha.

Dessa forma, após duas décadas de redemocratização, constata-se a insatisfação dos cidadãos brasileiros com a democracia existente²⁴. Eles demonstram uma profunda descrença nas instituições que constituem o pilar da democracia representativa: os partidos políticos e o Congresso. A sociedade busca formas de participação junto ao Estado, como o Orçamento Participativo e conselhos gestores, apontando para a existência de uma democracia de sociedade civil no Brasil. Contudo, a corrupção, a violência e a má qualidade dos serviços públicos são questões que afligem os/as brasileiros/as, levando-os/as a pressionarem e serem pressionados/as a provocar mudanças nas práticas políticas vigentes.

Vários setores da sociedade brasileira voltam sua atenção para as concepções alternativas de democracia, que têm encontrado abrigo, sobretudo, junto aos movimentos sociais, na tentativa de qualificar a democracia no país. Tais concepções do regime, que recuperam a visão da democracia como governo do povo, e se apresentam como alternativa à concepção de democracia mínima, têm como ponto comum a compreensão de que a participação política dos/as cidadãos/ãs é crucial para que a democracia se efetive. Contudo, elas concebem de maneira diversa as formas e instâncias de participação democrática.

As correntes teóricas alternativas, como a democracia participativa e a democracia deliberativa, entre outras, representam propostas frente aos limites apresentados pela democracia liberal-pluralista. No caso brasileiro, em que as concepções liberais de respeito aos direitos individuais, isonomia perante a lei, e estrita observação dos direitos civis nunca foram completamente efetivas, as soluções apontadas pelas concepções alternativas de democracia têm chamado atenção para as reflexões em torno dos valores bases da democracia e da justiça, como a liberdade e a igualdade. Apontam também para a compreensão mais ampla do conceito de política e para o processo de aprendizagem que representa a participação política. Portanto, sem pretender um exame exaustivo do debate teórico em torno das teorias alternativas da democracia, torna-se apropriado um olhar sobre as diferenças entre suas principais correntes.

²⁴ Para verificar a insatisfação dos latino-americanos com a democracia veja o relatório do PNUD, 2004.

2.2 - Concepções alternativas de democracia

As teorias alternativas da democracia surgem em resposta ao descontentamento frente à teoria política hegemônica de democracia mínima. Suas principais correntes podem ser identificadas como participativa (BACHRAC, 1967; MACPHERSON, 1977; PATEMAN, 1992), deliberativa (HABERMAS, 1984; BOHMAN, 1996; COHEN, 1997), e cívico-republicana (BARBER, 1984; SANDEL, 1998; ARENDT, 2004). Dessa forma, as três vertentes apontam para uma concepção mais ampla do político, que envolve a valorização e expressão da cidadania e instituições que possibilitem e estimulem o envolvimento dos/das cidadãos/ãs nos assuntos de interesse público.

Apesar da sentença de Fukuyama, F. (1992) sobre o “fim da história”, que remete ao domínio da democracia liberal no mundo ocidental, é propício lembrar que sua tese não é unânime. Os teóricos da democracia alternativa, por exemplo, tomam a democracia liberal como referência para negá-la, aprofundá-la ou reformá-la. Portanto, torna-se útil resgatar o pensamento, muitas vezes liberal, de alguns autores assumidos como precursores ou influências dos teóricos da democracia alternativa. Dentre os principais é possível citar Rousseau (2000), Tocqueville (2005) e John Stuart Mill (1981).

Rousseau (2000), em crítica clara às concepções hobbesianas da política e do pacto social, vai propor o exercício da soberania pelo povo como condição primeira para sua própria libertação. A instituição de uma sociedade civil não implica perda da liberdade, mas troca da liberdade do estado de natureza para liberdade civil pactuada. Dessa forma, uma das grandes preocupações do autor diz respeito à garantia da liberdade civil, que vai ter como condição para legitimidade a igualdade entre os pactuantes. Sendo esta a essência do pacto social: “Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo seu poder sob a suprema direção da vontade geral, e recebemos, enquanto corpo, cada membro como parte indivisível do todo” (ROUSSEAU, Cap. IV, 2000, p. 220)²⁵.

O povo soberano é portador da liberdade civil porque estabelece as leis que vai obedecer e assim se mantém autônomo, permanecendo livre. A obediência às leis elaboradas por ele mesmo vai compor a vontade geral, permitindo que, nesse caso, a submissão se associe à liberdade. Não há, em Rousseau (2000), esferas separadas que componha Estado e sociedade, o contrato estabelece um só corpo moral e político, que no caso de ser ativo identifica-se como soberano, e no caso de ser passivo identifica-se como Estado, como ilustra

²⁵ Passagem retirada do Contrato Social, selecionada por Nascimento e contida no Capítulo do livro *Os Clássicos da Política*. Vol. 1. Organizado por Weffort (2000).

a passagem abaixo:

Essa pessoa pública, que se forma, desse modo, pela união de todas as outras, tomava antigamente o nome de cidade e, hoje, o de república ou de corpo político, o qual é chamado por seus membros de Estado quando passivo, soberano quando ativo, e potência quando comparado a seus semelhantes. (ROUSSEAU, Idem, p. 220-221)

Para Rousseau (2000) um governo soberano tem de ser possuidor de legitimidade, e só há uma forma de fazer isso, submetendo-se à vontade geral e ao poder soberano do povo. Mas o desenvolvimento das sociedades, a corrupção dos valores e a desigualdade entre os homens fazem com que a soberania popular esteja exposta a muitos riscos. Um deles é pensar na possibilidade de representação da vontade geral; mas para o autor isso é impossível. A única maneira de expressar a vontade geral é de forma direta. Conquanto, para ele, seja necessária a representação no governo, dado o crescimento da população e das cidades, a liberdade dos cidadãos nesse caso corre risco constante e exige vigilância permanente. É recomendável, portanto, a troca frequente daqueles que ocupam as funções representativas, a seleção de lideranças por sorteio, em vez de eleições; e a garantia de que os governos devem se restringir à vontade da legislatura e aos atos administrativos. Vontade é identificada pelo autor com a vontade geral.

Algumas idéias-chaves do pensamento do filósofo político vão ser recuperadas nas proposições dos teóricos alternativos da democracia. Destaca-se a idéia da criação de um corpo moral e coletivo como resultante do pacto social, a busca pela preservação da liberdade, a necessidade de participação ativa dos cidadãos no exercício da política, a eliminação ao máximo da representação, e o polêmico conceito de vontade geral.

Outro filósofo político que vai exercer forte influência nas teorias alternativas de democracia é Tocqueville (2005). Para o autor, a democracia é compreendida enquanto governo do povo. Foi possível para ele observá-la em sua forma mais autêntica na América dos anos de 1830. Na avaliação do pensador, a democracia identifica-se com igualdade e na América se desenvolve com liberdade. Ao contrário do que acontecia na Europa, e em particular em sua terra natal a França, a igualdade de condição existente entre os cidadãos americanos lhes garantia o acesso ao voto, à voz, e aos cargos públicos, permitindo uma paridade que representava a condição fundamental da democracia. A compreensão de igualdade de condições, para ele, dizia respeito muito mais à homogeneidade cultural e política do que às condições econômicas de fato. Apesar de que, no caso específico da América, a extensão de terras e riquezas a serem exploradas, e a falta de uma tradição distintiva da aristocracia permitiam uma mobilidade social que facilitava a existência de uma igualdade de condições.

A questão fundamental no exame da democracia, para o autor, gira em torno da conciliação entre igualdade e liberdade. Em sua perspectiva, a democracia tornava-se um fenômeno de caráter universal, em que a ampliação da igualdade de condições era um processo deflagrado e irreversível, mesmo que em ritmos e condições diferenciadas para cada nação. Por isso, em consequência das condições culturais e econômicas existentes em cada nação, será a ação política de cada povo que vai definir se a democracia vindoura será liberal ou tirânica. O risco de tirania é resultado, principalmente, do surgimento de um Estado autoritário/despótico, e do surgimento de uma sociedade de massa que implemente uma tirania danosa.

O receio de que uma cultura igualitária da maioria acabe com a possibilidade de manifestação de indivíduos e pensamentos diferentes, ou minorias é patente para Tocqueville (2005). Assim como o desenvolvimento do individualismo, que cresce com a Revolução Industrial e faz do lucro a razão da defesa do auto-interesse, comprometendo, na visão do autor, o envolvimento e o interesse dos cidadãos na coisa pública. O risco do crescimento do individualismo é que leva os cidadãos a se preocuparem só com seus afazeres e interesses particulares, deixando todo o resto ao encargo do Estado, que passa a centralizar as decisões e definir tudo sozinho, aumentando cada vez mais seu escopo de atuação, a ponto de interferir nos direitos fundamentais e se transformar em Estado autoritário/despótico. Para evitar esse perigo, o autor prega uma moralidade que se confunde com a política, à medida que os cidadãos precisam agir publicamente para assegurar a democracia e a liberdade.

As soluções encontradas para evitar a tirania da maioria e o despotismo passam pela ação política ativa na defesa da coisa pública por parte dos cidadãos, sendo esta ação a principal delas. A existência de instituições que levem à associação dos cidadãos na defesa de seus direitos, a existência de grandes partidos; a descentralização administrativa para permitir maior participação e envolvimento dos cidadãos na coisa pública; espaços públicos que permitam o exercício do discurso e da ação política, a Constituição e das leis que garantam a defesa das liberdades e igualdade fundamentais também constituem medidas de prevenção ante as ameaças democráticas. Mesmo instituída formalmente em leis e códigos, a única garantia do exercício e existência real da liberdade, para Tocqueville (2005), é a ação ativa dos cidadãos em sua defesa. Dessa forma, as garantias e soluções para a existência e o aperfeiçoamento da democracia se encontram dentro desta.

As observações de Tocqueville (idem) são de grande importância para as teorias alternativas da democracia. Sua ênfase na ação política, a valorização de uma cultura igualitária, a crença na possibilidade de conjugar igualdade e liberdade, as soluções

institucionais vinculadas diretamente à ação cidadã para sustentar a igualdade e a liberdade, e o imperativo moral da política enquanto defesa do interesse público são bases importantes para as diversas vertentes das teorias alternativas da democracia. Tal influência se estende, ainda, a outro precursor das teorias alternativas da democracia, como será visto agora.

John Stuart Mill (1981), inspirado nas observações de Tocqueville (2005) sobre a América, procura combinar democracia e liberalismo, buscando soluções para a ameaça da opressão da minoria pela maioria. Para o autor, uma questão importante sobre a democracia era como as pessoas, sendo livres, iriam limitar a si mesmas. Dessa forma, ele aponta como princípio democrático o limite do exercício do poder sobre os membros da comunidade. A condição exigida para que se pudesse exercer controle sobre o indivíduo era que representasse uma ameaça aos outros. O exercício do poder sobre o cidadão, alegando que seria para seu próprio bem, não é, portanto, motivo que permita tal opressão. O cidadão deve ter o direito de escolha sobre o que considera o bem, e como atingi-lo.

As garantias de leis e regras que defendessem o direito do indivíduo não eram o suficiente para assegurar que a tirania da maioria, preocupação compartilhada com Tocqueville, se instaurasse. Ainda era possível que interesses corporativos ou de classes elaborassem leis que ameaçassem a justiça e os interesses conjuntos de outras facções. Para evitar que isso ocorresse, o pensador inglês propunha a garantia de representação da minoria, através da adoção de sistemas eleitorais proporcionais, além do voto plural, com peso diferenciado, que permitisse que as elites culturais se tornassem o fiel da balança, frente ao inevitável embate de interesses das classes trabalhadoras, com as proprietárias.

Sendo considerado um dos maiores expositores do liberalismo inglês, Mill (1981) propõe uma série de reformas, que passam pela defesa do sufrágio universal, e pelo poder de voto para as mulheres. O pensador tinha como sua grande preocupação, e questão política da época, a incorporação dos trabalhadores no sistema político. A incorporação da massa de trabalhadores ao sistema político levaria, na visão do autor, à qualificação dos cidadãos, através do debate e interesse decorrente do processo de escolha eleitoral. Garantiria ainda a liberdade, à medida que o direito dos trabalhadores defenderem seus interesses se confrontaria com os interesses mesquinhos das classes médias inglesas. Portanto, a garantia de instituições que permitissem a participação pública das massas trabalhadoras era fundamental para assegurar a democracia.

A influência utilitarista de seu pai, James Stuart Mill (1773-1836), e de seu padrinho, Bentham (1748-1832), não se perde completamente no pensamento de John Mill. É possível observá-la nos critérios de avaliação do governo. Para os utilitaristas, o ser humano motiva

suas ações procurando maximizar o prazer e minimizar o sofrimento; o cálculo para avaliação do bom governo é fornecido por aquele que garante o maior contingente de felicidade para seus cidadãos. John Mill vai alterar esse pensamento, por não acreditar que a felicidade seja propícia à mensuração quantitativa e por não acreditar que a sociedade é um agregado de indivíduos em busca única e exclusivamente da realização de seus desejos. Porém, ele mantém a idéia de que o bem-estar do indivíduo é o critério para a avaliação do governo; portanto, aquele que oferece o maior bem-estar para os cidadãos será o melhor governo. Contudo, o critério fundamental de satisfação ou bem-estar do homem não é seu desejo, mas o desenvolvimento de suas capacidades. Essa característica da natureza humana é para Mill a medida do bom governo. Dessa forma, a medida de avaliação do bom governo é: “o grau em que ele tende a aumentar a soma das boas qualidades dos governados, coletiva e individualmente” (MILL. 1981, p.19)

John Stuart Mill (1981) estabeleceu as liberdades a serem protegidas em uma democracia, ou seja, a de consciência, de pensamento, de sentimento, de sustentar e emitir opiniões, de determinar sua própria vida, e de associação, desde que a última não seja para fins perniciosos. Enfim, liberdades associadas, sobretudo, a direitos civis. O filósofo faz a defesa da preservação dessas liberdades, em uma democracia representativa (idem, p. 256), que estimulasse a participação direta dos cidadãos no governo. A participação política estimularia a confiança dos cidadãos em sua capacidade de autogoverno, no desenvolvimento de valores morais comuns e de capacidade intelectual. A proposta de Mill (1981) não é a eliminação da democracia representativa, mas sua combinação com a participação direta sempre que possível. A utilidade e superioridade da democracia enquanto regime político reside no fato de possibilitar o desenvolvimento das capacidades humanas. A liberdade é, portanto, uma exigência para o desenvolvimento das capacidades humanas, pois permite a ação e qualificação dos cidadãos. Essas idéias vão influenciar, fortemente, os teóricos da chamada democracia participativa. Assim como a questão da igualdade, na qual o autor vai constituir-se em referência, pois sua defesa do sufrágio universal e do direito de voto para as mulheres lhe garante posto entre os igualitários.

Um filósofo contemporâneo que pode ser considerado um precursor das teorias alternativas da democracia, em virtude da radicalidade de suas críticas à democracia existente e aos rumos do liberalismo na década de 1930, é John Dewey. Ele vai promover um confronto de idéias dos filósofos clássicos liberais com as práticas e concepções democráticas, sobretudo na América. As contribuições foram revalorizadas a partir dos anos 1970, pois suas teorias, além de se apresentarem como alternativa ao procedimentalismo, antecipam formas

alternativas de democracia, como o republicanismo. O conceito de democracia em Dewey (1970) assevera que são as instituições que devem se adaptar à democracia, e não o contrário, uma vez que elas refletem o nível de preparo moral e intelectual dos cidadãos. Sua proposta de democracia como ‘modo de vida’ em vez de exercício político garantido pelo Estado baseia-se nas crenças, valores e potencialidades da ação do homem comum.

Um dos fundamentos de sua teoria é a idéia de que a democracia transcende ao Estado e à esfera política, compreendida como partidos políticos, congresso etc; pois se encontra em todas as formas de convívio e organização social, como a família, a escola e o trabalho.

[...] O problema da democracia faz-se o problema de uma forma de organização social, estendida a tôdas as áreas e modos de vida, em que as potencialidades dos indivíduos não somente estejam livres de constrangimento mecânico externo mas sejam estimuladas, sustentadas e dirigidas. Essa organização requer muito mais educação do que a da escola comum, a qual, sem a renovação das molas do propósito e do desejo, transforma-se em novo modo de mecanização e formalismo, tão hostil à liberdade. (DEWEY, 1970, p.39-40)

Em sua leitura do liberalismo, Dewey expressa que as novas escolas de pensamento, referindo-se ao romantismo e ao idealismo orgânico, contribuem para a destruição da idéia de liberdade como algo inerente ao ser humano, e passam a tratá-la como algo a ser conquistado; assim “[...] a possibilidade de consegui-lo está condicionada pelo meio institucional em que vive o indivíduo” (idem, p. 35). Para o autor, essas novas escolas são responsáveis por uma fissura interna no liberalismo que o leva à impotência, à medida que propagam a idéia de que o Estado é responsável pela criação de instituições nas quais os indivíduos possam realizar suas capacidades. Contribuíram, ainda, para a crise do liberalismo a falta de senso histórico que possibilitasse aos primeiros liberais a percepção de que suas interpretações de liberdade, individualidade, e inteligência eram historicamente condicionadas. Mas, para o autor, a crise do liberalismo evidencia-se, sobretudo, quando a compreensão da iniciativa, do vigor e da independência são excluídas de áreas como a ciência, a arte e a convivência humana, para se restringirem à esfera econômica.

Dessa forma, uma investigação importante para ele vai ser a ligação entre liberdade e cultura. A cultura é compreendida como um complexo de condições que regula os termos em que os seres humanos se associam para a vida em comum (DEWEY, 1970, p.100). O autor se questiona sobre qual tipo de cultura é tão livre que gera a liberdade política, e se há na relação entre cultura, democracia política e instituições sociais algum fator que possa ser considerado causal. Dessa forma, a função da cultura é determinar quais elementos da natureza humana são dominantes, e um deles é a idéia de que a natureza humana é inerente e exclusivamente individual.

Para ele, a idéia de cultura, definida em termos antropológicos, dá uma nova faceta à questão da relação entre o individual e o social. A liberdade individual exige esforço para sua realização, porque as condições democráticas não existem ou se mantêm de modo automático, ou podem ser identificadas com o cumprimento de prescrições constitucionais, mas só se realizam a partir do autogoverno. Dessa forma, o autogoverno, em espaços locais como conselhos municipais que se voltem para administração de escolas, tributação etc, constituem preparação para realização deste em escalas maiores, e no incentivo ao espírito público, mesmo que isso não se traduza em maior informação para o cidadão.

A grande questão é que o liberalismo, tendo por base a individualidade, tem de se preocupar com a “estrutura da ação humana”. Dewey (1970) volta-se para a concepção de inteligência que se integre aos movimentos sociais e direcione a ação social no aprimoramento dos negócios públicos, da administração e da legislação. O conceito de inteligência trabalhado pelo autor refere-se, sobretudo, à inteligência social, a qual cria o conhecimento e a tecnologia que devem ser herdados e partilhados por todos na transição para uma nova organização social, e não apenas por grupos de elites, tornando-se essa a grande tarefa do liberalismo e desafio a ser resolvido.

Assim, ele propaga que o planejamento social organizado deve ser colocado em execução para criação de uma ordem que seja socialmente dirigida, voltada às instituições que provenham à base material para liberação cultural e o desenvolvimento dos indivíduos, como o único método de ação social para atingir os fins do liberalismo (p. 59). Esses fins são compreendidos como a liberação efetiva dos indivíduos para que possam realizar suas capacidades. Isso porque, para o autor, a maior força educativa e modeladora das disposições e atitudes dos indivíduos é a do meio social em que vivem.(p.89).

Para que tais propósitos sejam alcançados, o ponto de partida encontra-se na educação, que ajuda a formar hábitos da mente, do caráter, padrões morais e intelectuais que permitam o planejamento social organizado na consideração das realidades sociais, em termos de causa e efeito, e de políticas sociais, em termos de meios e consequências. Tal educação não pode se restringir à abstração e tem de ligar-se a ações que modifiquem as instituições. É exatamente na organização para a ação que os liberais da época são fracos, e sem essa organização a democracia pode desaparecer por negligência e falta.

Dessa forma, deve-se ter cuidado com o hábito das sociedades modernas considerarem a inteligência um exercício do direito individual, que nos leva ao uso da força e da coerção frente a qualquer ameaça ao *status quo*, além do hábito de associar e restringir a inteligência a debate e à livre expressão e resolução dos problemas sociais. Pois a falta de uma teoria

adequada da natureza humana no Século XIX, em suas relações com a democracia, fez com que os fins e métodos democráticos se tornassem hábitos e tradições. Não é possível esquecer que a democracia pressupõe a crença de que as instituições políticas e a lei podem ser tais que consubstanciem de modo fundamental a natureza humana (idem, p.211). Dessa maneira, para John Dewey, os acontecimentos sociais e a democracia continuarão a ser produtos da interação entre a natureza humana e as condições culturais que propiciem a cooperação e criem mecanismos democráticos (idem, p.256-260).

O debate e as idéias desenvolvidas pelos filósofos políticos sobre a igualdade e liberdade nas sociedades democráticas servem de base para os questionamentos sobre a democracia existente em nossas sociedades. O lugar e a concepção da política e do papel dos/as cidadãos/ãs, assim como a opressão das minorias são temas comuns entre as correntes alternativas da democracia. Como será visto a participação pública dos/as cidadãos/ãs na defesa dos interesses comuns, frente ao individualismo que fragiliza a comunidade, é outra temática que perpassa o pensamento dos diferentes teóricos alternativos da democracia. A compreensão da política em termos amplos recupera, para os teóricos alternativos, os pressupostos morais para a política e os valores culturais como bases institucionais.

2.3 - A democraciaparticipativa

A denominação democracia participativa surgiu em 1960 e é atribuída a Kaufman (1996), que foi um dos conselheiros do movimento de estudantes universitários da Universidade de Michigan nos EUA. O manifesto elaborado pelos estudantes, e conhecido como “*Port Huron Statement*”, lançou as reivindicações de participação na Universidade e em outros locais de governo, servindo de referência para os diversos movimentos que se sucederam na época. O questionamento maior do movimento estudantil era a postura antiparticipacionista dos professores neoschumpeterianos (CUNNINGHAM. 2009, p. 148)

Como demonstra Carole Pateman (1992), em seu livro *Participação e Teoria Democrática*, o conceito schumpeteriano de democracia influenciou todos os contemporâneos da teoria democrática, ao associar participação ativa da população no processo político com ameaça à estabilidade democrática²⁶. A falta de evidência empírica que comprovasse esta associação, somada ao processo de frustração com os mecanismos de representação

²⁶ Para apreciação desta posição vide: Bobbio (1986) e Dalh (1956).

tradicionais, leva a uma crescente organização e pressão da sociedade civil sobre o Estado, o que amplia os processos participativos na busca por legitimidade e soluções para as demandas sociais.²⁷

É possível notar nitidamente no pensamento de Pateman (1992) as influências de Rousseau (2000), que foi um dos grandes defensores da participação política enquanto método pedagógico para identificação da vontade geral, e de Stuart Mill, que na defesa do sufrágio universal resgata a idéia da participação política enquanto instrumento de educação e qualificação do cidadão. Ela se refere à democracia participativa como um processo pedagógico. Para a autora:

[...] a teoria da democracia participativa é construída em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente. A existência de instituições ocorre por meio do processo de participação. “A principal função da participação na teoria democrática é, portanto, educativa”. (PATEMAN. 1992, p.60)

A maior participação dos cidadãos na vida pública é uma das maiores preocupações da democracia participativa, porque a política não é compreendida unicamente como um meio para atingir um determinado objetivo, mas como um fim em si. A participação é um processo pedagógico de autodesenvolvimento e autoexploração individual. É também a forma que permite a constituição de um cidadão livre. Alcançar o autodesenvolvimento, portanto, não é possível de forma individual e isolada, mas só através da ação e envolvimento com as outras pessoas, que, por sua vez, fazem parte e ajudam a constituir os projetos pessoais de cada um. O autodesenvolvimento implica a igualdade de direito participativo nas tomadas de decisões comuns.

Dessa forma, Macpherson (1977) faz alusão ao principal objetivo da sociedade democrática, que seria o desenvolvimento ou habilidade de exercer ou expandir as capacidades individuais. Tal compreensão do autor inspirou Carol Gould em sua definição de autodesenvolvimento: esse processo que consiste na formação de novas capacidades e na elaboração ou enriquecimento de sua existência²⁸ (1988, p.47).

Nessa perspectiva, a função pedagógica da participação é primordial, pois ela age na formação de determinados tipos de caráter ou personalidade, garantindo qualidades, como a autoatividade, a disposição para reciprocidade e o reconhecimento, a tolerância, a iniciativa própria, a flexibilidade, a capacidade de expressão, o espírito de cooperação e a solidariedade,

²⁷ A pressão pela ampliação do conceito de democracia para áreas como as sociais, culturais e econômicas vai crescer principalmente a partir da década de 1960, através de questões como as raciais, nos EUA, de gênero, sobretudo das mulheres, e a exigência de mecanismos mais eficientes para o exercício de controle do Estado pelo cidadão.

²⁸ Tradução própria.

a noção de comunidade, todas as qualidades importantes para estimular a participação do sujeito nas escolhas coletivas (GOULD. 1988, p. 284-295)

Nesse sentido, Miguel (2005) ressalta que dentre as correntes da democracia alternativa, a participativa é a que mais se aproxima de um modelo institucional a ser implementado. Apesar de, grosso modo, a democracia participativa ser associada à defesa da democracia direta, em uma clara associação com o modo de democracia grego, segundo o autor, essa compreensão não condiz com a realidade. Sem abrir mão da representação, os partidários da democracia participativa propõem a sistemática ampliação da participação dos cidadãos na vida pública, com vistas ao aperfeiçoamento e proteção da própria democracia.

Os defensores da democracia participativa falam da criação de mecanismos democráticos em comunidades locais, como escolas, clubes e bairros, sem que isso implique a redução do tamanho do Estado-Nação e, portanto, da existência da representação. Porém, a concepção de política, assim como a de democracia, passa por uma compreensão ampla, que vai além dos domínios do Estado. Dessa forma, a democratização deve atingir os locais de trabalho, as relações familiares, os meios de comunicação, as escolas e a própria relação entre a humanidade e seu meio ambiente. Essas são situações que constituem “sistemas políticos” em sentido amplo e, por isso, sujeitos à democratização (PATEMAN. 1992, p. 35; BACHRAC. 1967, p.70).

A participação local se combinaria ao sistema político representativo, que permite a tomada de decisões em larga escala. Os novos arranjos institucionais, onde ocorreria a participação dos cidadãos, têm entre seus objetivos o aprimoramento da representação. Ela aconteceria em consequência da qualificação dos cidadãos, que amplificaria o controle sobre os representantes. Tais organizações políticas visam, mais do que substituir o sistema representativo, aperfeiçoá-lo e aproximá-lo ao máximo do conceito de democracia como governo do povo.

A decisão política advinda dos fóruns de participação contemplaria a maior quantidade de interesses em jogo porque resultaria do debate e decisão do maior número de interessados. O incremento da participação política dos/as cidadãos/ãs seria decorrente dos interesses em jogo e do poder exercido pelas escolhas políticas, pois as decisões afetariam suas vidas diretamente, o processo participativo implicaria um aumento de informação política e maior compreensão do processo político como um todo. Tal condição permitira maior *accountability* sobre o sistema político e sobre os representantes, em decorrência da prática de escolhas e debates políticos, assim como maior propriedade para escolha dos representantes políticos.

A crítica mais comum às propostas participativas é a de que as pessoas estão

envolvidas com seus afazeres e interesses, e tal ordem de participação compromete um tempo e atenção que elas não estariam dispostas a dedicar. A resposta a tais críticas se utiliza das pesquisas empíricas, como as de Almond e Verba (1965), para afirmar que o desinteresse da população em participar politicamente se deve à inexistência de espaços onde ela possa exercer seus poderes e criar hábitos participativos (BARBER, 1984).

A democracia participativa exige, por parte da cidadania, uma mudança de postura, e das pessoas uma transformação no estilo de vida. Tal experiência alteraria a psicologia, as crenças, valores e atitudes dos/as cidadãos/ãs. A participação permitiria que os indivíduos identificassem melhor suas necessidades e percebessem os interesses e problemas comuns existentes. Dessa forma, os cidadãos poderiam compartilhar de um senso de responsabilidade pela comunidade, por suas escolhas e pelos objetivos comuns, permitindo um espírito de identificação e maior tolerância com os demais. Assim, David Held afirma que “a participação na vida política é necessária não só para a proteção dos interesses individuais, mas também para a criação de uma cidadania informada, comprometida e em desenvolvimento”²⁹ (1996, p.129).

De uma maneira geral, a teoria da democracia participativa não se empenha de forma resoluta a uma discussão fundamental para a garantia da igualdade e liberdade política. Esse debate diz respeito às diferenças econômicas existentes na sociedade Capitalista. Nesse sentido, Pateman (1992) dá ênfase à democracia industrial, propagando maior participação nos locais de trabalho e no processo de produção. Entretanto, existem teóricos, como Macpherson (1977), que defendem formas mais diretas de representação política. Inspirado nos modelos de conselhos comunistas, o autor fala em estruturas piramidais de decisões, que englobam os mecanismos locais e permitiriam aos cidadãos maior proximidade da política. Faz referência, ainda, a mecanismos de controle que chegariam ao poder de destituir seus representantes. O autor propõe esses modelos institucionais ao tocar em um ponto crucial para a democracia participativa e para a igualdade política, que é a desigualdade material. Ele vai se enfrontar em um debate bastante central para a época, que é o da luta de classes e do fim do Capitalismo. A derrubada do muro de Berlim e a transformação gradativa das sociedades de regime socialista, contudo, levam aos questionamentos das crenças sobre o fim do Capitalismo e a atuação da classe trabalhadora nesse processo.

Dedicam-se, também, a essa temática Bachrach e Botwinick (1992), que chamam atenção para o papel das grandes corporações, sugerindo a aliança de grupos mobilizados, como feministas e ambientalistas, com os trabalhadores, para barrar o poder das corporações.

²⁹ Tradução própria da autora.

Já Gould (1988), ao refletir sobre a questão, propõe mecanismos de autogestão dos trabalhadores, que envolveriam o controle e a gestão das empresas, além da autogestão da propriedade do capital, e formas de redistribuição dos lucros. Dahl (1990), que nos últimos anos tem se alinhado às propostas participativas, também defende a autogestão dos trabalhadores. Na percepção do autor, a condição de extrema desigualdade material não permite que haja livre participação ou um debate entre iguais. A igualdade se encontra excluída também da associação lógica feita entre a condição de consumidores e eleitores, que participam de um mercado eleitoral. A condição de consumidor é desigual em sua gênese; portanto não pode ser condição para a manutenção e o desenvolvimento da democracia.

As questões relativas à diminuição das desigualdades materiais e ao aumento do poder dos cidadãos interessam, particularmente, aos debates nos países em desenvolvimento e de democratização recente. Para a democracia participativa, é impossível falar em democracia com a existência de grandes desigualdades econômicas. As atuais recomendações dos organismos internacionais para a América Latina e as ações de combate à pobreza na região parecem concordar com essa premissa.

2.4 - A democraciadeliberativa

Desde suas reflexões sobre a ‘esfera pública’, Habermas (1984) torna-se uma referência importante para a democracia deliberativa. Essa vertente da concepção de democracia vem ganhando inúmeros adeptos em seu combate aos limites da democracia liberal-pluralista. Isso porque, para o autor, nas sociedades onde o Estado de bem-estar social se instaurou, ou seja, nas sociedades materialmente resolvidas, a esfera política sofre um processo de enfraquecimento em seu papel norteador sobre a ética da convivência social e o interesse coletivo. O reconhecimento e a legitimação do mercado como forma de mediação fazem com que a política volte-se, principalmente, para aspectos técnicos, deixando em segundo plano a promoção de diálogo ou debate que possibilitem uma interação em torno dos problemas sociais, como a liberdade, a justiça ou a igualdade.

O autor (1984) concorda com as premissas weberianas sobre o desenvolvimento da racionalidade instrumental e do predomínio burocrático na sociedade moderna. Afirma que é possível observar a diminuição das ações do Estado no tocante às suas funções sociais, pois as instituições vêm perdendo a ligação com os fins para os quais foram criadas. Os problemas

sociais, nessa perspectiva, passam a ser vistos sob a ótica burocrática da gestão para a eficácia, sem haver, contudo, uma reflexão ou discussão dos valores que orientam as regras de satisfação dos interesses ou necessidades sociais. O espaço de interação comunicativa, ou a esfera pública, que era campo da política, passa a ser dominado pela racionalidade instrumental. Nessa lógica, critérios de avaliação dos interesses e valores públicos, como justiça ou legitimidade, são substituídos pela discussão sobre quais os meios mais eficazes para atingir determinados fins.

É na esfera pública burguesa que Habermas (1984) encontrou a prática da “boa política”, nos debates e discussões do interesse coletivo. Esse ideal normativo inspira a ação comunicativa (idem, 1987a, 1987b) que visa o entendimento mútuo, o qual implica discussão de posições e alteração de posturas, mediante a negociação e o debate. Nesse sentido, coloca-se em oposição à conduta estratégica que visa atingir um determinado fim. A ação comunicativa, portanto, promove a integração da sociedade.

Para Miguel (2005), Habermas apresenta um modelo normativo de democracia deliberativa calcado em um ideal “que remete a uma matriz histórica (ou pseudo-histórica), a esfera pública burguesa” (p. 13). A participação na esfera pública é garantida não por uma igualdade substantiva, mas por uma igualdade formal da condição discursiva. Tal proposição gera diversas críticas, inclusive entre teóricos da democracia deliberativa. Dryzek (2000), por exemplo, acusa o pensamento de Habermas de se aproximar do constitucionalismo liberal. Segundo Vitullo (1999), em sua revisão das teorias da democracia alternativa, as principais críticas existentes à corrente deliberativa dizem respeito a sua essência. Os pontos mais relevantes criticados são a contradição ente o ideal deliberativo e a realidade das sociedades contemporâneas; e as estratégias políticas e institucionais necessárias para atingir o ideal deliberativo (p. 73-74).

Apesar do avanço das discussões teóricas sobre a democracia deliberativa, as práticas deliberativas documentadas são ainda bastante incipientes. Sem desmerecer as conquistas e vantagens propiciadas pelo debate público, até os próprios deliberacionistas (BOHMAN, 1996; COHEN, 1997) reconhecem a dificuldade de institucionalizar práticas deliberativas e implementar condições efetivas para seu exercício. É necessário passar da teoria à prática, mas isso traz uma série de problemas a serem resolvidos. Um quesito polêmico e de difícil resolução para os teóricos deliberativos, que vai ser particularmente importante quando se observa a realidade brasileira e de toda América Latina, é a questão da igualdade.

Frente aos diferentes aspectos sociopolíticos, econômicos e culturais que envolvem a desigualdade existente nas sociedades contemporâneas fica muito difícil, para não dizer irreal,

falar em igualdade substantiva. No entanto, Cohen menciona que em uma deliberação ideal todos devem ser substancialmente iguais; devem ter o poder de colocar temas na agenda, submeter e oferecer razões, apoiando ou criticando as propostas levantadas (1997, p. 74). A ênfase na igualdade de participação, contudo, não altera as soluções oferecidas às desigualdades existentes. Por exemplo, a saída lógica oferecida pela teoria de Habermas (1992) não resolve a questão da efetividade de uma igualdade substantiva, muito ao contrário. Habermas (idem) acaba restringindo a igualdade a seu aspecto formal. A discussão na ‘esfera pública’ se faz como se todos fossem iguais, com base nos direitos formais que garantem a condição oficial de cidadão/ã. Mas, neste caso, é preciso questionar qual a diferença oferecida pela democracia deliberativa em relação à liberal-pluralista, dado que aqueles que possuem maiores recursos materiais e cognitivos conseguem, por este motivo, inserir suas demandas na agenda pública e se fazer representar em detrimento dos demais.

A questão das diferenças econômicas e seus efeitos na produção dos discursos, e mesmo no desenvolvimento das capacidades individuais dos/as cidadãos/ãs, tem recebido pouca atenção por parte dos teóricos da vertente deliberativa, assim como as diferenças relativas à desigualdade de poder expressas no discurso. Young (1990) chama atenção para a questão de gênero e a desigualdade latente na lógica do discurso dominante praticado. A existência de um modo de estruturar e operar os discursos e o domínio deles já reflete em si a desigualdade de poder existente. Tal condição se torna uma desvantagem para a prática de universalização de interesses por parte das mulheres e das minorias, por exemplo. A autora resgata o conceito de respeitabilidade para fazer referência aos profissionais que ocupam posições privilegiadas e dominam a lógica do discurso racional, linear e dominante, e que por isso são tratados com respeito e escutados de pronto – enquanto as minorias e os oprimidos, por se diferenciarem e produzirem discursos exaltados, com apelos emocionais, necessitam conquistar o respeito dos ouvintes a cada fala, sendo avaliados na forma, tom, e conteúdo de suas posturas e tentativa de intervenção (idem, ibidem, p. 57-58).

Os aspectos ressaltados acima apontam para as diferenças existentes entre os expositores da corrente deliberativa. Como ressalta Vitullo (1999), uma das principais divergências diz respeito ao requisito de imparcialidade, quando os argumentos devem se revestir dessa qualidade, convertendo as preferências auto-interessadas em imparciais. Bohman (1996) é um teórico que demonstra discordância de tal exigência. Ele alerta que a publicidade é necessária no processo deliberativo, mas é possível transformar necessidades pessoais em argumentos compreensíveis e convincentes publicamente, sem ser imparcial. Outro quesito ainda vinculado a noções como de imparcialidade refere-se à buscar por

construção de sistemas normativos universais. Advindos, sobretudo, das críticas feministas, a aparente neutralidade do seu discurso é acusada de esconder o exercício de dominação, que justifica formas hierárquicas de tomada de decisão por parte dos grupos dominantes, os quais exibem suas perspectivas como universais. Dessa forma, Young (1990, p. 4 e 5) sustenta que uma teoria da justiça que fosse de fato universal e independente, ao abstrair as situações sociais, as práticas particulares e instituições, se tornaria irreal. Mais um ponto crítico entre os teóricos deliberativos diz respeito ao bem comum. Por exemplo, Cohen (1997), em clara referência a Rousseau (2000), fala que a justificação das leis e políticas democráticas deve ser dirigida ao bem comum. Dessa forma, a democracia precisaria de uma igualdade entre os cidadãos, que constituiria a identidade e interesse destes para permitir a concepção de bem comum (idem, ibidem, p. 68). Novamente, Bohman vai ser crítico frente à proposta de construção de um bem comum pela deliberação. Para ele, a deliberação não envolve uma apropriação de valores compartilhados e ideais políticos já prontos e, portanto, não pode construir, nem descobrir o bem comum (idem, 1996, p. 6-7).

Apesar de divergências pontuais, existem questões comuns que permitem falar dos defensores da deliberação como uma corrente da teoria democrática. O aspecto discursivo é um deles, isso porque, a maioria dos teóricos concorda que desta forma os/as cidadãos/ãs podem escapar das decisões impostas (BOHMAN, 1996; p.4). Ao contrário do que defendem os liberais pluralistas, os interesses dos/as cidadãos/ãs não se encontram definidos a priori. Para os deliberativos, as posições e interesses políticos se definem ao longo das interações sociais e, portanto, podem ser formulados, alterados, modificados e/ou negociados no processo de deliberação pública, mediante a argumentação racional (COHEN, 1997; SUNSTEIN, 1993; DRYZEK; 1990; YOUNG, 1990). A deliberação, portanto, é compreendida como o processo de interação dos cidadãos no espaço público através do diálogo, que vai moldar, selecionar, lapidar e depurar os argumentos de forma racional, para que eles contemplem e expressem a orientação da comunidade (MILLER, 1993; COHEN, 1997). Contudo, o processo deliberativo vai além da simples agregação e negociação de interesses, ele baseia-se em uma concepção do ser humano que atua politicamente e, assim, formula suas preferências e convicções para além de um simples mecanismos de articulação e agregação de preferências já determinadas (COHEN, idem).

O processo deliberativo permitiria, sob diversos aspectos, a participação livre dos/as cidadãos/ãs no debate, no processo de persuasão, na constituição de interesses e na formulação de políticas que auxiliam na construção de laços de solidariedade, cooperação e reconhecimento entre os participantes. Assim como propiciaria contatos com visões

diferenciadas da realidade e dos interesses sociais. Os interesses individuais buscariam justificativa pública para a defesa de suas preferências (SUNSTEIN; 1993, p. 243), ou seja, haveria um esforço de universalização do interesse por parte de indivíduos ou grupos. Os cidadãos seriam mais informados sobre as escolhas disponíveis e sobre os problemas decorrentes de cada tomada de decisão através do debate. Dessa forma, a deliberação pode trazer novas questões para o debate e produzir melhores decisões públicas.

O processo deliberativo, portanto, também constitui um processo pedagógico para os/as cidadãos/ãs, à medida que permite a organização e expressão do pensamento; maior acesso à informação; maior confiança em si e nos demais, incentiva a tolerância frente às necessidades e pontos de vistas distintos; permite que a minoria identifique e exponha suas questões. Isso reforçaria os princípios e valores substanciais de uma democracia, e ajudaria a reduzir o individualismo, o isolamento, e os efeitos negativos dos cálculos estratégicos na resolução dos problemas sociais contemporâneos, através da participação no debate público.

2.5 - O republicanismo cívico

Inspiram os principais autores do Republicanismo Cívico pensadores como Rousseau (2000), Maquiavel (2007) e Hannah Arendt (2004), além do debate entre os historiadores das ideias Skinner (1996) e Pocock (2003). Isso porque, ao afirmar seu valor intrínseco, a vertente recoloca a política em primeiro plano e renega a compreensão desta como um meio para alcançar o consenso. A liberdade vai ser um tema central nessa concepção, pois é decorrente de sua definição como “ausência de dominação”; para isso a participação ativa da população se faz uma exigência.

Em oposição à concepção de liberdade individual, característica do liberalismo, o Republicanismo Cívico resgata a noção de bem-comum em Rousseau (2000). De acordo com Nascimento, para atingir o bem-comum, Rousseau propõe o exercício da soberania pelo povo como condição primeira para sua libertação (NASCIMENTO, 2000, p. 194). Ele traz para o debate o conceito de vontade geral, compreendida como a vontade do todo social, que nasce no momento da associação e se mantém ao longo do desenvolvimento da sociedade. Dessa forma, Rousseau (2000) não identifica vontade de todos com vontade geral, porque esta última diz respeito somente ao interesse comum, enquanto a primeira, “ao interesse privado e não passa de uma soma das vontades particulares” (idem, ibidem, p.228).

Por sua vez, as análises sobre a República em Maquiavel, realizadas por Pocock (2003) e por Skinner (1996), consideram que o republicanismo de Maquiavel seria uma

continuidade do pensamento clássico. Nesse caso, a liberdade individual não pode ser diferenciada da liberdade do Estado. Assim, a participação cívica dos/as cidadãos/ãs se torna uma exigência, e a organização institucional de um espaço público, onde o poder possa ser exercido pelos membros da comunidade política, também. Essa matriz interpretativa de Maquiavel é adepta da visão de um republicanismo institucional, no qual a lei e a ordem são o próprio âmbito da liberdade.

É propício lembrar que para Maquiavel (2007) o desejo do povo não pode ser esvaziado do conteúdo político. Conforme Adeverse (2007), a causa disso é que os homens se apegam a um *ethos* político, que é representado pela liberdade, e não abrem mão dele com facilidade. Assim, resta saber o que é liberdade para Maquiavel? Ela assume duas acepções: uma negativa, quando se refere às relações externas da cidade, ou seja, na relação da cidade com suas rivais; e outra positiva, em relação à ordem interna da cidade, onde o viver livremente significa viver sob leis que são elaboradas com, maior ou menor, participação popular pelos cidadãos. No tocante às relações externas, a liberdade é um componente importante na guerra contra as outras cidades, pois o povo livre é mais disposto para a luta, conclui Maquiavel (2007), ao observar a história romana. Da mesma forma, uma cidade livre tem maior tendência ao expansionismo, pois a riqueza conquistada pertence a todos e torna-se bem comum. Isso propicia uma identificação entre os interesses da pátria e os interesses individuais, ou do bem da cidade com o do cidadão. A pátria, para Maquiavel (*idem*), é a cidade a que se pertence; portanto, pode ser um principado ou uma República. Porém, a pátria implica compartilhar um modo de vida e uma cultura que se funda nos valores da liberdade e da igualdade civil.

A igualdade, para Maquiavel (2007), é uma das condições para o estabelecimento do regime republicano. Contudo, assim como para Tocqueville (2005), essa igualdade não apagaria as diferenças sociais e econômicas, ela diz respeito muito mais a certa homogeneidade no modo de vida dos cidadãos e seus efeitos políticos. A igualdade não é concebida em termos puramente econômicos, ou seja, ela não pode ser desvinculada de seus efeitos políticos, os quais em uma República se fazem sentir como desigualdade, o que significa a manutenção da desigualdade sobre um “fundo” de igualdade.

Em consequência, a discussão sobre quem deve ser o guardião da liberdade – o povo ou os grandes – é muito importante para a República. A resposta de Maquiavel (2007) para essa questão é o povo, porque o desejo dele é apenas o de não ser dominado. Assim, sua inclinação para dominar é menor do que a dos grandes. Dessa forma, guardar a liberdade significa institucionalmente dispor de autoridade para exercer magistraturas por meio de seus

representantes e, nesse exercício, não visar à dominação. Para Maquiavel, é o conflito entre os desejos dos grandes de dominar e o do povo de não ser dominado que mantém vigorosa a vida pública, e garante a grandeza de Roma. O desejo de não ser dominado exige a participação política, sem implicar obrigatoriamente no desejo de dominar. A participação política do povo associa-se muito mais a um limitador dos desejos dos dominadores do que à dominação em si. Entretanto, o desejo do povo não escapa ao risco de ser corrompido, o que acontece quando este passa a compartilhar o desejo de dominar. Para evitar a corrupção do desejo do povo, Maquiavel (2007) afirma que é necessário periodicamente refundar o Estado. Esse expediente deve ser utilizado quando o exercício prolongado dos meios, da participação política, faz o povo arrefecer em sua *virtù*³⁰. Refundar o Estado significa utilizar de dispositivos constitucionais ou eventos “independentes” e externos, como as execuções, que façam o povo lembrar-se do horror que é o mundo por ocasião da fundação de um Estado. Porém, o expediente mais eficiente para despertar a *virtù* adormecida pela estabilidade política seria a exaltação dos exemplos de exercício do sacrifício em nome da comunidade ou para preservação do bem comum, como aquele representado pelos heróis de guerra.

As preocupações de Maquiavel com a questão da liberdade, e as discussões acerca dos expedientes para a preservação dos valores fundamentais para existência e manutenção de uma República estão presentes na obra de uma das mais influentes teóricas da vertente do Republicanismo Cívico, Hannah Arendt. Para ela, a liberdade é decorrente da capacidade de participação pública democrática, em um espaço onde os cidadãos possam realizar a ação e o discurso. A esfera pública seria o espaço comum onde todos atuariam e da qual decorre a noção de realidade, pois “(...) nossa percepção da realidade depende totalmente da aparência e, portanto, da existência de uma esfera pública na qual as coisas possam emergir da treva da existência resguardada” (ARENDR. 2004, p. 61). Na visão da autora, esse é o ponto de maior ameaça para a sociedade moderna: o declínio da esfera pública em consequência da fragilidade dos laços de comunicação entre as pessoas.

Mas do que se trata o público? Para a autora, ele decorre de dois fenômenos correlatos, mas não idênticos. O primeiro é: “tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível” (idem, *ibidem*, p. 59), e o segundo, é que “o termo público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele” (p. 62). Dessa forma, ao mesmo tempo que a esfera pública permite a noção e a definição da realidade através da aparência, do que ouvimos e vemos, permite também que os indivíduos se encontrem e formem a comunidade. É na esfera pública que as

³⁰ Característica necessária ao governante para se manter no poder e atingir a glória; pode ser associada ao termo astúcia (SADEK, 2000).

peças vão agir; portanto sua ação é social e política. A noção de ação em Arendt (idem) remete claramente à concepção aristotélica de homem político. É através da ação política que a liberdade é alcançada, pois a ação confere a condição humana, distinguindo os homens dos animais. A ação e o discurso permitem que as identidades e o mundo humano sejam construídos no contato entre as pessoas.

O discurso vai se vincular à ação, pois ele permite a revelação da identidade humana. “Sem o discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras” (ARENDR, ibidem, p. 191). A revelação das identidades singulares dos seres humanos se realiza através do discurso e da ação, na convivência com outros seres humanos. É no contato com os outros que as pessoas revelam suas igualdades e suas diferenças. A igualdade, por sua vez, vai se vincular à noção de pluralidade, pois a existência de pessoas diferentes motiva a ação e o discurso humano na busca do entendimento, dando origem à política, e possibilitando a formação da opinião pública. A pluralidade implicaria, ao mesmo tempo, igualdade e diferença, pois é a igualdade que permite a existência de compreensão entre os homens, e que estes possam, assim, compreender uns aos outros. A diferença exige a ação e o discurso para que haja compreensão, tanto entre humanos contemporâneos, como entre as gerações passadas e futuras (ARENDR, ibidem, p.188).

Dessa forma, para autora, apesar de existir alteridade entre os homens, ela não torna o homem outro ser, pois é apenas um aspecto da pluralidade:

Só o homem, porém é capaz de exprimir essa diferença e distinguir-se; só ele é capaz de comunicar a si próprio e não apenas comunicar alguma coisa – como sede, fome, afeto, hostilidade ou medo. No homem, a alteridade, que ele tem em comum com tudo o que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo o que vive, tornam-se singularidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres singulares. (Idem, ibidem, p. 189)

O homem, enquanto ser singular, possui em comum ou igual com todos os outros o desejo de transcendência. Essa seria, para Arendt (2004), a base comum compartilhada pela humanidade, que foi identificada pela antiga filosofia cristã através do pensamento de Agostinho (354-430 d.C.), na definição de um vínculo entre os homens. A negação do mundo, produzida pela filosofia cristã, modifica-se, com o passar do tempo, e tem de admitir que a abstenção cristã das coisas terrenas não é a única conclusão a se tirar da convicção de que o artifício humano é tão mortal quanto os seus artífices (p. 64). Portanto, a negação do mundo como fenômeno político só é aceitável se o fim do mundo for tomado como premissa. A negação de tal premissa domina o mundo político e, assim, “só a existência de uma esfera

pública e a subsequente transformação do mundo em uma comunidade de coisas que reúne os homens e estabelece uma relação entre eles depende da permanência” (p. 64). O espaço público tem de transcender, pois é a herança coletiva deixada pela humanidade.

O questionamento e a falta de preocupação dos homens com a imortalidade e com a eternidade são, para autora, indícios do desaparecimento da esfera pública na sociedade moderna. Isso representaria o fim da distinção entre homens e animais, pois a produção da memória coletiva e as realizações deixadas são o que a humanidade possui de singular. O homem moderno estaria sendo dominado pela futilidade da vida individual, representada pelo domínio do consumismo, que subjuga o homem *laborans*³¹ e destrói a esfera pública e a política.

A percepção do individualismo e consumismo como ameaças para a esfera pública e para política são pontos fundamentais para os teóricos do republicanismo cívico. Dessa forma, responder a questão de como garantir uma comunidade livre e autogovernada que permita o exercício de uma cidadania ativa, na qual a realização humana se torna possível, é um dos objetivos centrais desses teóricos. As respostas passam pelo incentivo da virtude cívica, da busca pelo bem comum e da valorização da comunidade e da esfera política. É necessário resgatar valores como a imparcialidade, a virtude cívica e a solidariedade. A participação no poder político está ligada à liberdade pública e esta, por sua vez, não pode se resumir à participação no mercado enquanto consumidor.

A questão da participação e do resgate de valores cívicos vai ser ressaltada por Barber (1984) em sua avaliação da democracia representativa existente. Sua proposta de aprofundamento da democracia, enquanto remédio para os males e ameaças que ela representa para si mesma passa por uma cidadania plena, que permita o autogoverno, e a constituição de uma comunidade vinculada por um compromisso cívico. A cidadania seria definida pela participação e deliberação na comunidade. Esta última seria mais que a soma de interesses; constituiria o lugar onde aconteceria a vida ativa do cidadão, a qual seria possível através de uma nova concepção de política, compreendida como ação de homens livres que enfrentam os conflitos e os convertem em cooperação (BARBER. 1984, p. 36). Tais aspectos da vida ativa estariam ligados a princípios como a igualdade e a liberdade, pois é a própria participação na comunidade e na defesa dos assuntos cívicos que permite alcançá-los. Só a autonomia dos cidadãos pode superar as desigualdades naturais existentes entre eles. Isso acontece à medida que a autonomia vincula-se à igualdade, que por sua vez se constitui em condição para a liberdade.

³¹ A referência é ao trabalhador fabril, ao homem fruto da revolução industrial.

O republicanismo cívico vê como central a defesa de valores que compõem a identidade em torno da comunidade ou da vida boa, enfim o desenvolvimento de uma cultura cívica que possa ser compartilhada pelos/as cidadãos/ãs (ARENDR, 2004; BARBER, 1984). Dessa forma, a participação política é um valor substantivo para essa corrente, pois ela possibilita o sentimento de pertencimento, que garante a solidariedade, a coesão social, e a existência de democracia. O objetivo de construção de uma sociedade melhor, ou do bem comum, calcado em uma moral advinda dos valores da sociedade, fundamenta a legitimidade das barreiras para ação e direitos individuais. (SANDEL, 1998).

2.6 -Conclusão

A importância da participação social do/a cidadão/ã na defesa de uma democracia efetiva é ponto comum entre as diferentes vertentes das teorias alternativas da democracia. Uma democracia restrita aos procedimentos da escolha de representantes é vista como um desvirtuamento do conceito, pois se formaliza, burocratiza e estimula o individualismo exacerbado. Tal situação contribui para fragilizar os valores e práticas que constituem a democracia, chegando mesmo a ameaçar a sua existência.

A percepção de que a política ultrapassa a esfera do Estado e está presente em todos os campos da vida de um/a cidadão/ã remete à importância de práticas e relações democráticas em espaços diversos, como escolas, trabalho e comunidade. Tal compreensão típica da democracia participativa defende que a participação política do cidadão é um valor em si, por propiciar experiências e promover valores democráticos. A interação entre indivíduos em espaços públicos, o debate de ideias, a confrontação de visões de mundo permitem que as pessoas tenham maior clareza de suas necessidades e interesses. A participação política promove, então, valores como tolerância e solidariedade, princípios como igualdade e liberdade e a compreensão do funcionamento e da lógica política pelos/as cidadãos/ãs. A participação política constitui-se, sobretudo, de processo pedagógico prático sobre a democracia.

A deliberação política também exige participação. A busca da promoção de consenso sobre os conflitos sociais, nessa perspectiva, é possível através do debate público. Isso porque os interesses e entendimentos do mundo formados pelos indivíduos não se fazem de maneira isolada e antecipada, mas se dão na própria interação social do debate democrático. A

possibilidade de construção coletiva de soluções para os problemas públicos diminui o grau de rejeição e conflito em torno de políticas adotadas. O debate promove, ainda, maior esclarecimento dos participantes da esfera pública, assim como valores de tolerância e cooperação fundamentais para a sustentação do regime democrático.

O republicanismo cívico volta-se para o resgate dos valores que permitem a existência de uma comunidade democrática. A cultura cívica permite a integração dos indivíduos à comunidade, fortalecendo a política e resgatando o verdadeiro sentido do termo. Só a participação ativa dos/as cidadãos/ãs na sociedade garante a liberdade, através do autogoverno e da busca do bem comum. O combate ao individualismo se faz no cultivo dos valores cívicos que orientam a ação dos cidadãos na defesa da liberdade e da igualdade democrática.

A importância das reflexões trazidas pelos teóricos alternativos da democracia frente à realidade brasileira não implica a adaptação acrítica de suas teorias, mas a tentativa de trazer para a agenda uma reflexão que há muito está esquecida, no pensamento crítico sobre as reais possibilidades de existência democrática no país. Como afirma Nun (2000), o mínimo que se pode dizer é que o tema da democracia não se tem convertido na América Latina no fermento de um debate sobre o presente e o futuro de nossos países³² (2000, p. 10).

Nesse sentido, a defesa de princípios fundamentais da democracia, nomeados como igualdade e liberdade, e o modo como eles são transmitidos, interpretados e traduzidos em práticas políticas na sociedade brasileira remetem às reflexões sobre a cultura política que sustenta um regime democrático. Isso porque se compreende o destaque dado pela teoria participativa do caráter pedagógico propiciado pela participação política (PATEMAN, 1992) como fundamental para incrementar, na juventude brasileira, valores e práticas democráticas. A participação política no debate público e nos processos de decisões políticas, nos mais diversos espaços de socialização como a família, a escola e o trabalho, propicia um aprendizado empírico sobre o exercício do poder. O desafio é fazer com que a participação política nesses espaços possa promover valores e práticas de negociação de posições, articulação de discurso, aquisição de habilidade, e de tolerância frente às diferentes visões de mundo que se possam encontrar em embate.

Tal vivência, necessária para a constituição da democracia, encontra no Brasil a dificuldade de transpor a propagação discursiva dos ideais democráticos para práticas cotidianas as quais permitam gerar uma cultura política que se reflita nas instituições democráticas. As políticas públicas têm se constituído em um instrumento importante e dúbio frente à democracia brasileira, pois ao mesmo tempo em que têm a capacidade de promover a

³² Tradução livre da autora.

democracia, através da diminuição das desigualdades materiais e das disputas em torno de sua formulação, gestão e avaliação; podem também incentivar o conformismo e a apatia, ou reforçar traços culturais anti-democráticos, como o clientelismo, o patrimonialismo, e a corrupção. Compreendem-se, então, as políticas públicas de juventude como um instrumento importante no combate a essas práticas. Através da criação de espaços públicos próprios e incentivo à maior participação política, é possível resgatar a compreensão de subjetividade em Arendt como um fenômeno do mundo, pois é só no mundo, em contato com os outros seres humanos, que se constitui a identidade – subjetividade que é tida como ação na sua dimensão social e coletiva e, se for assim compreendida, permite aos jovens o questionamento da hierarquia estabelecida entre cidadãos, da manutenção de privilégios históricos, e da manutenção das desigualdades sociais no país. Concorda-se com Barber (1984), quando este avalia que o remédio para a democracia representativa existente passa pelo aprofundamento da democracia e por uma cidadania plena, que permita o autogoverno do cidadão e a constituição de uma comunidade vinculada por um compromisso cívico, sendo a cidadania definida pela participação e deliberação na comunidade.

Dessa forma, os estudos que conferem quais os valores, percepções e práticas e qual participação política tem se desenvolvido no Brasil nas últimas décadas se somam às reflexões desenvolvidas para pensar a democracia que vem sendo construída no país. A maior participação da sociedade civil e a mudança no papel do Estado desde a instauração da democracia asseguram a necessidade de olhar para a cultura política brasileira em busca de transformações. Volta-se, portanto, para a teoria de cultura política, com o intuito de verificar o processo de socialização e participação da juventude brasileira na construção da democracia.

3. CAPITULO II - CULTURA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

O objetivo deste capítulo é recuperar o debate teórico sobre a cultura política, socialização e participação política. Como discutido pelas teorias alternativas de democracia a vivência de uma cidadania participativa exige o cultivo de valores como tolerância e solidariedade, assim como a existência de processos sociais que gerem e transmitam as práticas e valores que permitem a sustentabilidade do regime democrático. O exame da cultura política que tem a juventude brasileira, assim como suas concepções sobre cidadania são importantes para compreender a dimensão das dificuldades enfrentadas pela democracia no país, bem como o papel da juventude e do Estado no processo de construção das políticas públicas de juventude.

3.1 Cultura política

A obra *The Civic Culture*, de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963), pode ser vista como um marco na investigação científica de Ciência Política. Os autores buscaram em diversas perspectivas teóricas subsídios para compreender o comportamento político dos indivíduos nas sociedades contemporâneas. O objetivo deles era investigar a influência da cultura política no funcionamento dos regimes democráticos. Eles criaram, assim, uma Teoria cujo principal conceito, o de Cultura Política, é definido como “disposições psicológicas dos indivíduos sobre o sistema político e sobre o papel do cidadão no sistema” (idem, 1963, p. 97). No campo da Ciência Política, os estudos de cultura política se diferenciam, ao se voltarem para dois aspectos em particular: o objeto de estudo e os métodos e técnicas de pesquisa (PASQUINO, 2000; p.185). Em relação ao objeto de estudo, voltam-se, sobretudo, para o homem como ator político, e examinam não só as suas ações, como também as suas motivações, atitudes, expectativas, tendências e interrogações, tendo como foco a personalidade e a atividade política dos sujeitos. Em relação ao método e às técnicas a serem usados no estudo da política, priorizam os métodos científicos inspirados no modelo das ciências naturais e em novas técnicas de pesquisa, como entrevistas, sondagens de opinião, painéis, análise de conteúdo, simulação e técnicas quantitativas.

Também conhecida como Escola Comportamental, ou *behaviorista*, os teóricos da cultura política são definidos como: “um movimento de protesto e de renovação da Ciência

Política tradicional, ou clássica, surgido nos Estados Unidos” (idem, p.186). A Escola vai dedicar-se principalmente a temas como a estabilidade democrática, a participação e a socialização política. Dessa forma, o termo cultura política surge na década de 1960, na área de Política Comparada, com o objetivo de esclarecer a relação entre atitudes, comportamento e sistema político. A principal ideia defendida é a de que a cultura cívica, como uma forma específica de cultura política, seria a mais propensa ao surgimento e ao desenvolvimento estável de regimes democráticos.

Almond e Verba (1963) realizaram um estudo comparado em cinco países (Inglaterra, Estados Unidos, Itália, Alemanha e México), na busca de identificar os traços culturais mais promissores para a estabilidade da democracia. Eles definiram o arranjo mais adequado ao surgimento e à manutenção de um regime democrático como sendo uma Cultura Cívica. Esta agrega vários dos valores e comportamentos apregoados como essenciais pelas teorias alternativas de democracia, devendo, portanto, promover maior capacidade comunicativa e persuasiva dos cidadãos, busca de consensos, e maior profundidade no debate político. Enfim, uma cultura política que promove valores de tolerância e princípios inclusivos e participativos condizentes com a democracia.

A pesquisa realizada por eles identificou e caracterizou os tipos específicos de cultura política observados. Almond e Verba (1963) trabalharam com três dimensões de orientação política: a cognitiva, que se caracteriza pelo conhecimento sobre política; a afetiva, que se relaciona aos sentimentos frente à política; e a avaliativa, que diz respeito ao caráter moral sobre a política. Essas dimensões servem de suporte para identificar as combinações distintas de três “tipos puros”: a cultura paroquial, a cultura súdita e a cultura participativa. A primeira seria caracterizada por uma estrutura de valores tradicionais, descentralizada, em que os indivíduos estão reduzidos à esfera particular. A cultura súdita é caracterizada por uma estrutura autoritária, marcada pela centralização; nesse caso, apesar de haver a presença das dimensões cognitiva, afetiva e avaliativa de orientação, ela não se traduz em participação social dos cidadãos. A cultura participativa diz respeito ao sentimento de completa inclusão na esfera pública, sendo essa a mais próxima de uma cultura cívica, pois as orientações políticas se voltam para a participação efetiva na comunidade. Ela permite, por exemplo, a participação na demanda e avaliação de políticas públicas.

Para Almond e Verba (1963), os casos empíricos mais próximos de um regime democrático ideal seriam os Estados Unidos e o Reino Unido. A defesa propagada pelos autores de que os países que se distanciam de uma cultura política como a dos britânicos e a dos norte-americanos comprometem o desenvolvimento da democracia recebeu diversas

críticas voltadas ao determinismo e ao caráter etnocêntrico das conclusões apontadas (ALMOND & VERBA, 1980). Cabe lembrar, no entanto, o contexto em que o estudo foi realizado e a influência desse fato sobre os autores. O conceito de cultura cívica, que está na base dos estudos de cultura política, é pensado em uma época na qual o mundo buscava respostas para os horrores das Grandes Guerras Mundiais. Os países hegemônicos, por sua vez, procuravam respostas racionais para o combate aos sistemas totalitários. A ciência também se engajou nessa luta, e cientistas procuravam não apenas explicar os fatos, mas identificar medidas propositivas que pudessem inibir o avanço do totalitarismo.

Nesse contexto, destaca-se a influência teórica de um grupo de antropólogos vinculados a Franz Boas (1858-1942), que se voltou para a investigação de caráter nacional (idem, 1963, p. 11-13). Entre eles, a presença de Ruth Benedict ganha relevância, através da obra *Patterns of Culture* (1934), na qual cultura é definida “como uma articulação de padrões de comportamentos apreendidos socialmente através de processos de transmissão de tradições e idéias, sem qualquer determinação biológica” (KUSCHNIR E CARNEIRO, 1999, p. 228). Esses estudos teriam inspirado Almond e Verba (idem) na simplificação do conceito de cultura para “orientação psicológica em relação aos fatos sociais” (ALMOND E VERBA, 1963; p. 15).

Dessa forma, apesar das fortes críticas enfrentadas pelo conceito de cultura cívica, a compreensão de que é necessária a existência de uma cultura política composta por valores democráticos para que o sistema tenha sustentabilidade resistiu e foi retomada nos anos posteriores. Por sua vez, as pesquisas de caráter nacional derivaram da idéia de que um conjunto de estruturas psicológicas (caráter) se constituiria durante a infância e influenciaria o comportamento e as atitudes dos adultos. Seguindo essa perspectiva, a teoria de cultura política pensa o Estado e a sociedade como entidades separadas, que se integram por meio de instituições intermediárias, formais e informais, através de processos de socialização política dos indivíduos. A investigação dos processos de socialização política torna-se, portanto, fundamental para avaliar o sistema democrático frente à teoria de cultura política, como será visto a seguir.

3.2- Cultura política e socialização política

Os estudos de cultura política assumem como premissa que as atitudes e valores

políticos desenvolvidos na infância e adolescência têm um papel significativo nas fundações psicológicas de valores ligadas à política em uma sociedade. Partindo desse pressuposto, pesquisadores de cultura política passaram a investigar o processo de socialização política. Essa última compreendida como um conjunto de experiências que, no decorrer do processo de identidade social do indivíduo, contribuem particularmente para plasmar a imagem que ele tem de si mesmo em confronto com o sistema político e em relação às instituições especificamente (OPPO, 1986).

É possível identificar na Ciência Política a prevalência de dois modelos teóricos sobre socialização política: o modelo de política alocativa, relacionado às políticas públicas para esse fim, e o modelo de persistência do sistema, de permanência ou estabilidade do mesmo. Os dois modelos têm pressupostos idênticos, de que a aprendizagem da criança dura toda a vida, princípio da primazia, e de que as orientações básicas adquiridas na infância, nas quais se estrutura a aprendizagem posterior de crenças sobre assuntos específicos, na verdade pouco se modificam frente às novas experiências vividas, princípio da estruturação (BAQUERO E CUNHA, 2009).

Aquino (2004), em um artigo sobre socialização e política, chama atenção para a diferença existente entre socialização e desenvolvimento moral. Resgatando as pesquisas de Piaget (1994), o autor destaca a oposição existente com as concepções de Durkheim (1999) sobre o papel dos adultos na educação das crianças. Isso porque, ao contrário do que afirma o sociólogo francês, para Piaget (1994) o desenvolvimento moral das crianças se beneficia mais da interação entre os colegas com o mesmo nível de cognição e poder, para desenvolver comportamentos cooperativos e valores que ultrapassem as concepções igualitaristas, permitindo alcançar com mais facilidade a concepção de equidade. Dessa forma, a socialização entre as crianças, mais do que com os adultos, permite a compreensão de regras que respeitem as diferenças e se aproximem da justiça, ou seja, a formação de um cidadão moralmente sofisticado. Para Aquino (2004), por mais que os processos de desenvolvimento moral e socialização se desenrolem em paralelo, eles são intimamente ligados, e a sua distinção é melhor percebida conceitualmente do que na prática. Isso porque a

Socialização seria o processo de adequação da criança à sociedade por meio da internalização de valores e comportamentos comuns em seu meio; seria a assimilação pelo indivíduo da cultura que está a sua volta. Ao internalizar valores, o indivíduo segue as normas sociais não para evitar às punições que sofreria se não as seguisse, mas porque se sentirá melhor assim. Desenvolvimento moral seria o progresso que ocorreria na capacidade da criança de agir moralmente e de raciocinar acerca de questões morais de um modo que pode ser considerado sofisticado e conducente a um comportamento virtuoso e justo. (AQUINO, 2004. p. 196)

Contudo, a concentração de estudos de socialização no período infantil gerou críticas

aos estudos de socialização política, a partir de 1970. Tais ataques deram origem a novas pesquisas, que se voltam ao comportamento dos adolescentes e levam à conclusão de que a socialização é um processo permanente (SIGEL, 1989). Dessa forma, a socialização política seria um processo de aprendizagem que começa na infância e continua na adolescência e juventude, através das experiências vivenciadas, principalmente em espaços como a família, a escola e o trabalho. A convivência das crianças e jovens com as pessoas nesses espaços forma as referências em relação à autoridade pré-política e frente aos sistemas de tomada de decisão, que podem ser generalizados para a esfera política.

Portanto, o processo de socialização pode ser dividido em duas fases (BERGER E LUCKMANN, 1995). A primária ocorre basicamente na infância, quando se observa a formação afetiva das crianças. Elas procuram aprender através da imitação dos adultos e assim reproduzem comportamentos e valores como de autoridade, formando suas primeiras impressões. A linguagem, nessa fase, vai ter o papel de objetivar o mundo exterior, permitindo projetar as ações. Na secundária, que ocorre na adolescência e juventude, é quando se dá o confronto entre as percepções adquiridas na primeira fase com os valores e comportamentos encontrados em outros meios de socialização que não a família. Novos espaços, como a escola, e fontes de informação, como os meios de comunicação, contribuem para a aquisição de conhecimentos específicos e segmentados sobre as instituições, podendo provocar alterações nos valores e percepções existentes até então – fase em que o leque de relações sociais se expande, outras identidades e papéis sociais se formam, como a identificação partidária ideológica.

A importância da socialização secundária para socialização política, em particular, justifica-se porque a identificação com as instituições mediadoras entre Estado e sociedade normalmente acontece nessa fase da vida. Instituições como os partidos políticos servem de base para democracia representativa, de forma que o apoio e a legitimidade que possuem advêm da identificação dos cidadãos. Porém, ao olhar para o desenvolvimento das relações sociais no Brasil e para a condição de fragilidade dos partidos políticos, é difícil perceber uma forte identificação entre os eleitores, jovem ou não, com essas instituições.

De acordo com o Relatório Nacional do Projeto Juventudes Sul-americanas: diálogos para construção da democracia regional – IBASE (2008), 84,8% dos jovens e 83% dos adultos pesquisados nunca participaram de um partido político, 85,5% dos jovens e 76,6% dos adultos nunca participaram de uma associação comunitária e 91,5% dos jovens e 84,5% dos adultos nunca participaram de um sindicato ou associação profissional. Diante desse cenário, é problemático afirmar que existe um processo sólido de socialização secundária dos

brasileiros que permita sustentar um comportamento democrático. Baquero afirma que ocorre uma predominância de relações sociais terciárias no país. “Por relações sociais terciárias entende-se o estabelecimento de uma relação direta entre Estado e indivíduo, em detrimento dos partidos políticos” (BAQUERO, 2001; p.102).

Nesse sentido, a juventude é um período particularmente rico para a constituição do processo de socialização política, porque, como alerta Percheron (1972, p. 147), a adolescência é um momento de ruptura com o mundo infantil e de adoção de idéias do mundo adulto que podem modificar as atitudes constituídas na infância. Portanto, os espaços como o trabalho e instituições como a escola, além do papel dos meios de comunicação, têm se sobreposto na transmissão de normas e valores cidadãos para constituição dos sistemas de julgamento e critérios para atitudes de cunho ideológico e religioso dos/das jovens.

Assim, investigações de socialização política têm se voltado para o estudo da juventude e filiam-se à Escola Comportamental, que se desenvolveu nos últimos trinta anos como uma corrente teórica importante da Ciência Política. A socialização política é compreendida, também, como o conjunto de experiências e interações desenvolvidas ao longo da vida individual que, através de posições adquiridas, traduzidas em expectativas e inclinações em relação ao sistema político, pode assumir a forma de comunicação explícita de valores, sentimentos e informações ou, ao contrário, expressar-se como transmissão de atitudes não políticas (ALMOND E POWELL, 1972).

A socialização política, portanto, não deve ser vista como um processo isolado e unidirecional, mas como um elemento que só pode ser compreendido no conjunto do sistema político, e tem a função de propiciar condições psicoculturais favoráveis à persistência deste. A durabilidade do sistema político deve englobar, assim, sua estabilidade e sua mudança, e a socialização não deve se confundir com a reprodução do *status quo* (SCHIMIDT, 2001a, p. 124).

Nesse sentido, olhar para a democracia no Brasil implica verificar a socialização política em um período de largas mudanças, quando os valores e comportamentos existentes e herdados do período de ditadura encontram-se fortemente questionados. Como afirma O’Donnell, falar em consolidação democrática no Brasil envolve “o estabelecimento e a estabilização de padrões de interação políticos, qualitativamente distintos das ‘regras’ autoritárias, capazes de institucionalizar a participação dos cidadãos na vida pública, assim como o funcionamento de mecanismos de controle da ação dos que exercem o poder” (O’DONNELL, 1988).

Dessa forma, o processo que O'Donnell e Schmitter (1988a) chamariam de socialização não se instaurou na sociedade brasileira. A socialização consiste no desenvolvimento de dois processos independentes, mas relacionados: em um deles, os “cidadãos-atores com direitos iguais e obrigações iguais decidem sobre as ações dessas instituições”; no outro, há “garantia de iguais benefícios à população, em termos dos bens e serviços gerados pela sociedade aos cidadãos” (p.31). Restaria realizar o que os referidos autores chamam de democratização do regime³³, processo que diz respeito às instituições do Estado e à sociedade civil.

É através da formação e expansão da sociedade civil que a participação política tem sido valorizada e compreendida como ingrediente necessário para construção e estabilidade da democracia no Brasil. Em decorrência do debate democrático brasileiro, a criança e a juventude sofrem alterações no seu status de cidadania. Vistos até então como extensão de seus pais e cidadãos em potencial, ou cidadãos do futuro, essa camada da população tinha seus direitos e deveres vinculados e decorrentes da família. Sua responsabilidade era de âmbito exclusivo da esfera privada. As mudanças sociais ocorridas, sobretudo, nas décadas de 1980 e 1990 no país, e a própria participação política ativa da juventude no processo de democratização e no debate sobre os novos papéis sociais dessa categoria, seus direitos e deveres, culminaram com o reconhecimento oficial da condição de cidadãos das crianças e jovens, através do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA. A responsabilidade pelo reconhecimento de direitos e deveres de crianças e jovens não é mais exclusivamente de âmbito privado, mas passa a ser uma responsabilidade social, e o espaço para esta cidadania ativa está reconhecido, mesmo que pouco ocupado.

Entretanto, não foram apenas as mudanças políticas que provocaram as alterações na percepção sobre a juventude e seu papel social. O processo de socialização de crianças e jovens há muito vem sofrendo a influência de alterações que ocorreram no mundo inteiro, nos principais espaços de socialização, como a família, a escola e o trabalho. Não mudou a importância desses espaços para o processo de socialização política (NAZZARI, 2006), contudo houve uma redistribuição dos pesos de cada um, e uma reconfiguração desses espaços. O modelo familiar, por exemplo, vem sofrendo fortes transformações desde antes da década de 1950, quando as mulheres passaram a compor o mercado de trabalho. Desde então as crianças frequentam a escola cada vez mais cedo, o que adquire maior peso no processo de

³³ Para O'Donnell e Schmitter, um regime é “o conjunto de padrões, explícitos ou não, que determina as formas e os canais de acesso a posições predominantes de governo, as características dos atores que são admitidos excluídos deste acesso e os recursos e estratégias de que podem lançar mão para ter oportunidade de acesso” (1988,p.73).

socialização (NAZZARI; 1995). Novas composições familiares também exercem influência sobre esse processo, sendo emblemática a expansão do divórcio, que dá origem a novos núcleos familiares interligados, ou a constituição de famílias monoparentais, nas quais a mãe assume o papel de provedora e única autoridade. Os/as avôs/ós também passam a exercer novos papéis na educação dos/as netos/as, modificando a relação entre as gerações e o choque entre elas.

Outro local de socialização que vem sofrendo mudanças drásticas é o trabalho. As mudanças nos mercados econômicos e no processo de produção vêm alterando a própria estrutura das sociedades, à medida que se globaliza e robotiza, descartando mão de obra do setor primário de produção e expandindo o setor terciário. Por um lado, passa a demandar inovação nas qualificações e aptidões dos/as trabalhadores/as, promovendo novas lógicas de poder nos espaços de trabalho, à medida que cobra mais autonomia e iniciativa deles/as. Por outro lado, institui um grande mercado de reserva de mão de obra, exigindo a criação de novas formas de inserção social para alterar o quadro de exclusão e marginalização, que se expande. Todos esses fatores, e outros, contribuem para alterações no processo de socialização, que se torna cada vez mais público. Ao contrário de outras épocas, quando o processo de inserção das crianças e jovens nos espaços públicos era postergado em nome de sua proteção e preparação, atualmente essa inserção se faz cada dia mais cedo, contribuindo para a valorização das características e habilidade das novas gerações, e gerando novas concepções de juventude e seu papel político.

A concepção do/a jovem enquanto cidadão/ã, alguém que escapa do âmbito e responsabilidade exclusiva da esfera privada, não é um processo isolado. A juventude passa a ser representada como uma etapa específica do ciclo vital, no qual o trânsito da infância para a maturidade implica um período “em que se desassocia a maturidade biológica da moral e da social” (HOPENHAYN, 2005). Dessa forma, a juventude possui uma heterogeneidade que perpassa todas as populações, representações, valores e estratos sociais de uma sociedade. Ela abarca as diferenças e semelhanças de gênero, raça, religião, política e cultura. Esse fato não significa que a juventude não possa ser vista como um grupo populacional com características e necessidades comuns, ou seja, uma categoria social.

Entretanto, as diversas concepções de juventude e as funções sociais devidamente vinculadas denunciam a dificuldade em lidar com a aparição de um

(...) sujeito que não é nem criança nem adulto, habitando um largo parêntesis o “limbo funcional”, em que a vida se converte na preparação para construir um lugar próprio e se inserir no mercado de trabalho que exige cada vez maior aquisição prévia de conhecimentos e destreza. (Tradução livre da autora, HOPENHAYN, 2005. p.136)

A relação entre as gerações é, por isso, um fator importante para entender o processo de socialização. As mudanças sociais anteriormente destacadas resultam em diferentes posturas e bandeiras ideológicas a serem defendidas por cada geração, como é possível perceber na discussão que Singer (2005) faz sobre as coortes no Brasil. Fazem parte de uma coorte pessoas que estão na mesma faixa etária, que vivenciaram de forma geral uma mesma realidade política e socioeconômica. Para o autor, a história é feita por coortes e “é resultado de coortes de adultos e velhos que desfrutam de poder político e/ou econômico, sendo desafiadas e denunciadas por coortes de jovens que deles dependem” (p.28). Portanto, apesar de questionável a imagem de uma juventude que, segundo o autor, parece condenada à submissão ou ao desespero, destaca-se sua comparação entre os ideais juvenis de diferentes coortes brasileiras, principalmente quando a chamada crise entre as gerações passa pela valorização da juventude enquanto ideal da sociedade contemporânea.

O autor demonstra que a geração de 1970/80, ou seja, a geração dos pais dos jovens de hoje, desiluiu-se com as promessas de tomada de poder para uma transformação rápida do mundo. A derrocada do comunismo representou um baque para os ideais revolucionários. Tal marco histórico foi seguido das mudanças provocadas pela instauração do neoliberalismo, promovendo a valorização da sociedade civil e permitindo a criação do Terceiro Setor, que se tornou um dos grandes recrutadores de mão de obra juvenil, ao propagar o combate à pobreza, à desigualdade e a conservação do meio-ambiente. Isso tudo sem abrir mão da ação do Estado, mas este passa a se constituir em “apoio estratégico à luta das forças da sociedade civil” (p.32). Dando sequência à comparação entre coortes, Singer (2005) utiliza os dados da Pesquisa Projeto Juventude³⁴ para afirmar que a maioria dos jovens brasileiros (84%) acredita que serão capazes de construir um mundo mais justo e mais livre que o de seus pais. A coorte atual de jovens brasileiros expressa em seus valores o reflexo dessa crença, ao propagar uma escala dos valores mais importantes para a construção de uma sociedade ideal, composta principalmente pela solidariedade (55%), seguida de respeito à diferença (50%), igualdade de oportunidades (46%), temor a Deus (44%) e justiça social (41%). Mesmo que esses ideais não se traduzam em ação – pois dentre os/as jovens que dizem acreditar na capacidade da juventude para mudar o mundo apenas 22% fazem ou querem fazer alguma coisa pela comunidade –, isso demonstra em seus posicionamentos ideológicos o potencial adormecido para uma efetiva participação social. A coerência da explicação do autor para a distância entre

³⁴ Pesquisa encomendada pelo Instituto Cidadania sobre o Perfil da Juventude Brasileira, um estudo quantitativo, realizado em áreas urbanas e rurais de todo o território nacional, junto a jovens de 15 a 24 anos, de ambos os sexos e de todos os segmentos sociais.

ideais e prática da juventude aponta caminhos para a transformação desse potencial, pois a pobreza e suas conseqüências são vistas como o principal empecilho para o engajamento juvenil brasileiro.

No Brasil alguns estudos têm se tornado referência para as pesquisas sobre participação e socialização política, entre eles o livro *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática* (1995) e o conjunto de *surveys* "Cultura Política e Consolidação da Democracia no Brasil" (1992), realizados por Moisés; os artigos publicados por Ferreira (1999, 2000), na *Revista Opinião Pública*, e o conjunto de pesquisas realizadas por Baquero (96-2001-04-06-07) no Rio Grande do Sul. Os estudos sobre socialização e participação política da juventude (BAQUERO, 2004); BAQUERO & CUNHA, 2010; CUNHA, 2005; LUCAS, 2003; NAZZARI, 2006; SCHMIDT, 2001a;2004); têm demonstrado que o cidadão brasileiro possui um baixo índice de participação política, pouco interesse e informação sobre os assuntos políticos, um apoio difuso em relação à democracia, uma desconfiança generalizada frente às instituições políticas, principalmente os partidos e os representantes políticos, além de um sentimento pendular frente ao sistema democrático, hora de esperança, hora de desalento.

O processo de formulação e orientação de valores, que se volta para a formação de atitudes políticas, por sua vez, chama atenção para as práticas políticas na sociedade brasileira. Elas têm gerado nos/as jovens cidadãos/ãs uma cultura política que João Pedro Schmidt (2001b) vai chamar de "*cultura política híbrida*",

[...] que demonstra preferência pela democracia num sentido abstrato, baixa eficácia política, descrença nos políticos e nas instituições, sensibilidade para ideais de mudança, mas sem orientações ideológicas definidas, pequena participação política efetiva. [...] uma cultura marcada pela presença tanto de elementos democráticos como autoritários, de descrença e de apatia. (p. 142)

Essa *cultura política híbrida* pode ser percebida nos dados da pesquisa do IBASE-2008, quando os entrevistados são questionados sobre quais as ações que consideram mais importantes para melhorar as suas vidas. A maior parte dos brasileiros pesquisados demonstra uma postura individualista, ao optar pelo esforço próprio como resposta (44,3%), estando os jovens (48,7%) um pouco mais identificados com essa posição (adultos,42,2%). A reafirmação individual de capacidade contrasta com a desvalorização e descrença na ação social como resposta para essa questão, pois apenas 4% dos respondentes optaram por sua participação em organizações sociais como resposta. Nesse caso, os jovens mostram uma ligeira superioridade (4,4%) frente aos adultos(3,8%).

Ao serem questionados sobre o que é mais importante para transformar o Brasil, jovens e adultos refletem a cultura de valorização de um Estado forte e atuante no país, pois

frente a opções como mudança no sistema econômico (20,1%), esforço pessoal (19,8%) e pressão/atuação das organizações sociais (4,4%), a maioria dos respondentes elegeu as políticas governamentais (34,4%) como item mais importante. Os jovens (36,3%) acreditam mais nessa opção que os adultos (33,6%). Entretanto, os brasileiros têm demonstrado mais tolerância frente às diferenças quando a maioria (79%) afirma que concorda ou concorda totalmente que não há problema que um(a) professor(a) homossexual dê aulas a menores de idade. Mudanças nos padrões de comportamento social podem ser observadas frente a maior flexibilidade da responsabilidade na família, pois 59% concordam totalmente e 36% concordam que os homens devem contribuir na limpeza da casa e no cuidado com as crianças, como as mulheres, havendo variações pequenas na intensidade da concordância entre adultos e jovens diante dessas questões.

Dessa maneira, a construção da democracia pela juventude brasileira tem de enfrentar uma realidade em que o processo de internalização (BERGER E LUCKMANN, 1995) – no qual os indivíduos aprendem as normas, as condutas e as necessidades ditadas pela sociedade – fica mais complexo à medida que os papéis sociais se multiplicam e os arquétipos se diversificam. A própria juventude, com sua capacidade de aprendizagem, de adaptação, sua atração pelo novo, sua força, beleza e criatividade, torna-se o estilo de vida almejado na contemporaneidade. Isso porque a socialização, vista como aprendizagem das regras para boa convivência em grupos, tem exigido um processo contínuo de aprendizagem e flexibilidade perante a velocidade das mudanças nas normas e papéis sociais. A própria construção social das regras e rituais que determinam a passagem da fase infantil para a juventude, para a fase adulta e para a velhice vem sendo constantemente questionada e tornou-se fluida. A juventude, no Brasil, começa aos 12, com a pré-adolescência, e vai até os 18, com a maioridade, ou começa aos 16 e vai até os 39 anos, como determinam algumas políticas públicas?

Normalmente uma perspectiva desenvolvimentista do ser humano tem estabelecido uma visão evolutiva das etapas etárias que ocorrem a um indivíduo no mundo ocidental. Essa visão evolutiva das etapas da vida opõe as funções e papéis de crianças e adultos. Porém, a literatura sobre psicologia do desenvolvimento também tem produzido uma resistência, ao propagar uma visão anti-desenvolvimentista que questiona “o princípio indiscutível da posição atribuída à criança, e ao jovem, de incapacidade social, política e cultural, posição esta que viabiliza a exclusão da criança e do jovem da participação plena na vida social” (CASTRO. 2001; p.27). É possível observar, sobretudo a partir da metade do Século XX, que a juventude passou a influir no estabelecimento de regras de comportamento e valores a serem

adotados pelos grupos em que convivem, seja a sua família, seus pares, ou grupos mais amplos, como associações e partidos. Portanto, o processo de socialização política não pode ser visto de maneira unilateral, ou como um aprendizado que ocorre através da simples transmissão de valores e regras dos pais ou adultos para os/as jovens, podendo ocorrer também o contrário.

Lúcia Rabello de Castro (2001), a partir das definições de ação³⁵, retoma a condição relacional do agir humano orientado a outro em Weber (1994), e da condição de diferença e singularidade entre os seres humanos que possibilita a ação em Arendt (2004), para refletir sobre a condição da ação social das crianças e jovens. As definições de ação humana se referem à constituição dos sujeitos – crianças e adultos – “inseridos num mundo de valores e normas, onde também a sociedade e a cultura se estruturam” (idem, p. 32). Dessa forma, a ação das crianças e jovens não pode ser vista de forma isolada, mas relacional, e por isso a autora recupera o conceito de socialização em Giddens (1979) como “sucessão de gerações” (p. 130).

Nesse sentido, socialização se refere à sucessão de mudanças que acontecem no âmbito das trocas humanas, que dão lugar a novas gerações, novas sociedades e novas subjetividades. Socializar-se não trata, então, dos processos de incorporação da criança à sociedade onde ela vive, mas de qualquer ação humana inserida nas práticas de produção e reprodução individual e coletiva. (CASTRO, 2001, p. 32)

Dessa forma, o imprevisível está sempre presente no agir humano e a acusação de não apreensão dos padrões de racionalidade do discurso e da ação social por crianças e jovens não se sustenta, enquanto justificativa lógica, para isolá-los da participação no espaço público. O isolamento de crianças e jovens do convívio social, realizado muitas vezes em nome de sua proteção, “destrói a capacidade de convivência e a capacidade de agir” (idem, p. 35), ameaçando a própria constituição da esfera pública. Provoca ainda a perda de raízes, que significa, na concepção de Arendt (1979), “não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros; ser supérfluo significa não pertencer ao mundo de forma alguma” (p. 244). Então, a inclusão social de crianças e jovens só é possível através da ação – “(...) ação que é emancipatória, ou seja, não há como um sujeito ou grupo de sujeitos ‘se preparar’ para a ação politicamente sensível, porque a melhor preparação é a própria ação” (p. 43).

Dando continuidade à reflexão sobre o processo de invisibilidade, isolamento e individualização das novas gerações na contemporaneidade, Castro, L. se une a Correa, J. (2005) para examinar detidamente a situação da juventude. Para elas, a situação de “confinamento dos jovens na família e na escola” retirou-os dos processos de decisão social e da cultura (p. 14). Tal situação se reflete na desconfiança deles frente à política, pois foram

³⁵ Ação compreendida pela autora como “simbolização crítica do sujeito humano” (idem, p. 28).

marginalizados do processo de construção coletiva. Paradoxalmente, a juventude ganha visibilidade ao ser enaltecida pelo seu estilo de vida, beleza, flexibilidade etc; ao mesmo tempo, que continua esquecida em suas particularidades e na solução de problemas estruturais que os atingem em especial, como o desemprego, a violência e a pobreza.

Em uma visão crítica sobre o conceito de socialização política, Buckingham (2007) se aproxima das posições de Castro (2001, 2005) sobre a não intervenção dos jovens e crianças no espaço público. Para o autor, as crianças e jovens seriam telespectadores; mesmo assim, essa situação permitiria o seu posicionamento político frente a outros grupos sociais. A determinação dos adultos sobre a formação de normas, valores, princípios e percepções dos/as jovens tornaria as orientações e a conduta política dos adultos obsoleta diante da rapidez das transformações sociais do mundo contemporâneo. Nesse sentido, tanto para Buckingham (idem) como para Castro (idem), a condição de telespectador permite a esses jovens estabelecerem e construírem sentido em relação à política, mesmo que isso não implique ação no espaço público.

Trazendo essa reflexão para a realidade da violência juvenil brasileira, Fraga (2004) recupera os conceitos de isolamento e de solidão em Hannah Arendt, para avaliar “o compartilhamento do mundo, enquanto expressão do político” (p. 82). Para o autor, a violência é uma expressão das relações sociais que perpassa a história brasileira. Contudo, a partir de 1990, ocorre uma transmutação do fenômeno, que se vincula à expansão do narcotráfico e que faz dos jovens sua principal vítima:

(...) há um aumento da vitimização de jovens nos anos 1990, atingindo seletivamente os mais pobres e ligados principalmente ao tráfico. Assim, essa sociabilidade própria do narcotráfico se difunde em um meio social já permeado por intensas violências. Pois se essa atividade criminosa é produtora de violência, contudo não a inventou. A atividade delituosa de venda de drogas apenas incrementou uma violência presente nas relações sociais no espaço público e no espaço privado, e tirou vantagens relativas de características antidemocráticas da sociedade brasileira. (FRAGA. 2004; p.91)

Fraga (2004) retoma a crítica de Arendt sobre a despolitização, em consequência da modernidade, e da homogeneização dos comportamentos, fruto da sociedade de massa, através dos conceitos de isolamento e solidão, sendo “o isolamento uma das produções mais características das experiências tirânicas, pelo seu poder de vetar a possibilidade do contato político entre os homens” (idem, p. 93). O isolamento é compreendido como a destruição da esfera política da vida dos sujeitos e se diferencia da solidão, que ocorre quando se destrói a capacidade criadora do homem enquanto *Homo faber*, que passa a ser *Homo laborans*. (ARENDR, 2004). A solidão implementada pelo totalitarismo produziria um desarraigamento

das pessoas, condição para torná-las supérfluas, gerando a possibilidade de eliminação pelo não pertencimento ao mundo comum.

Para Fraga (2004; p. 95), a solidão se associa à condição dos jovens pobres das periferias brasileiras envolvidos com o tráfico de drogas que são eliminados todos os dias. A realidade de isolamento da periferia nos centros urbanos se intensificou nas últimas décadas, mas já estava presente nas favelas do início do século, quando se constitui em um espaço visto e retratado nos jornais de época como abrigo de meliantes, pobres e ameaças sociais que deveriam ser isolados em relação ao restante da cidade. O tráfico, que se intensifica na última década, se instaura nesse espaço e produz “a invisibilidade dos moradores, enquanto atores políticos” (idem; p. 96). A possibilidade de exclusão de grande parte da população da vida política e da eliminação sistemática da juventude de forma violenta, sem grande percepção ou comoção social, só é possível pelas características da formação social brasileira, que possibilita o não compartilhamento de um mundo comum. Tal característica é própria do totalitarismo. Para o autor, “o totalitarismo não pode ser pensado, apenas, em termos de práticas governamentais ou de Estado, mas do poder que impede a convivência, impõe regras e ordena quem deve ser eliminado” (p.101).

Tal cenário enfatiza as dificuldades para socialização de valores democráticos pela juventude brasileira. Lucas (2004) postula que há uma ideologia da antipolítica na cultura política juvenil no país. Indo na mesma direção de estudos de capital social (BAQUERO & BAQUERO, 2007; BAQUERO, 2004; SCHMIDT, 2004; NAZZARI, 2006), o autor ressalta a desconfiança e o baixo engajamento político da juventude, porém destaca a capacidade da abordagem de antipolítica para captar se a intolerância, descrédito e apatia dos/as jovens se transformaram em aversão à política (p.207). Ele pesquisa a família, a escola e os meios de comunicação enquanto agências de socialização, para verificar sua influência na produção de um efeito político sobre os/as jovens (p. 288). Demonstra, ainda, que essas agências favorecem as atitudes pró-políticas quanto maior a frequência de seu contato com os jovens. (p. 291), mesmo que isso não signifique maior participação política da juventude. Observa, também, uma diferença na socialização de jovens de escola pública e privada, sendo os últimos mais propícios a uma postura antipolítica relacionada à tecnocracia³⁶, enquanto os primeiros a uma postura antipolítica governamental, com maior rejeição aos partidos políticos (idem, p. 298). Entretanto, o pesquisador chama atenção para o fato de a socialização ser cada vez menos política na relação entre as gerações (p. 299).

³⁶ Tal postura é considerada antipolítica pelo autor, porque corresponde a uma concepção desigual, fundamentada ou no liberalismo democrático, bem comum, ou no socialismo democrático, igualdade. (idem, p.298).

Dessa forma, o comprometimento e as transformações das agências de socialização têm reflexos diretos na prática política dos/as jovens. Eles/as tem demonstrado rejeição às formas de participação políticas convencionais, apesar de a população juvenil brasileira, cerca de 30%, compreender e se posicionar melhor sobre a política³⁷, se comparada às gerações anteriores. Reflexo sem dúvida do maior nível educacional que têm atingido as novas gerações. Porém, esse dado positivo, de incremento no nível educacional, não tem se refletido em maior renda, melhor inserção no mercado de trabalho, melhor qualidade de vida, ou maior participação política juvenil. Nazzari (1995) ressalta que a falta de trabalho para os/as jovens se constitui em um fator de exclusão, que reflete na participação política, ao se relacionar com o princípio de cidadania regulada, que compromete o fortalecimento da democracia no Brasil. Os dados divulgados pelo relatório do IBASE (2008) ressaltam a importância desse fator para a juventude brasileira, a medida que dentre os jovens pesquisados apenas 3,2% só estudam; a grande maioria só trabalha (42,6%). O trabalho, dessa forma, “faz parte da experiência de vida da imensa maioria dos jovens brasileiros, tornando-se, mesmo, constitutiva dessa condição na atualidade” (idem, p.23).

O peso do trabalho no processo de socialização dos/as jovens brasileiros é de extrema importância, considerado-se as reflexões de Sennett (2009) sobre as mudanças no sistema Capitalista e seu impacto na formação do caráter ou, melhor dizendo, na sua corrosão. Para o autor: “O termo caráter concentra-se sobretudo no aspecto a longo prazo de nossa experiência emocional. É expresso pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro” (idem, p.10). Entretanto a flexibilidade exigida para os trabalhadores pelo sistema Capitalista tem causado efeitos nocivos no caráter humano. Isso porque a instabilidade passa a ser uma constante ou uma normalidade na vida das pessoas, a impossibilidade de se programar ou de planejar a longo prazo desorienta ações desse tipo e “afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento” (p. 33). O comportamento flexível exigido pelo mercado contrasta com os demais papéis sociais, como de pai/mãe, filho/a/ esposo/a, amigo/a, cidadão/ã, a serem exercidos com base na confiança e na lealdade. O comportamento flexível é contra relações sociais e orientações duráveis e deixa todos, jovens e adultos, na mesma situação de aprendizado constante. É nesse sentido que o autor afirma que “o capitalismo de curto prazo corrói o caráter (...), sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável”(p.27).

Dessa forma, Sennett (2009) retoma a questão da política, quando fala da importância

³⁷ Singer demonstra que existe uma alta porcentagem de jovens (83%) que sabe se posicionar no espectro político e que se fenõem na associação com os maiores níveis educacionais da população (2005;p.33).

da comunidade e dos rituais de vida diária, ou seja, do debate e da deliberação na resolução de conflitos, de práticas sociais que nos permitem falar de um nós; de uma mútua dependência, que se traduz em coesão social e promove inclusão e visibilidade. Práticas que promovem “o caráter como Horácio o descreveu pela primeira vez, como ligação com o mundo, como ser necessário aos outros” (p.175). Isso remete à importância da participação política da juventude, a ser debatida.

3.3- Participação política da juventude

De acordo com Mônica M. M. de Castro (1997), os estudos sobre participação política podem ser classificados em três grupos: os de orientação sociológica, os de orientação psicológica, e os de orientação institucionalista. No tocante aos estudos de participação política e cidadania juvenil, Alvarado, Ospina e Muñoz (2008) classificam quatro tendências:

(...) a explicação e descrição da participação como condutas (Almond e Verba, 1963; Milbrath, 1981; Sabucedo, 1988; Seaone y Rodriguez, 1988); a participação juvenil desde os movimentos e identidades sociais (Sabucedo, 2003; Delgado, 2006; Aguilera 2006); a participação juvenil desde a lente da política pública, compreendida como direito e como processo de formação (Hart, 1997; Hopenhayn, 2004; Rodríguez, 2004; Abad, 2006; UNICEF, 2003; CEPAL/OIJ, 2003, 2004; Funlibre, 2005); e finalmente, a participação juvenil lida desde as rupturas sócio-históricas e as mediações estéticas e culturais (Reguillo, 1998, 2003; Urresti, 2000; Balardini, 2005; Muñoz, 2005)³⁸. (ALVARADO; OSPINA E MUÑOZ. 2008; p. 22)

A literatura brasileira sobre participação juvenil também pode ser classificada dessa forma. Dentre os trabalhos sobre participação como condutas, destacam-se Baquero, M. (2004); Baquero, R. (2006, 2008); Cunha (2005, 2006); Schmidt (2001, 2004); Krischke (2000, 2004); Nazzari (2006, 2010); entre outros. Em relação à participação da juventude frente aos movimentos e identidades sociais, destacam-se Abramo (1997, 2005), Cardoso, R. (2004); Castro, M. G. (2002, 2004), Castro, L. (2001); Castro, L. e Correa (2005); Cohn, A. (2004); e Souza, J. T. (2002). Dentre a participação juvenil em relação às políticas públicas, é possível elencar trabalhos como os de Rua, M. (1998); Freitas & Papa (2003); Novaes (2003, 2004); Sposito e Carrano (2003); e Pochmann (2004, 2007). Dentre as mediações estéticas e culturais, os estudos sobre o movimento hip-hop, a constituição de tribos ou guetos juvenis, e as investigações de nichos de consumo como expressão têm se multiplicado. Ilustrativos desses trabalhos são os textos de Lodi & Souza (2005) e Sarti (2004).

³⁸ Tradução livre da autora.

A diversidade de abordagens e aspectos examinados pela literatura traduz a dificuldade de olhar para realidade juvenil no Brasil e explicar a complexa produção de subjetividades e identidades, diante de um cotidiano repleto de experiências tão profundamente contrastantes. A pluralidade de renda, de níveis educacionais, de estruturas familiares, de habitação, de acesso à tecnologia, de cultura e de capacidade cognitiva é tão grande que talvez seja mais apropriado falar em realidades juvenis.

Diante desse cenário, o ideário da participação da sociedade enquanto ator para implementação e gestão de políticas públicas, e também como agente fiscalizador, tem sido apresentado como recomendação para América Latina³⁹, no combate à corrupção e à cultura política autoritária. Todavia, apesar do aparente consenso sobre a importância da participação cidadã, não é possível afirmar que a simples criação de mecanismos de participação seja positiva em si e elimine traços e vícios da cultura política brasileira como o clientelismo e o patrimonialismo, ou propiciem a otimização das políticas públicas e sua fiscalização. Mesmo que a participação política seja vista como um ato pedagógico, não é possível afirmar que a simples participação de jovens em políticas ou projetos sociais seja um fator positivo para o desenvolvimento de princípios democráticos. Existem diversas concepções de participação e práticas que podem gerar ou reforçar uma cultura política autoritária. Contudo, a participação efetiva da juventude em espaços públicos ou comuns é vista com um ato pedagógico em termos da constituição juvenil de atores sociais, pois permite o confronto de posições e cria espaço para o questionamento de ações assistenciais e clientelistas que tradicionalmente se destinam aos jovens.

Principalmente até a década de 1980, as políticas públicas de juventude são marcadas por forte tendência assistencial no país, canalizadas e justificadas para os chamados “problemas juvenis”, como o caso dos “menores infratores”. O advento da democracia trouxe para a agenda política a discussão e reivindicação da constituição efetiva de um novo campo de direitos sociais e humanos. Nesse contexto, as políticas públicas de juventude adquirem outra roupagem, sobretudo, na década de 1990. Em meio a uma crise da ação do Estado, em consequência da implantação das políticas neoliberais, tem-se o reconhecimento do desemprego e a acentuação dos processos de exclusão que provocam o aparecimento de um novo tipo de ação – os programas de inclusão – que elege os jovens pobres e urbanos como um de seus focos. No entanto, esse tipo de política pública foi alvo de críticas por contribuir na definição e reforço de uma imagem negativa da juventude, auxiliando a feitura de uma caricatura que identifica os(as) jovens enquanto marginais, ameaça social, ou simplesmente

³⁹ Principalmente por Organismos Internacionais como Banco Mundial, UNICEF, UNESCO, BID, FMI, mas também por ONGs.

vítimas, e não como sujeitos capazes de contribuir para a Nação, ou participar na solução de seus próprios problemas e na defesa de seus interesses.

Como consequência das reflexões sobre a questão juvenil, ocorrida principalmente na década de 1990, o debate evoluiu em torno das ações para a juventude, gerando, então, alternativas nas formas de concepções e percepções sobre o(a) jovem. Eles(as) passam a ser valorizados(as) enquanto capital humano que necessita de investimento para se desenvolver, tornando-se, então, alvos de programas de capacitação de emprego, como, por exemplo, o Programa Primeiro Emprego. Em outra visão sobre a questão juvenil, os(as) jovens passam a figurar como um vetor de desenvolvimento, havendo também uma valorização deles(as), enquanto sujeitos capazes de participar como empreendedores, voluntários, representantes, e/ou diversas outras formas e, assim, promover ações para sua integração social, mediante o quadro de globalização. A tônica nesse caso é a participação social do/a jovem para combater o número de excluídos sociais.

Entretanto, o conceito de participação política, que se vincula diretamente ao de cidadania participativa, implica cidadãos informados e engajados na comunidade. O que significa que os/as jovens não podem se encontrar na condição de isolamento e solidão referidos por Fraga (2004). A participação política diz respeito tanto às ações diretamente ligadas aos processos eleitorais, como votar ou trabalhar para eleger um candidato, conhecidas como formas de participação convencional; como também às participações reivindicatórias, de expressão ou pressão, como greves, ocupações ou abaixo-assinados, conhecidas como formas de ação não convencional. No Brasil tem ocorrido uma clara rejeição da juventude às formas de participação convencional, como é possível observar nos dados que mostram a queda no número de eleitores jovens. Entre os/as jovens que têm direito ao voto facultativo, de 16 e 17 anos, nas eleições de 2006, exerceram esse direito 2,5 milhões de jovens e, em 2010, foram 2,3 milhões de jovens brasileiros⁴⁰ nessa faixa etária que votaram. Pesquisas indicam, ainda, uma participação política não convencional⁴¹ da juventude.

Entretanto, de uma maneira geral o nível de participação política dos brasileiros é baixo. Baquero e Prá (2007) avaliam a não participação política no Brasil como estando relacionada aos fenômenos da apatia, do cinismo, da alienação e da anomia (2007, p. 156). Como decorrência da cultura política brasileira, constata-se o surgimento de um eleitor individualista e pragmático, cujo comportamento político se guia por princípios de eficácia

⁴⁰ Fontes: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil – 2000, TSE - Tribunal Superior Eleitoral - Estatísticas do Eleitorado na WEB.

⁴¹ Vide: Krischke, P. (2005).

administrativa e capacidade gerencial, e não por princípios ideológicos. Assim, a institucionalização de uma nova ordem social e da democracia no Brasil exige uma análise mais aprofundada, principalmente no que se refere à influência que possa ter o desenvolvimento de uma matriz que reconceitue a questão da cidadania. Parece que a questão central na disputa em torno do sentido da democracia encontra-se justamente na definição da natureza e da posição que podem e/ou devem ocupar a participação e a deliberação de cidadãos e cidadãs na sociedade e no Estado Democrático de Direito.

Resgata-se aqui a visão de que a construção do regime político no Brasil se encontra em disputa entre diferentes concepções de democracia. Segundo Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), vem se desenvolvendo nas últimas décadas na América Latina, e talvez no mundo, uma redefinição na concepção de cidadania⁴². O conceito tem funcionado como um “nexo articulador” (p.388) para estabelecer vínculos comuns entre os diversos movimentos sociais organizados. A redefinição conceitual da cidadania teria por característica uma dimensão cultural que transcende a noção tradicional de cidadania, que reivindica igualdade de direitos formais, e incorporaria questões vinculadas a identidade, subjetividades e direito à diferença, ou das minorias.

Como exemplo dessa mudança, é possível observar o contraste com concepções anteriores da cidadania brasileira, que era entendida como “uma estratégia das classes dominantes e do Estado, dirigida a incorporar de maneira gradual e limitada os setores excluídos, para obter uma maior integração social ou como uma condição jurídica e política necessária para a introdução do capitalismo”⁴³ (DAGNINO, E. 2006; p. 389). Em contraposição a esse conceito, estaria a concepção de cidadania dos movimentos sociais, que reafirma o direito a ter direitos, sejam eles de movimentos organizados, como os sindicatos de trabalhadores, sejam do chamado Terceiro Setor, ou dos novos movimentos sociais, como os étnicos, os ecológicos, de mulheres, dos homossexuais, que reivindicam além do direito à igualdade, também o direito à diferença. Existe, também, a reivindicação do reconhecimento da cidadania por personagens isolados, não organizados, que normalmente, em suas lutas por justiça ou reconhecimento, acham brechas no sistema para se inserirem e se fazerem ouvir. Pode-se falar, ainda, em uma nova compreensão dos cidadãos⁴⁴ na concepção do neoliberalismo, fomentada principalmente por Organismos Internacionais, que também se reiventa para fazer frente às concepções propostas pelos movimentos sociais.

⁴² A idéia de redefinição da cidadania na América Latina é trabalhada em outros termos por Garretón, M. A. M. (2006).

⁴³ Tradução livre da autora.

⁴⁴ Para uma discussão mais consistente sobre o assunto vide: Cunha, P. R. C. (2005)

A concepção de cidadania proposta pelo neoliberalismo pode ser observada no conceito de cidadão-cliente, caracterizado por Bresser Pereira (1998) como aquele capaz de exercer controle social e participativo do setor público e receptor da eficácia dos serviços propiciados pela reforma gerencial do aparelho do Estado, reforma inspirada nos modelos administrativos das empresas privadas. Nesse último caso, uma concepção de cidadania que garante uma participação passiva do cidadão, que interage com o sistema político, somente quando solicitado.

O problema dessa concepção de cidadania, que foi estimulada durante a implantação do neoliberalismo no Brasil, é que o comportamento político passivo não é portador de transformação social, não estimula uma cultura política democrática, nem ações de *accountability* por parte dos cidadãos. A participação política da sociedade civil serve para legitimar as ações que a elite tecnocrática aplica, ou para aperfeiçoar as políticas pensadas por ela, através de uma participação controlada, uma vez que o espaço e a forma de participação política do cidadão são passivos e condicionados à solicitação do Estado. Assim, o principal papel e participação do cidadão na política, vista de forma restrita, voltam a se reduzir ao de eleitor, cujo comportamento político se guia pelos princípios encontrados na pesquisa de Baquero & Prá (2007), de eficácia administrativa e capacidade gerencial. Essa é a principal forma de participação política do cidadão-cliente.

Tal postura de passividade por parte dos cidadãos vai de encontro às teorias alternativas de democracia. Enfraquece ainda a própria noção de participação, se considerada a definição de participação utilizada por Marcos A. Ortiz Gomes⁴⁵, ao falar sobre o desenvolvimento de um processo participativo: “Participar significa fazer parte de um grupo, tomar parte das decisões e ter parte do resultado. O importante não é o quanto se toma parte, mas o como se faz”. Ele refere-se a níveis de participação como informação, em que membros de uma organização informam sobre as decisões já tomadas; consulta facultativa, no qual as opiniões, críticas e ideias são coletadas pelos dirigentes; co-gestão, quando a administração é compartilhada por um colegiado que tem poder de decisão; e auto-gestão, em que o grupo determina os objetivos, escolhe os meios e controla a execução da ação. Esse último é o nível mais elevado de participação, pois envolve a decisão e responsabilidade dos participantes. Dessa forma, estabelece-se uma escala de participação, indo do nível mais baixo, composto por aqueles que apenas escutam, executam e sofrem as consequências das decisões tomadas, ao nível mais alto, integrado por aqueles que falam, decidem e mandam executar.

Ao refletir especificamente sobre a participação social da juventude, Krauskopf (2000)

⁴⁵ Este artigo não se encontra formatado nos padrões da ABNT e encontra-se disponível na internet em: <http://www.unigaia-brasil.org/Cursos/Materias/Participacao/Fotos/Enfoque%20Participativo.pdf>

fala de uma participação protagônica enquanto participação social efetiva dos jovens, em oposição a uma participação aparente (p. 127). Isso porque a autora utiliza uma escala de participação, inspirada em Roger Hart (1994), que se divide em dois níveis:

QUADRO 2
ILUSTRAÇÃO DA ESCALA DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

PARTICIPAÇÃO APARENTE	MANIPULAÇÃO	1
	FIGURAÇÃO	2
	PARTICIPAÇÃO SIMBÓLICA	3
PARTICIPAÇÃO EFETIVA	INFORMAÇÃO	4
	INFORMAÇÃO E CONSULTA	5
	COMPARTILHAMENTO DE DECISÕES EM INICIATIVAS ALHEIAS	6
	INICIATIVA	7
	INICIATIVA E COMPARTILHAMENTO DECISÕES	8

Fonte: Elaboração própria.

A escala de participação engloba a relação entre adultos e jovens. Os níveis mais baixos correspondem à manipulação (1) dos jovens pelos adultos, que se associa ao conceito de adultocentrismo utilizado pela autora (idem, p. 124), e que diz respeito à relação assimétrica de poder entre jovens e adultos, mais comum de ser exercida no Século XX. Utilizando como parâmetro os tipos de dominação weberiano⁴⁶, o adultocentrismo pode ser classificado como uma forma de dominação tradicional. Faz parte, também, da participação aparente a figuração (2), quando a participação dos/as jovens não envolve ação. Compõe, ainda, este nível a participação simbólica (3); caso em que a participação se aproxima da interação realizada pelo jovem telespectador, para o qual chamam atenção Castro (2001, 2005) e Buckingham (2000); a intervenção dos jovens no espaço público não acontece, mas ocorre um processo de significação e interpretação da realidade por parte deles no nível simbólico.

A crise de conduta, valores e comportamento, à qual está submetido o homem contemporâneo, mapeada por Sennett (2009), traduz-se na dificuldade de relação entre os adultos e jovens, formando o conceito de adultismo, trabalhado por Krauskopf (2000). Segundo a autora, a dificuldade dos adultos de se adaptarem ao processo de aprendizado permanente que exige a realidade contemporânea provoca um processo no qual eles se tornam

⁴⁶ Para uma compreensão das três formas puras de dominação weberiana veja: Weber – Gohn, G. (Org.), Fernandes, F (Coord.) *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, nº 13. Editora Ática. 1996.

cada vez mais rígidos em relação a valores e regras de comportamento, posturas adultas a serem transmitidas aos mais jovens, impossibilitando a comunicação e o diálogo entre eles. Tanto o adultocentrismo como o adultismo produzem, segundo a autora, “discriminação etária e bloqueio geracional” (idem, p. 125). O combate a essas posturas só vai ser possível através do diálogo entre as gerações e da ampliação da participação efetiva dos jovens.

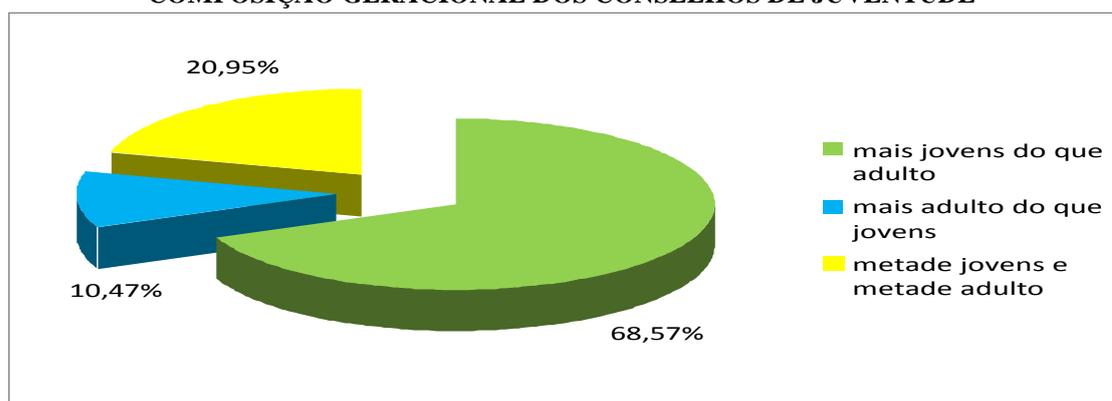
A participação efetiva acompanha uma escala gradativa de empoderamento da juventude. O primeiro nível de participação se dá através da informação (4): os/as jovens são informados da atividade a ser realizada. No nível seguinte, além de informados os/as jovens passam a ser consultados (5). É só nível 6 da escala de participação que os/as jovens têm poder de deliberação, mesmo que a iniciativa da ação ainda seja de adultos e as decisões sejam compartilhadas. No nível seguinte, a iniciativa da atividade é dos/as jovens, mas ela ainda é dirigida por adultos. Finalmente, no último nível de participação, é possível observar o controle das atividades pelos/as jovens, pois suas iniciativas resultam em decisões compartilhadas com os adultos. A escala crescente de poder representada não implica em momento algum a exclusão do adulto da relação social, mas o aumento de poder participativo da juventude lhe permite o compromisso com a comunidade, ao mesmo tempo que lhe garante autonomia.

A escala dos níveis de participação juvenil torna-se útil para pensar a relação que se tem estabelecido no Brasil entre a juventude, enquanto sociedade, e o Estado, na produção de políticas públicas. Isso porque o país propõe uma nova fase na relação entre esses atores sociais, cujo principal emblema é a construção da Política Nacional de Juventude. Nesse caso, a proposta é a construção de instituições que promovam a participação da juventude, que ultrapassem o nível aparente de participação proposto por Krauskopf (2000), incentivando o protagonismo juvenil.

A grande novidade na política de juventude é o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), que aspira e defende uma concepção participativa/deliberativa da democracia. O CONJUVE, como será visto mais adiante, tem inspirado a criação de conselhos municipais e estaduais de juventude para pensar e acompanhar políticas públicas. A formação de uma rede de Conselhos da Juventude que participa de encontros promovidos pelo CONJUVE tem permitido mapear algumas características desses Conselhos. A maioria, ainda constituem criações recentes (92,37%), que possuem no máximo 5 anos de existência, ou seja, mais ou menos, o mesmo tempo de criação da Secretária Nacional de Juventude. Destaca-se nesses Conselhos a participação efetiva de jovens, que tem em sua grande maioria (64,76%) de 11 a 20 membros em sua composição. Como é possível observar no Gráfico 1, todos os conselhos

são compostos por jovens, apesar da proporção dessa composição variar. É possível observar que em 68,57% dos Conselhos a maioria dos membros é de jovens, enquanto que em 20,95% deles, há um equilíbrio entre jovens e adultos. Mas, ainda existe uma predominância de adultos em 10,47% dos Conselhos.

GRÁFICO 1
COMPOSIÇÃO GERACIONAL DOS CONSELHOS DE JUVENTUDE



Fonte: Conselho Nacional da Juventude, 2010.

Os conselhos de juventude, enquanto institucionalidade são inovadores na promoção de espaços públicos específicos para o debate sobre a juventude, suas necessidades e anseios. Contudo, a classificação real do tipo de participação que os/as jovens tem nesses espaços e instituições não pode ser deduzida de sua composição. O fato de haver mais jovens que adultos na maioria dos conselhos, não implica que a participação deles/las ultrapasse o nível aparente, como da manipulação ou figuração. Ou seja, a criação de novas instituições não implica em empoderamento juvenil, apesar de poder reforçá-lo. Para saber de fato em qual nível de participação se enquadraria a juventude atuante nesses Conselhos, seria necessário uma investigação criteriosa das reuniões e construção dos processos de decisão nesses espaços, o que não é a proposta destetralho.

Tendo em mente os parâmetros de participação da juventude brasileira, fornecido por pesquisas que registram a pouca participação política dos/as jovens (BAQUERO, M. 2007, 2004; IBASE, 2008; LUCAS, 2004; NAZZARI, 2006; NOVAES, R & VANNUCHI, P, 2004; SCHMIDT, 2001b), acredita-se que escalas de participação como as estabelecidas por Gomes (2005) e por Krauskopf (2000), apesar de úteis, não constituem o melhor instrumento para analisar a participação juvenil de uma maneira mais ampla e menos direcionada. Considerando, ainda, que as mesmas pesquisas tem apontado para rejeição da juventude às formas convencionais de participação política, e uma aceitação maior de formas não convencionais de participação política, como abaixo-assinados e protestos a adoção de outros critérios se fazem necessário.

Chama atenção a discussão da metodologia utilizada na pesquisa Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas (IBASE, 2006), para promoção do diálogo e da participação juvenil. Os pesquisadores operam uma classificação criativa e útil ao pensarem cenários baseados em tipos de participação como a participação institucional, a ação individual e direta e a ação coletiva e cultural, com o intuito de perceber as alternativas de participação que faziam sentido para os/as jovens no Brasil. Determinaram-se três ênfases para esses cenários, onde a primeira valorizava a juventude em organizações estudantis, partidos políticos, sindicatos, ONGs, ou seja, revelava a organização dos jovens em grupos ligados a alguma institucionalidade. A segunda apresentava o voluntariado como alternativa de participação, valorizando a ação direta e individual dos/as jovens, e a terceira ênfase, ou cenário de participação, se vincula a cultura e diz respeito à formação de grupos organizados por jovens a partir da cultura, comunicação, ou religião. Dessa forma, se reconhecem as formas de engajamento da juventude bastante complexas e híbridas.

Para fins dessa tese adota-se parte da metodologia utilizada na pesquisa Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas (IBASE, 2006), sobre os cenários montados de participação institucional, participação individual, e participação cultural, enquanto critérios classificatórios para análise posterior dos dados da pesquisa do IBASE-2008, sobre a participação política da juventude brasileira.

3.4 - Conclusão

A globalização, as transformações tecnológicas e a instauração do neoliberalismo, na década de 1990, ao mesmo tempo em que contribuíram para construção de um novo projeto de desenvolvimento no Brasil (SALLUM JR, 2003), propiciaram um quadro de aumento da pobreza e distorções econômicas, que, novamente, atingiram em particular a população juvenil. A chamada crise da sociedade do trabalho⁴⁷ consolida o processo de exclusão que torna grande parte dos/as jovens “desnecessários/as” ao sistema produtivo. Essa realidade reforça o que Evelina Dagnino chama de autoritarismo social, por um lado, e a pressão por maior participação política, por outro. O “autoritarismo social engendra formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que subjaz ao conjunto das práticas sociais em todos os seus níveis” (DAGNINO. 1994, p.104-105). A participação política da sociedade,

⁴⁷ Vide: Antunes, R. (2001)

por sua vez, implica romper com a cultura autoritária e reforçar princípios como de igualdade e liberdade, que se vinculam a concepções alternativas de democracia.

As especificidades da democracia no Brasil fazem com que o trabalho (NAZZARI, 1995; IBASE, 2008) e, mais precisamente o emprego, represente um divisor de águas no reconhecimento da cidadania e participação política juvenil. Portanto, a possibilidade concreta de grande parte da juventude brasileira não conseguir se inserir no mercado de trabalho faz com que o trabalho permaneça como fonte de diferenciação e hierarquia social entre os cidadãos. Esse processo dificulta o cultivo de valores democráticos fundado na igualdade perante as leis, na liberdade de organização e de uma cultura de associação. A flexibilização produtiva, que é fruto do capitalismo de curto prazo, instaura uma lógica de individualidade que corrói o caráter dos indivíduos, pois fragiliza os laços de confiança e lealdade coletivas, comprometendo as práticas que geram a coesão social (SENNETT, 2009). O contexto de instauração do neoliberalismo tem agravado esse quadro, ao aumentar a pobreza e as distorções econômicas. Os Estados têm enfrentado dificuldades para implementar políticas públicas que ultrapassem o caráter paliativo aos problemas sociais e políticos de que padecem os brasileiros. O que tem provocado certo desencanto com a democracia⁴⁸, principalmente da juventude, e a busca por formas de participação política não convencionais (KRISCHKE, 2005).

A compreensão sobre a construção da identidade política da juventude e os papéis desempenhados por eles/as na sociedade brasileira têm sido objeto de investigação de diversas ciências, como a Psicologia, a Sociologia e a Ciência Política. Contribuiu para isso o impacto das transformações nos principais espaços de socialização, como a família, a escola e o trabalho, aliado à revolução tecnológica, principalmente na área de comunicação. Nesse sentido, a teoria de Cultura Política serve como ponto de partida para interpretar o comportamento, a participação e os valores políticos dos/as jovens e seu efeito no sistema democrático. As formas de socialização servem, assim, de sustentáculo para o regime político. A socialização política pode ser entendida como o conjunto de experiências e interações desenvolvidas ao longo da vida individual, que, através de posições adquiridas, são traduzidas em expectativas e inclinações em relação ao sistema político. Pode assumir a forma de comunicação explícita de valores, sentimentos e informações ou, ao contrário, expressar-se como transmissão de atitudes não políticas. (ALMOND e POWELL, 1972).

Nota-se que no Brasil o processo de democratização provocou o acolhimento de demandas e direitos específicos, que se traduziram em novas regras e códigos legais

⁴⁸ Para uma visão mais apurada do assunto pode consultar Baquero. C. M. (2002, 2007)

impressos em Estatuto específico para criança e adolescente, ampliando a responsabilidade do Estado e da sociedade sobre essa população. Tal condição modifica também o papel da juventude, que deixa de ser reconhecida com cidadã em potencial e passa a ser cidadã portadora de direitos. O papel social da juventude tem sido reforçado pela ampliação do espaço de atuação e reconhecimento destinado aos jovens nas sociedades contemporâneas, enquanto atores políticos, econômicos e sociais. Contudo, a juventude muitas vezes tem sido excluída do processo de escolha pública, que se traduz em políticas destinadas a sua categoria social. Na maioria das vezes, a determinação do interesse público sobre as necessidades juvenis ocorre sem que as opiniões, manifestações e críticas dos/as jovens tenham sido ouvidos.

Nesse sentido, é possível falar em tipos e níveis diferenciados de participação social da juventude, na qual o seu poder de atuação e integração aumenta de acordo com cada estágio. Diante desse cenário, o que está sendo construído nesse momento é a cidadania e a democracia no Brasil; havendo uma disputa entre divergentes concepções de cidadania (DAGNINO, 2006). No desenvolvimento dessa batalha, a juventude assume um papel primordial, pois ao vivenciar essas disputas vai eleger e colocar em prática conteúdos antigos ou novos de uma cultura política que é fruto do permanente conflito social. São eles/as, na interação com as gerações passadas e futuras, que vão definir quais as concepções predominam em seus ideais e são colocadas em prática. Valores e práticas que serão transmitidas para as novas gerações e podem fortalecer ou condenar a democracia no Brasil.

Como se apresenta no Capítulo a seguir a construção de uma política Nacional de Juventude no Brasil reflete a disputa entre as concepções divergentes de cidadania e democracia, que identifica Dagnino (2006), cabendo conciliar a investigação de valores, práticas e crenças da juventude para identificar quais concepções de democracia e Estado está se fortalecendo no país.

4. CAPITULO III – POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Neste capítulo não há a pretensão de realizar uma análise exaustiva das teorias e abordagens sobre políticas públicas, tampouco uma discussão do processo de implantação, ou avaliação da Política Nacional de Juventude no Brasil. O objetivo é uma avaliação de conceitos e possibilidades de análise de políticas públicas, para em seguida, examinar o debate sobre as políticas públicas de juventude buscando investigar sua definição e constituição, para finalmente observar as peculiaridades da Política Nacional de Juventude no Brasil. O objetivo é compreender o processo político de construção da política de juventude e sua relação com a cultura política e a democracia participativa no país. Essas reflexões podem auxiliar na análise das percepções dos/as jovens sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

4.1 – Análises de políticas públicas e suas distinções

A Análise de Políticas Públicas tem como objetivo gerar conhecimento sobre os processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Nesse caso, os estudos têm um caráter, sobretudo, descritivo e prescritivo, ou o objetivo de instrumentalizar os chamados *policy makers*, formuladores de políticas públicas. Assim, quando o conhecimento gerado abrange a elaboração e o processo de decisão das políticas tem caráter mais propositivo e/ou prescritivo. Ao buscar relacionar os objetivos da política com as várias dimensões da Análise de Políticas Públicas, a literatura internacional, principalmente a americana, operou distinções, e fala em *analysis of policy*, quando se trata de trabalho acadêmico que busca a compreensão do processo político; e de *analysis for policy*, quando o trabalho é aplicado à resolução de problemas.

Segundo Ham e Hill (1993), a origem da Análise de Políticas Públicas, em uma escala significativa, remonta aos anos 1960 e tem origem em duas vertentes de interesse:

- As dificuldades encontradas pelos formuladores de políticas diante da complexidade cada vez maior dos problemas com que se deparavam, o que os levou a buscar ajuda na construção de alternativas e soluções; e

- O interesse de acadêmicos das diversas Ciências Sociais que começam a trabalhar com questões referentes às políticas públicas e a constituir conhecimento voltado à busca de resoluções para problemas dos setores públicos.

Dessa forma, os resultados produzidos por um sistema político têm se constituído em uma das abordagens tradicionais de investigação da Ciência Política. Assim como a observação do processo e a concepção de uma política pública desde a percepção de um dado fator enquanto um problema, passando pela mobilização e reconhecimento deste como tal; a transformação desse tema em componente da agenda pública; até a efetiva elaboração de propostas e soluções a serem executadas e analisadas. Significa ainda, dedicar-se ao estudo das relações entre e/ou intra instituições políticas e o processo político, ou mesmo o conteúdo de determinadas políticas públicas. A investigação do conjunto desses aspectos, ou de parte deles, costuma-se chamar de Análise de políticas públicas.

Porém, como saber qual aspecto está sendo tratado por Análise de políticas públicas? Pensando nessa questão a literatura internacional adota vocábulos diferentes para identificar distintas dimensões do que se costuma tratar simplesmente por política (FREY, K. 2000). São elas:

1. *Policy*, que diz respeito à configuração e aspectos técnicos de uma política, o seu conteúdo.
2. *Politics*, que diz respeito ao processo político, sujeitos, conflitos, estratégias.
3. *Polity*, que diz respeito às instituições, regulação, ordem do sistema político.

Portanto, só após a definição dos interlocutores torna-se claro quem são os atores sociais que vão moldar a política pública. Isso não significa dizer que os atores selecionados têm o mesmo entendimento sobre as questões; que tenham uma visão abrangente sobre o tema; ou que compartilhem a mesma visão de mundo ou conjunto de valores políticos e éticos, pelo contrário. Obviamente, alinhamentos ideológicos e visões de mundo semelhantes ajudam a compor forças e alianças úteis em momento de tomada de decisões. No entanto, é do debate e da disputa entre os chamados *policy makers*, ou formuladores de política, que serão definidas as concepções e os pontos consensuais sobre os quais as políticas públicas serão instituídas.

No caso do Brasil, desde o processo de democratização, a sociedade civil tem se organizado para buscar visibilidade para os mais diferentes tipos de problemas políticos. Por esse motivo, eles exigem soluções a partir de atores sociais diversos, os quais, através de suas ações, conseguem inseri-los em uma agenda pública. Dessa forma, a implementação da democracia no país implicou transformações nas relações sociais e de poder, reinterpretando

de direitos e deveres, revisão de conceitos e exigência de novos códigos de conduta que reconhecessem a pluralidade dos atores, a multiplicidade de organizações e formas de ação, assim como o reconhecimento dessas diferenças enquanto direito. O debate em torno dos interesses e os conflitos e problemas políticos se multiplicaram, fato que tem grande impacto na formulação e constituição de políticas públicas de juventude.

Seguindo essa lógica, aperfeiçoam-se os estudos sobre as ações do Estado. Em consequência, os estudos sobre políticas públicas superaram a fase em que se consideravam somente os *outputs* (respostas) do sistema político, tendo sua investigação concentrada nos *inputs*, ou demandas dos grupos de interesses. O leque de investigação se ampliou, passando a considerar a complexidade do processo de formulação das demandas, a constituição, a organização e a representação de interesses enquanto aspectos que, ao serem notados, tornaram essa visão insuficiente para compreender, ou explicar as ações do Estado no processo de intermediação de interesses.

Novas formulações, como as análises das *policy networks*, das *policy learning*, das comunidades epistêmicas e das *advocacy coalitions*⁴⁹ procuram fornecer subsídios para interpretações sobre o variado processo de formação e gestão das políticas públicas. Apesar dessa seara de abordagens teóricas, Peter John (1999) classifica em cinco as vertentes teóricas na área: (a) a institucional; (b) a que procura perceber as formas de atuação e o impacto dos grupos e das redes; (c) a teoria da escolha racional, (d) a que destaca os condicionantes sociais e econômicos no processo de produção das políticas e (e) a que destaca o papel das idéias e do conhecimento.

Cabe lembrar, nesse momento, que o Século XXI tem se caracterizado por novas formas de relação entre Estado, mercado e sociedade, e que esse fato influencia a Análise de Políticas Públicas, na medida em que o modelo adotado pelo analista para compreender essas relações vai se refletir nos resultados da análise. Ao mesmo tempo, os problemas decorrentes da complexificação das sociedades têm apontado limites para as principais teorias adotadas pelos trabalhos acadêmicos sobre as visões de Estado que influenciam a análise de políticas, sendo elas: a visão marxista, corporativista, elitista e pluralista; as quais são sumarizadas a seguir:

- Marxista: vê o Estado como meio de legitimação e dominação de uma classe social sobre outra, dando destaque para o poder econômico na ação política.

⁴⁹ Esses termos não possuem, ainda, uma tradução usual em português, mas podem ser compreendidos da seguinte forma: *policy networks* como rede de políticas; *policy learning* como políticas de aprendizado; e *advocacy coalitions* como coalizões de apoio ou suporte (Tradução de Albertina Gioconda).

Essa visão possui importantes subdivisões como a instrumentalista, funcionalista, estruturalista, de arbitragem, Escola de Frankfurt e Escola da “lógica do capital”⁵⁰;

- Corporativista: vê o Estado como mecanismo de administração e controle de conflitos entre grupos de pressões (patrões e trabalhadores) que passam a ser incorporados pelo Estado. As releituras dessa visão são conhecidas como neocorporativismo;
- Elitista: baseia-se na visão do poder exercido por um pequeno número de interesses, elite, que se organiza e atinge os objetivos traçados. A visão elitista também é conhecida como neopluralista, nesse caso considerada apenas uma derivação;
- Pluralista: o Estado está sob a influência de grupos de pressão diversos, com graus de poder diferentes, que atuam na concepção de políticas públicas, determinando o seu conteúdo, sem que haja um grupo dominante. Em alguns expositores dessa visão, o Estado também é visto como um grupo de pressão. As críticas dirigidas à visão Pluralista fizeram surgir uma interpretação mais realista da democracia conhecida como Poliarquia (democracia real – Dahl, 1997), que enfatiza a democracia como um conjunto de procedimentos, e mantém uma visão mais relativa sobre os grupos de pressão (GAPI/ UNICAMP, 2002).

A adoção de um modelo de análise para a compreensão da relação entre Estado e sociedade vai implicar consequências para o exame das tomadas de decisões. Por sua vez, a adoção de um modelo para análise das tomadas de decisões implica privilegiar determinados ângulos e ações, à medida que as políticas públicas podem ser vistas como um processo de disputa ou conflito por recursos escassos. Diante da dificuldade de apreender o desenvolvimento dessas disputas, e compreender de que forma são fabricadas as decisões, constitui-se a importância das Escolas teóricas que fundamentam a análise das políticas públicas. Desenvolve-se, então, a Teoria das decisões coletivas, que busca suporte em diversos conteúdos, como na teoria dos jogos e na economia do bem-estar, para seconstituir.

⁵⁰ Uma visão mais detalhada dessas correntes pode ser vista na obra de teóricos como: Millband, R. (O Estado na Sociedade Capitalista, R.J; Zahar. 1969), na instrumentalista; O'Connor, J. (USA: A Crise do Estado Capitalista, R.J; Paz e Terra. 1977), na funcionalista; Althusser na estruturalista, Poulantzas na de arbitragem (Para uma apreciação desses dois autores vide: CARNOY, M. - O Estruturalismo e o Estado: Althusser e Poulantzas, in Estado e Teoria Política, Campinas, Papirus, 1986); Offe, C. (Problemas estruturais do Estado capitalista. R.J: Tempo Brasileiro; 1984) na Escola de Frankfurt; e Altvater na Escola da “lógica do capital”(Some Problems State Interventionism, *In: Hollo way, J. e S. Picciotto (eds.) State and Capital: A Marxist Debate*, 1978).

A Teoria das decisões coletivas, de Arrow (1953), desenvolve um teorema conhecido como da “impossibilidade geral”, no qual o autor conclui que não existe uma escolha social capaz de refletir perfeitamente as preferências individuais. Dessa forma, nenhum indivíduo se encontrará completamente satisfeito com as soluções achadas pelo coletivo, mas também se coloca a possibilidade de não ficar completamente insatisfeito, sendo esse o ponto de equilíbrio a ser atingido. Apesar de significativa, essa conclusão determina o limite da teoria para a explicação do processo decisório, pois ele não pode ser definido como o simples somatório das preferências individuais.

Em resposta aos limites teóricos apresentados pela Teoria das decisões coletivas, desenvolve-se o modelo de Escolha Pública (BUCHANAN, 1977). Neste modelo se reconhece a divergência de interesses e de racionalidade dos indivíduos. Para essa perspectiva, as políticas públicas são resultantes da convergência das preferências dos agentes com os interesses das organizações e instituições políticas. Entretanto, uma das implicações mais importantes do modelo de Escolha Pública é a percepção da necessidade de acesso a informações para gerar consensos e para que os sujeitos possam procurar influenciar o processo político. Na prática os indivíduos não possuem acesso igual às informações, o que produz uma assimetria entre eles e reduz o número de sujeitos que realmente têm capacidade de influenciar uma política pública. Esse grau de dificuldade ou facilidade para acessar a informação é o que North (1990) chama de custos de transações. Elevados custos de transações dificultam o estabelecimento de padrões de cooperação entre os agentes políticos e a formulação de políticas públicas, na medida em que as instituições têm um custo para formulá-las. O limite desse modelo está na pouca atenção que dá à burocracia, no foco restrito às instituições políticas tradicionais, na dificuldade em incorporar novos atores sociais e na fragilidade da hipótese de que os indivíduos têm claras preferências sem, contudo, examinar seus sistemas de crença e trajetórias.

Na tentativa de avançar sobre as limitações da análise de políticas públicas, o neo-institucionalismo tem se esforçado para contornar algumas das barreiras. Por exemplo, sua concepção de instituição vai além das ideias tradicionais, reconhece também a influência das identidades e diversos papéis sociais nos processos de tomada de decisões pelos atores políticos. Dessa forma, sua principal diferença para o institucionalismo está no fato de que admite que nem tudo pode ser explicado pelas instituições. Existem sociedades, como as da América Latina, onde as instituições são frágeis e o sistema instável; mesmo assim políticas públicas alcançam êxitos que não podem ser atribuídos inteiramente ao fator institucional.

Buscando outros caminhos para resolução dos mesmos problemas, a abordagem da Análise de Estilos Políticos dedica-se à dimensão da *politics*⁵¹. Volta-se, sobretudo, para fatores culturais enquanto elementos significativos ao entendimento do processo político e ao comportamento político, compreendido como atitudes dos atores políticos. A análise de estilos políticos procura detectar, entre outras coisas, o padrão de comportamento político de uma dada sociedade, como o patrimonialismo e a corrupção, padrões de comportamento que conformam a ação de cidadãos na sociedade através do processo de socialização política. As pesquisas voltadas à investigação de valores e comportamentos políticos pertencem ao campo de estudo conhecido como Cultura Política⁵².

No exame dessas abordagens investigativas da Análise de políticas públicas, é possível observar que elas têm se mostrado insuficientes para abarcar os diversos aspectos e ações que envolvem o processo de tomada de decisões e formulação de uma política pública. Se por um lado, a criação e a reforma das instituições não têm se mostrado suficiente para resolver, ou controlar, problemas como o clientelismo, a corrupção, e o desemprego nos países latinos, como o Brasil; por outro, não é possível negar a sua importância no condicionamento de padrões ou regras de comportamento políticos que, por muitas vezes, comprometem os resultados de uma política pública. Dessa forma, não é possível pensar atores distintos de instituições, quando tudo aponta para a existência de um processo sinérgico de condicionamento entre eles.

Dessa maneira, as políticas públicas podem ser definidas, "como conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos. Essas decisões e ações envolvem a atividade política compreendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à solução pacífica de conflitos relacionados com bens públicos" (RUA, 1998.P.731).

Tal concepção ganha contornos especialmente importantes em um país como o Brasil, que não resolveu problemas básicos de ordem material, possui uma das piores distribuições de renda do mundo e apresenta altos índices de violência, criminalidade e delinquência. Isso torna a administração de bens públicos um instrumento valioso para que o Estado possa exercer tanto a administração de conflitos, como o controle social. Tal situação remete aos atores sociais e espaços de atuação que envolve a ação política para a resolução dos problemas. Souza, R. M. (2008), ao falar do papel da atuação social como suporte para o protagonismo, afirmaque:

De maneira geral, a expressão ator social refere-se, hoje em dia, ao indivíduo

⁵¹ *Politics*, que diz respeito ao processo político, sujeitos, conflitos, estratégias.

⁵² Para compreensão de Socialização e Cultura política vide: Capítulo 2.

responsável pela consecução de objetivos particulares e exequíveis, e cuja atividade encontra seus limites e possibilidades na atividade dos outros atores sociais e na conjuntura socioeconômica previamente diagnosticada. O ator social é aquele que, para conseguir alcançar objetivos particulares, modifica o “entorno social” negociando com outros atores. Essa atividade do ator social, em prol de si mesmo e do grupo, é o que faz dele um membro da sociedade civil. (SOUZA, 2008; p. 44)

Essa definição de ator social levanta a questão sobre os tipos e espaços de atuação dos atores sociais e qual a contribuição efetiva que pode ser atribuída a essa atuação na promoção da democracia. Como demonstra Côrtes (2006), ao sistematizar a literatura sobre foros participativos e governabilidade⁵³, é possível classificar a reflexão sobre o assunto em dois grandes grupos. O primeiro é constituído pela literatura que apresenta uma postura cética frente às possibilidades dos foros participativos favorecerem a democratização da gestão pública ou melhorarem a implementação de políticas. O segundo é composto pelos trabalhos que ressaltam a democratização da gestão pública provocada por tais mecanismos de participação, pois os gestores públicos estariam induzidos a tomar decisões tendo em conta interesses até o momento excluídos.

Puesto que en países en desarrollo, como Brasil, los contextos democráticos estarían caracterizados por la convivencia entre instituciones típicas de las democracias representativas y el mantenimiento de padrones autoritários de decisión y de formas clientelísticas de relación entre gobiernos e intereses sociales, la constitución de dichos Foros favorecería una – nueva- buena gobernabilidad. (CÔRTEZ, 2006, p. 17)

A discussão entre os autores classificados por Côrtes (2006) remete ao debate travado entre as correntes das teorias alternativas de democracia, e às críticas sobre os tipos e espaços de participação existentes. Para a autora, “*La principal diferencia entre los abordajes que conciben a los Foros de participación como inductores de una buena gobernabilidad se refiere a la defensa - o no - de las diversas formas de democracia participativa*” (p. 31). O primeiro grupo alerta para o problema de legitimidade dos participantes desses Foros, pois eles não representam os mais pobres e excluídos da sociedade. Além disso, existe nesses espaços uma distribuição desigual de poder entre os gestores governamentais, a sociedade civil e os desenhos institucionais dos Foros que reproduziria as desigualdades do ambiente social e político. Dessa forma, os questionamentos sobre esses espaços de participação se dirigem aos interesses que são representados, sobre a escolha dos participantes, sobre a natureza das relações entre os participantes e grupos sociais que estariam representados (idem, p. 20). Criticam, também, a imagem de que os Foros participativos assegurariam formas mais democráticas de relação entre Estado e sociedade civil frente às formas consolidadas de

⁵³ Entendida pela autora como articulação entre os gestores e burocracias governamentais e os interesses dos trabalhadores, usuários e beneficiários das políticas públicas, em relação com as *responsiveness y accountability* dos governos (2006, p. 16) [tradução própria].

democracia representativa; alertam para a subtração dos partidos políticos das análises sobre participação, e para a ausência de pesos e contrapesos para evitar distorções no processo deliberativo, ou que assegurem a participação daqueles que se encontram entre os grupos mais excluídos da sociedade. Concluem que os Foros seriam menos democráticos do que os sistemas representativos, porque eles não garantiriam oportunidades universais de representação dos cidadãos (p. 20-21).

A perspectiva de autores que ressaltam a importância dos Foros participativos destaca a contribuição desses espaços para a governabilidade, para a melhoria do funcionamento da gestão pública, aliando a participação com a representação democrática para ampliar espaços deliberativos no sentido habermasiano (AVRITZER, 1996). Existe ainda a perspectiva de aumento dos movimentos sociais nos espaços políticos institucionalizados através dos Foros. Tal experiência propiciaria maior interação entre sociedade e Estado e a transferência e aperfeiçoamento de experimentos do nível local para o administrativo. Contudo, a crítica a esse aporte teórico, que foi muito influente no Brasil na década de 1980 (AVRITZER, 1996, p. 23), aponta para a existência da reprodução de estruturas e dinâmicas políticas autoritárias e tradicionais, não apenas pelas elites, mas também em segmentos significativos da sociedade civil. A conclusão de Silva, M. de que inovações como os Foros participativos “tendem a serem vistos como ameaças à reprodução de um campo de reações políticas tradicionais, através da qual estas lideranças sociais se constituíram e atuam, convertendo-se, por isso, em objeto de crítica e oposição” (SILVA, 2004, p. 3), reforça o argumento da necessidade de novas formas de socialização política que reforcem e produzam uma cultura política democrática no Brasil. As políticas públicas de juventude, em muito influenciadas pelos debates internacionais, têm propagado o discurso participativo para a juventude e procurado promover práticas políticas que tragam a juventude para a vivência cotidiana das formulações e gestões de políticas públicas, sem deixar, contudo, de ter de enfrentar o dilema de práticas e posturas que comprometem uma cidadania democrática, como se discutirá agora.

4.2 - Políticas públicas de juventude

Durante o período de transição democrática na América Latina (1970-80), o tema juventude começa a ser examinado mais sistematicamente por especialistas (PEREZ ISLÃS, 2006). Perez Islãs destaca o trabalho de Braslavsky (1989), que faz um levantamento da

produção sobre juventude na América Latina até 1987. O período do Ano Internacional da Juventude é considerado o mais importante pela autora, que o classifica como a terceira fase de produção sobre a temática (1982-1986). Isso porque aumenta nessa ocasião o interesse pelo tema ocasionado um incremento na produção. Os motivos podem ser atribuídos a vários fatores, como o próprio evento, o processo de democratização, as transformações juvenis, enfim, como consequência do novo contexto histórico que vivia o continente latino americano.

No Brasil, principalmente até a década de 1980, as políticas públicas voltam-se, principalmente, para a criança e o adolescente e são marcadas por forte tendência assistencial, canalizadas e justificadas para os chamados “problemas juvenis”, como o caso dos “menores infratores” (PINHEIRO, A. de A. A, 2001; MARTINS, 2004). Como aponta Ângela de A. A. Pinheiro: “A criança e o adolescente concebidos como objetos de controle e disciplina, têm sido alvo de práticas que se voltam para a prevenção da delinquência e para a integração social, de forma que contribuam, de maneira produtiva, para o desenvolvimento do País” (2001; p. 51). Na década de 1980, a agitação política e a mobilização popular pela democratização do país também trazem à tona a situação de miséria de crianças e adolescentes, obrigando aos órgãos públicos como a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) a reconhecer a gravidade da situação. Para Pinheiro, é no início dos anos de 1980 que se localizam as ações de articulação entre Estado e sociedade que promovem uma “luta simbólica entre princípios fundantes de experiências” (idem, p. 58), no trato público da criança e do adolescente, que por sua vez principiam a promoção de uma nova forma de representação social destes como sujeitos dedireitos.

Ao mesmo tempo, é possível observar uma série de eventos internacionais que vão influir positivamente para que o tema da juventude adentre a agenda pública brasileira e passe a ser alvo de políticas públicas em toda a América Latina. Isso começa pelo Ano Internacional da Juventude: participação, desenvolvimento e paz (1985), que consegue junto aos governos dos países membros da ONU o compromisso com as “diretrizes para planificação de novas medidas e a adoção de medidas complementares adequadas na esfera da juventude” (ONU, 1985). O tema da juventude se vê reforçado em 1986, quando a Conferência Internacional do Trabalho inclui em sua pauta a juventude, e sugere que a melhoria nas condições de vida dos jovens se relaciona com melhorias no desenvolvimento social e econômico. Na ocasião, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) realiza recomendações para adoção de normas internacionais do trabalho relativas à juventude, entre outras questões. Em 1992 foi criada a organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), e em 1993 o Programa Regional de Ações

para o Desenvolvimento da Juventude na América Latina (PRADJAL). É importante destacar que o Brasil, como membro da ONU, e como observador da OIJ desde 1996, assumiu compromissos com essas instituições de criar órgãos e fomentar políticas específicas para a juventude. Em 1995, em comemoração aos 10 anos do Ano Internacional de Juventude, foi aprovado pela Assembléia Geral das Nações Unidas o Programa de Ação Mundial para os jovens até o ano 2000 e anos posteriores.

Somam-se a esses eventos os Fóruns Mundiais de Juventude, que funcionam como canal de comunicação entre as organizações da juventude e os órgãos e organismos especializados das Nações Unidas, que ocorrem em 1991 e 1996 na Áustria, em 1998 em Portugal, e em 2001 no Senegal. Os Fóruns tinham dentre seus objetivos constituírem referências para elaboração e aplicação de políticas públicas para juventude. As recomendações para políticas públicas do encontro em Braga, Portugal, são emblemáticas para ilustrar a ênfase na participação política no processo de elaboração e implementação de políticas públicas e na valorização da sociedade civil nessas políticas. O primeiro ponto da recomendação para política de juventude diz:

a formulação em todos os estados das políticas de juventude, até o ano de 2005, que são diferentes sectores, abrangente e formulada com visão de longo prazo, juntamente com planos de ação tendo em conta as diretrizes estabelecidas no *Programa de Ação Mundial para a Juventude até ao ano 2000 e além*. As políticas de juventude devem ser concebidas em um estatuto legal e apoiadas por estruturas legislativas e recursos suficientes. Nós encorajamos todos os governos a estabelecer e/ou fortalecer as instituições da juventude ponto focal dentro da estrutura governamental. As políticas de juventude devem ser formuladas através de um processo exaustivo de consulta entre o governo e as plataformas nacionais de ONGs de juventude, bem como outras partes interessadas, como parceiros iguais no processo. (Fonte: Plano de ação para Juventude – 1998 – Braga - Portugal <http://www.un.org/events/youth98/yforum98/bragayap.htm>).

Dessa forma, a América Latina⁵⁴ torna-se um *locus* privilegiado para observar processos de implementação de políticas públicas fomentadas por Organismos Internacionais, porque, sob a alegação de auxiliar os países em desenvolvimento, esses Organismos Internacionais têm influenciado a composição de políticas públicas em diversas áreas, como saúde, educação, capacitação e geração de emprego e renda. Os programas de combate à pobreza constituem um bom exemplo desse tipo de prática. Destaca-se, ainda, que esses programas atingiram em particular os/as jovens, através de políticas de "compensação social",

⁵⁴ Para uma apreciação sobre a influência do Banco Mundial nas políticas de educação e na promoção da cidadania vide: CUNHA, P. R. C. da (2005).

que tinham como objetivo promover a estabilidade política (DRAIBE, 2003). Essas medidas tornaram-se necessárias, visto que os programas de ajustes econômicos implementados na América Latina, a partir dos processos de democratização, geraram diversos problemas referentes ao deterioramento da qualidade de vida e das condições materiais da maioria da população.

Apesar do debate internacional e da participação do Brasil em fóruns e eventos que discutiam políticas públicas de juventude na década de 1990, ao contrário do que ocorreu no restante da América Latina, na prática a repercussão dessas discussões não se traduziu em políticas públicas de juventude no país. O grande catalisador das atenções no Brasil era o debate em torno do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e a construção da representação social deles como sujeitos de direitos e cidadãos. Não se caracteriza, então, uma distinção clara entre adolescência e juventude e muitas vezes se acumula nas políticas públicas e serviços da sociedade civil o contingente da infância e da adolescência, que compreende no máximo jovens de até 18 anos (ABRAMO, 2007). Uma das consequências desse descompasso em relação ao debate sobre juventude é que o Brasil foi um dos últimos do continente sul-americano a criar uma Política Nacional de Juventude.

Dessa forma, as mudanças ocorridas no Estado brasileiro no final do Século XX tiveram como marco a democratização, nos anos 1980, e a liberalização econômica aprofundada, nos anos 1990. Em meio a uma crise da ação do Estado, em consequência da implantação das políticas neoliberais, os gastos sociais foram redirecionados para priorizar os programas focalizados, programas sociais compensatórios destinados a pobres e grupos vulneráveis, entre eles os/as jovens. Tem-se o reconhecimento do desemprego e a acentuação dos processos de exclusão que provocam o aparecimento de um novo tipo de ação – os programas de inclusão – que elegem os/as jovens pobres e urbanos como um de seus focos.

Nessa perspectiva, Abad (2003) afirma ser possível falar em política de juventude, se considerada a classificação de Raczynski (1999). Para este autor, a política de juventude está dentro das políticas setoriais ou das categorias de população e/ou em políticas focalizadas, já que as categorias destinatárias se definem a partir de um nível de necessidade, pobreza ou risco. Isso as diferenciou das outras políticas sociais do Estado, as quais, embora possam afetar a situação dos jovens, poder-se-ia pensar que são de porte universal, como as políticas de seguridade social ou dependências.

Contudo, alinhando-se ao entendimento de Balardini (1999), compreende-se que esses programas, por não se destinarem especificamente aos jovens, não podem ser confundidos com uma política pública de juventude, compreendida como:

toda ação orientada tanto à conquista e realização de valores e objetivos sociais referentes ao período vital juvenil, como também aquelas ações orientadas no sentido de influir nos processos de socialização envolvidos. Trata-se tanto de políticas reparatórias ou compensatórias, de promoção e orientadas ao desenvolvimento e/ou à construção da cidadania. (BALARDINI, 1999:25-26)

O marco das ações para juventude no Brasil pode ser identificado em 1997, quando ações públicas do governo federal são endereçadas ao segmento específico da juventude. Contudo, destaca-se nessas ações a condição de “risco social” que era atribuída à juventude brasileira (SPOSITO, 2003), relacionando essa população à imagem de violência e delinquência. Tal condição exigia do Estado reconhecimento e respostas para os chamados problemas juvenis.

Dessa maneira, os problemas políticos no Brasil têm assumido todo tipo de sorte, e exigido soluções a partir da ação de atores sociais diversos, os quais, através de suas atuações, conseguem inseri-los em uma agenda pública. Por esse motivo, não é possível negar a investigação da ação do Estado, na forma das políticas públicas, enquanto prática política que propicia a observação da interação de interesses, valores, normas e o instrumento de promoção da cidadania; deve-se compreendê-la como análise de relações de poder. Assim, como afirma Abad:

(...) qualquer situação que precise ser objeto de intervenção, mediante decisões vinculadoras para toda a sociedade, necessitará, por força, ser expressa como um *problema político* e, portanto, instalar-se na esfera pública como um *conflito* ou *demanda* que afeta, de certa forma, a *convivência social*, envolvendo *atores sociais* relevantes com capacidade de exercer pressão sobre a agenda governamental, dentro da institucionalidade vigente ou fora dela. (ABAD. 2003; p. 16)

Nesse sentido, a juventude se constitui em problema social, que se instala na esfera pública, gerando conflitos e demandas que afetam a convivência social do todo. No entanto, apenas nos anos 2000, os/as jovens tornam-se atores sociais relevantes, com capacidade de exercer pressão sobre a agenda governamental brasileira. Somente em 2005 o Brasil cria instituições para formular uma política pública de juventude, admitindo os limites institucionais para dar respostas aos conflitos e demandas que ameaçam o crescimento e a garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais para essa população.

Portanto, o processo de decisão política implica uma seleção dos interlocutores. Não basta ser jovem para ser ouvido e atendido em suas demandas. Tem de ser jovem organizado em determinados moldes, que permitam a inserção no campo político-institucional. Não basta querer falar, pois a questão envolve ter lugar no espaço público e representação da categoria. Esse é um ponto polêmico, pois remete à questão da legitimidade dessa representação, que figura como um dos critérios utilizados para selecionar e ao mesmo tempo reforçar o poder e

o controle do Estado na direcionalidade da política pública. Outro fator de peso nessa seleção, que não deixa de ser fonte de legitimidade, também, é a detenção de canais de comunicação, conhecimento, dados ou percepções que possam reduzir os custos de informação do Estado na formulação e implementação da política pública.

É possível identificar como interlocutores legítimos, nos mais diversos documentos oficiais⁵⁵, além dos representantes do governo e dos jovens organizados, os Organismos Internacionais, os movimentos de gestores municipais, os Legislativos, os Judiciários, os pesquisadores, os educadores, os médicos, entre outros. Deve-se acrescentar a esses os representantes religiosos, pela tradição junto aos movimentos de educação e sociais juvenis no Brasil. As áreas de atuação desses interlocutores mostram-se as mais diversas. Essa variedade reflete e busca abarcar uma das especificidades dessa população jovem, que é a heterogeneidade.

Não é possível, dessa forma, desprezar os condicionantes sociais e econômicos no processo de produção das políticas públicas no Brasil. Ao contrário dos países desenvolvidos, o investimento dos poucos recursos existentes no orçamento do Estado atua no sentido da valorização da eficácia das políticas públicas, e do grau em que os objetivos propostos são alcançados. As políticas, bem ou mal sucedidas, têm um impacto potencialmente maior na qualidade de vida da população; na maioria das vezes, em condições muito precárias. As próprias recomendações dos Organismos Internacionais para a adoção de políticas públicas nem sempre têm um caráter voluntário, podendo implicar sérias sanções, caso não sejam acatadas, como aconteceu com a política de educação “recomendada” para o Brasil pelo FMI e BIRD na década de 1990.

Por esse motivo, segundo Bango (2003), as políticas de juventude devem se inserir em um projeto de desenvolvimento estratégico, pensado no marco das políticas sociais em articulação com as políticas econômicas. Nessa perspectiva, cabe ao Estado assumir "o papel de mando ou de direcionalidade das políticas sociais" (BANGO, 2003; p.49). No plano institucional, ele sugere que os organismos da juventude deveriam se centrar em um papel de mando e coordenação. Afirmo, ainda, haver um consenso no continente latino americano sobre esse ponto. Finalmente, esse tipo de política requer a geração de conhecimentos específicos, que formem recursos humanos permanentes para a implementação de políticas dirigidas a uma população tão heterogênea, apontando na direção de uma política sistemática de geração de conhecimento.

⁵⁵ Como a minuta da Política Nacional de Juventude brasileira e o guia da juventude, espécie de cartilha de apresentação dessa política, ou nos documentos de recomendações e avaliações de políticas de Organismos internacionais como a UNICEF e o Banco Mundial.

Contudo, o mesmo autor chama atenção para a necessidade de repensar a relação entre o componente técnico e o componente político nas políticas de juventude. Isso acontece porque as práticas políticas tradicionais, na América Latina, deixavam as políticas sociais para a responsabilidade de políticos sem nenhum conhecimento técnico do assunto. Eles, por sua vez, utilizavam as políticas sociais para dilapidação do patrimônio público, ou para a prática do clientelismo. Com o processo de democratização da região, tem se fortalecido o elemento técnico enquanto fator "despolitizante", que ganha muita força frente à experiência passada. O risco é cair na prática oposta. Assim, o autor alerta: "Superar os riscos do clientelismo político requer a consolidação de equipes técnicas capacitadas. Superar o risco do manejo tecnocrático das políticas requer a existência de uma direcionalidade explícita da política" (idem, p 52).

Nesse sentido, a UNESCO tem sido uma instituição importante no que diz respeito ao fomento de políticas para juventude no Brasil. A sucursal brasileira tem atuado durante toda a década de 1990 junto às políticas de educação, através de convênios com diversos órgãos estatais, com o Ministério da Educação (MEC) e as Secretarias de Educação estaduais e municipais. Além disso, tem desempenhado atividades também junto a fundações como a Bradesco e a Odebrecht, e outras Organizações Não Governamentais, como o Instituto Ayrton Senna, na promoção de ações para juventude. Destaca-se ainda a criação, em 1997, de um Setor de Pesquisa e Avaliações que realiza ou patrocina investigações científicas sobre juventude para subsidiar a formulação de políticas destinadas a essa população. Os relatórios produzidos têm apontado claramente para a concepção de juventude protagonista. Um exemplo disso é o relatório da UNESCO produzido por Castro e Abramovay (2002). A atuação e influência do Organismo Internacional destaca-se, ainda, quando em 2010 a experiência da UNESCO no Brasil, e de alguns parceiros, na promoção de políticas públicas voltadas para os/as jovens é apresentada durante a I Conferência Mundial de Juventude, no México. A Conferência faz parte das comemorações da ONU, ao declarar, novamente, 2010 o Ano Internacional da Juventude.

Dessa forma, instituições e Organizações Não Governamentais, aliadas ou não, a Organismos Internacionais, somam-se a grupos da juventude que começam a se organizar em diversas áreas sociais, como a cultural, a política e a religiosa, para fazer com que as reflexões sobre a questão juvenil evoluam e se concentrem em torno das ações para a juventude. São geradas, então, alternativas na forma de concepções e percepções sobre o/a jovem. Eles (as) passam a ser valorizados, principalmente pelos Organismos Internacionais, como o Banco Mundial, enquanto capital humano que necessita de investimento para se desenvolver. Tornam-se alvos, sobretudo, de programas de capacitação e emprego.

Assim, a questão do emprego para as novas gerações não pode ser mais desassociada das políticas sociais. Medidas como programas de transferência de renda são tidos como necessários para aumentar a "empregabilidade" dos jovens, compreendida como "aquisição de qualificações, competências e habilidades requeridas pelo mercado de trabalho" (PERREIRA, A, 2001; p. 13). Em relação às políticas voltadas especificamente para jovens provenientes de famílias pobres, os mais atingidos pelo quadro de desemprego, surge no Cone Sul uma série de programas, iniciados em 1991, no Chile (Chile Jovem), e adotados posteriormente pela Argentina (Capacitar Argentina) e Uruguai (Pró Jovem). No Brasil, esses programas inicialmente são implementados apenas em níveis municipais, e em 2003 passam a fazer parte da política pública nacional, anunciada pelo Presidente Lula, com o nome de Primeiro Emprego.

No Brasil, 26,54% da população é composta por jovens de 15 a 29 anos, que possuem características e necessidades específicas; dentre eles cerca de 30% podem ser considerados pobres.⁵⁶ Comparada com os adultos, a juventude tem sido atingida de maneira mais dura pelo desemprego, havendo, em 2007, 4, 8 milhões de jovens sem emprego, o que representa 60,74% do total de desempregados no país (PNAD). Para Viviane Senna, em sua exposição no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES): "embora haja uma presença maciça de jovens na população brasileira, estes não foram preparados para o exercício da cidadania, não possuem uma escolaridade básica minimamente decente" (CDES - Balanço de Atividades, 2005, p. 10).

Nesse cenário, o papel da participação juvenil tem figurado como conceito chave para inspirar instituições que se organizam na forma de Secretarias da Juventude ou Conselhos na região latino-americana. São novas instituições, que ganham relevância ao procurar conectar instâncias de governos e políticas implementadas em níveis locais ou regionais, que têm apresentado soluções criativas às políticas públicas. No Brasil, mobilizações sociais vinculadas à defesa dos direitos da juventude procuram promover o diálogo junto ao governo para propiciar a integração social desta. Seguindo essa lógica, uma iniciativa importante foi a Conferência Nacional de Juventude, realizada pela Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados, que organizou debates regionais no país, procurando identificar problemas e soluções políticas para a juventude brasileira.

A resposta do governo brasileiro aos movimentos sociais denuncia a constituição de outra visão sobre a questão juvenil. A juventude passa a figurar como um vetor de desenvolvimento. Ocorre, então, uma valorização desses cidadãos enquanto sujeitos, capazes

⁵⁶ Dados do PNAD 2007.

de participarem como empreendedores, voluntários, representantes, e/ou diversas outras formas e, assim, promoverem ações para sua integração social diante do quadro de globalização. A tônica nesse caso é a participação social do/a jovem para combater o número de excluídos sociais. A participação cidadã nos processos de discussão, elaboração, gestão e/ou controle das políticas públicas é uma ação que, ao ganhar destaque, tem procurado proporcionar o empoderamento⁵⁷ dos/as jovens e promovido, com maior ou menor sucesso, a idéia de protagonismo juvenil. Assim, a forma como os/as jovens se inserem na vida pública e vivenciam sua cidadania associa-se à compreensão do tipo de questão que ameaça ou produz democracia, assim como a constituição das políticas públicas que lhes são destinadas, ou concebidas. Enquanto participantes do processo de construção da política pública, seja ativa ou passivamente, os/as jovens ajudam a definir o real objetivo da política de juventude como um instrumento de governabilidade, ou como define Touraine: "o principal objetivo de uma política de juventude é o de incrementar nos jovens a capacidade de comportar-se como atores sociais, ou seja, de modificar seu entorno social para realizar projetos pessoais" (1988, p. 78-79).

4.3 - Política nacional de juventude

Mediante as pressões internas e externas que apontavam os limites e a ineficiência e/ou insuficiência das respostas do Estado aos problemas juvenis, o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi forçado a admitir que as políticas públicas ou programas existentes se mostravam sem coordenação e/ou avaliação. Esse fato dificultava a elaboração de uma estratégia política para a juventude que ultrapasse o âmbito dos mandatos eleitorais. Exatamente porque, apesar de as políticas como a de educação, saúde e geração de emprego e renda estarem entre as políticas públicas que beneficiavam os/as jovens, elas não podiam ser confundidas com uma política pública de juventude.

Tendo essa situação como pano de fundo, foi criado o Grupo Interministerial ligado à Secretária-Geral da Presidência da República (SGPR), que efetuou o diagnóstico sobre as

⁵⁷ Como esclarece Baquero, R. (2006), o conceito de empoderamento, que se vincula historicamente ao de cidadania participativa, pode ser utilizado em diversos níveis (individual, organizacional e comunitário). Pode significar dar poder a outro; ou significar um processo de aquisição de influência e controle da própria vida. Nesse sentido, é um verbete que pode ser e é apropriado por forças políticas antagônicas na justificativa da adoção de modelos diversos para políticas públicas.

políticas do governo federal destinadas total ou parcialmente aos jovens. Foram identificados em 2005, pelo Grupo Interministerial de Juventude, 45 Programas federais que atendiam os/as jovens, sendo 131 ações vinculadas aos programas do governo federal e 19 ações específicas ao atendimento da juventude, havendo 18 Ministérios e Secretárias que desenvolviam ações para esse público. Conjuntamente a esse processo, o Grupo Interministerial de Juventude encomendou uma pesquisa com o intuito de traçar o perfil da juventude brasileira. Essa pesquisa compôs o Projeto Juventude, que, além do perfil, envolveu debates regionais e temáticos realizados pelo Instituto Cidadania⁵⁸. A pesquisa foi realizada em 198 cidades do Brasil, demonstrou a existência de transformações nas preocupações e hábitos dos/as jovens.

De uma maneira geral, observou-se que o/a jovem tem mais acesso a informações e maior necessidade de consumir tecnologias, como o aparelho celular e o computador. A preocupação com a segurança também é um novo tema que aparece para as novas gerações nessa ocasião. Contudo, velhas questões continuam a habitar o universo de preocupação dos/as jovens, como o trabalho, a escolha da profissão e a própria transformação social na qual estão inseridos. A preocupação com a educação, enquanto principal assunto de interesse da juventude, demonstra a consciência das transformações sociais ocorridas nos últimos anos no país e destaca a questão da qualidade educacional como fator de diferenciação e inserção social do/a jovem.

Enquanto ação efetiva para a criação de uma Política Nacional de Juventude soma-se à criação do Grupo Interministerial e ao Projeto Juventude o encaminhamento de projeto de lei sobre o Plano Nacional de Juventude (PL Nº. 4.530/2004), estabelecendo as metas e objetivos para melhoria das condições de vida da juventude no Brasil. Um importante desdobramento desse Projeto de Lei é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 394/2005), que procura incluir o termo jovem no Capítulo VII, e dá nova redação ao Artigo 227 da Constituição, que versa sobre a prioridade de direitos para crianças e adolescentes. Dessa forma, se reconhece a especificidade da juventude e a ampliação do marco etário de 15 a 18 anos, para até 29 anos.

As novas percepções e posturas sobre a juventude propiciaram a criação, em 1 de fevereiro de 2005, da Política Nacional de Juventude (Decreto nº 5.364) demonstrando a necessidade da inclusão desses cidadãos para o planejamento de estratégias de desenvolvimento nacional. As competências da Secretaria Nacional da Juventude sofrem alterações determinadas pelo Decreto 5.849, de 18 de julho de 2006. A Política Nacional de Juventude vai incidir sobre jovens de 15 a 29 anos, com o objetivo de garantir direitos que gerem oportunidades. Nessa nova concepção política, pretende-se que os atores juvenis

⁵⁸ Para uma apreciação mais detalhada do processo de realização e resultados da pesquisa vide: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (2004) e ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (2005).

tragam modelos e relatos de experiências que sirvam de inspiração para a criação de instituições responsáveis pela implementação, fiscalização e avaliação das políticas públicas. Tal postura deve ser assegurada e exercida pelas seguintes estruturas governamentais:

- A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), que é responsável por articular os programas e projetos em âmbito federal; fomentar a elaboração de políticas públicas para o segmento juvenil municipal, estadual e federal; interagir com o poder Judiciário e Legislativo na construção de políticas amplas; e promover espaços para que a juventude participe da construção dessas políticas; além de coordenar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem);e
- O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), que tem o objetivo de assessorar a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) na formulação de diretrizes da ação governamental; promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil; e assegurar que a Política Nacional de Juventude seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã.

A coordenação do Comitê de Articulação e Acompanhamento da Política Nacional de Juventude é de responsabilidade da Secretária-Geral da Presidência da República, que tem de prover o suporte técnico e administrativo para que os trabalhos possam ser realizados. Dentre as atribuições do Comitê, vai se destacar um dos importantes componentes de uma política pública, que é a função de acompanhar e avaliar as atividades da Política Nacional de Juventude, como também propor ajustes e reformas nos programas desenvolvidos. Por sua vez, a estrutura organizacional da Secretaria Nacional de Juventude chama atenção para dois aspectos: o grau de formalização e hierarquização das instituições responsáveis pela política pública, com a conseqüente burocratização e lentidão dos processos; e o poder do corpo técnico responsável pelas implementações das decisões tomadas pelo Comitê.

Em consonância com os diagnósticos internacionais e com o resultante da pesquisa sobre o Perfil da Juventude Brasileira, percebeu-se a necessidade de criar um programa de caráter emergencial que ofertasse resposta aos principais problemas sociais que atingem a Juventude: o desemprego, a falta de qualificação e o baixo nível de escolaridade. Integra, assim, a Política Nacional de Juventude o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Voltado para jovens de 18 a 24 anos que possuem o ensino fundamental incompleto e não possui vínculo empregatício, o Programa inclui medidas de aceleração do crescimento, combinadas à qualificação profissional e execução de ações comunitárias e auxílio financeiro da ordem de R\$ 100,00 para os/as jovens que tenham 75% de frequência

nas aulas e cumpram as atividades programadas.

Foram identificados os desafios para a Política Nacional de Juventude⁵⁹, que estruturavam o resultado esperado para Política de (a) consolidar a Política Nacional de Juventude, com a perspectiva de uma política de Estado, (b) planejar a Política Nacional de Juventude, (c) garantir a comunicação das ações de governo para a juventude, (d) fortalecer a Política Nacional de Juventude no pacto federativo, (e) fomentar a criação de Secretarias ou Coordenarias e Conselhos de Juventude nos Estados e municípios, (f) garantir o funcionamento do Conselho Nacional de Juventude, (g) produzir estudos e pesquisas sobre os indicadores sociais da juventude, (h) implantar o ProJovem em todas as capitais do país, (i) sistematizar a experiência do ProJovem enquanto um modelo de gestão de política pública transversal para a juventude, tudo a partir dos novedesafios:

- 1 - Ampliar o Acesso e a Permanência na Escola de Qualidade;
- 2 - Erradicar o Analfabetismo entre os Jovens;
- 3 - Preparar para o Mundo do Trabalho;
- 4 - Gerar Trabalho e Renda;
- 5 - Promover Vida Saudável;
- 6 - Democratizar o Acesso ao Esporte, ao Lazer à Cultura e à Tecnologia da Informação;
- 7 - Promover os Direitos Humanos e as Políticas Afirmativas;
- 8 - Estimular a Cidadania e a Participação Social;
- 9 - Melhorar a Qualidade de Vida dos Jovens no Meio Rural e nas Comunidades Tradicionais.

O eixo de atuação da Secretaria Nacional da Juventude pode ser dividido em 2 partes: uma que pode ser classificada como mais administrativa/institucional, que envolve a Articulação Governamental, Projetos e Pesquisas, Articulação Federativa, Relações Internacionais, Projetos Especiais, Formação e Informação; e outra que diz respeito ao monitoramento de políticas públicas e à relação com a sociedade, compreendendo: a Criação de um sistema integrado de monitoramento e avaliação, a Sistematização e fomento à pesquisas, o Fortalecimento dos ambientes de diálogo inter-governamental, a Capacitação de recursos humanos (municípios, estados e União), o Sítio de informação e formação juvenil, o Fortalecimento de intercâmbio internacional, as Atividades e campanhas de mobilização e valorização juvenil, e as Publicações periódicas sobre a temática. Procurando seguir essas diretrizes, o balanço dos primeiros seis meses de funcionamento da Secretaria Nacional da

⁵⁹ Fonte: Secretaria Nacional de Juventude /www.planalto.gov.br/secgeral

Juventude divulga como ações realizadas: a Organização do Encontro de líderes juvenis da América Latina e Caribe (Belo Horizonte/MG) e do II Vozes Jovens (Brasília/DF), a participação na organização do Projeto Juventude do IBASE e a instalação da infraestrutura de funcionamento da Secretaria Nacional de Juventude.

Após dois anos de funcionamento, o governo federal procurou realizar um diagnóstico de avaliação do principal Programa da Secretaria Nacional da Juventude, o ProJovem. Os resultados encontrados indicavam que cerca de 57% dos/as jovens inicialmente matriculados no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) não concluem o curso. A maior parte deles (37%) desiste antes do início das atividades e outra evade após frequentar o Programa por um período (20%). O atraso no pagamento das bolsas, a falta ou insuficiência das aulas de informática foram apontados pelos/as jovens pesquisados/as como motivos que contribuíram para o abandono. O relatório indica, ainda, que 85% daqueles que se afastaram manifestaram desejo de retornar ao Programa. As avaliações também sugerem que a contribuição mais significativa do ProJovem para a vida de seus participantes é o estímulo para continuar os estudos, resposta apontada por 75,9% dos iniciantes, e 67,9% dos concluintes. Os dados da avaliação mostram que, ao entrar no Programa, os jovens apresentam proficiência um pouco superior à média nacional para a 4ª série do ensino fundamental, e os alunos que continuam melhoram seus resultados de aprendizagem e atingem um patamar semelhante ao obtido pelos concluintes da 8ª série do ensino fundamental das escolas regulares (Dados do Relatório Parcial de Avaliação do ProJovem, divulgado em abril deste ano pelo governo federal e referem-se ao ano de 2007).

As avaliações levaram a uma nova modelagem do ProJovem que foi subdividido em quatro modalidades: Adolescente, Urbano, Campo e Trabalhador. O ProJovem Adolescente é uma reformulação do Programa Agente Jovem, e destina-se aos jovens de 15 a 17 anos em situação de risco social, independentemente da renda familiar, ou que sejam pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com duração de 24 meses. O ProJovem Urbano, uma reformulação do atual ProJovem, é destinado a jovens de 18 a 29 anos e que saibam ler e escrever e terá duração de 18 meses. Tinha por meta ser implantado inicialmente em todas as cidades com população igual ou superior a 200 mil habitantes. Mantém a contrapartida de 75% de frequência às aulas e a entrega de 75% dos trabalhos escolares para receber o auxílio mensal de R\$ 100,00 e estende-se, agora, às unidades prisionais ou de internação de adolescentes em conflito com a lei. O ProJovem Campo é uma reformulação do programa Saberes da Terra, que passa a contemplar todas as unidades da federação, e tem como objetivo fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores

familiares no sistema educacional, elevação da escolaridade – com a conclusão do Ensino Fundamental – , qualificação e formação profissional, tendo duração de 24 meses. O ProJovem Trabalhador unificou os programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, e destina-se aos jovens desempregados com idade entre 18 e 29 anos que pertençam a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Os cursos de qualificação serão de 600horas/aula.

Dessa forma, as principais transformações do ProJovem passam pela integração de Programas existentes anteriormente unificando o valor de auxílio mensal para R\$ 100,00; subdivisão em categorias de juventudes, e ampliação da faixa etária dos beneficiários. Em uma avaliação da Política Nacional de Juventude, Silva e Andrade (2009) criaram um quadro comparativo entre o formato anterior e o ProJovem a partir de 2007, que sistematiza a unificação dos Programas destinados aos jovens e ilustra as reformas ocorridas, como é possível observar no Quadro3.

Quadro 3
(Novo) ProJovem – principais mudanças introduzidas em 2007

Programa anterior – 2004	Programa após a unificação	Vínculo institucional	Principais mudanças
ProJovem	ProJovem Urbano	SGPR/SNJ	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliou a faixa etária de 18 a 24 anos para 18 a 29anos • Ampliou a duração do programa de 12 para 18 meses. Foi estendido para as unidades prisionais ou socioeducativas de privação de liberdade • Excluiu a condição de não presença no mercado de trabalho • Mudou a forma de repasse para os municípios, os estados e o Distrito Federal, PIS não é mais exigido o repasse por meio de convênio ou instrumento congênere. Agora o repasse é realizado por transferência automática
Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Empreendedorismo Juvenil	ProJovem Trabalhador	TEM	<ul style="list-style-type: none"> • Incorporou o programa Escola de Fábrica, do MEC • Alterou a faixa etária de 16 a 24 anos para 18 a 29anos

Agente Jovem	ProJovem Adolescente	MDS	<ul style="list-style-type: none"> • Extinguiu o auxílio financeiro de R\$ 65,00 – um benefício de R\$ 30,00 é pago diretamente às famílias • Priorizou os jovens de 15 a 17 anos integrantes das famílias do Programa Bolsa Família • Ampliou a permanência no programa para até 24 meses • Previu a expansão territorial na lógica dos Centros de Referências de Assistência Social (Cras) Sistema Único de Assistência Social (Suas) para 4 mil municípios até 2010
Saberes da Terra	ProJovem Campo – Saberes da Terra	MEC E MDA	<ul style="list-style-type: none"> • Delimitou a faixa etária para jovens agricultores familiares de 18 a 19 anos – antes o programa atendia a partir dos 15 anos e não tinha limite de idade ainda que priorizasse os jovens entre 15 e 29 anos. • Incluiu Bolsa Auxílio mensal de R\$ 100,00 por jovem atendido – antes não concedia auxílio financeiro

Fonte: Silva e Andrade. 2009, p. 55-56

As principais críticas das avaliadoras do IPEA, Silva e Andrade (2009), sobre a Política Nacional de Juventude dirigem-se, sobretudo, ao Programa ProJovem Integrado. Para as autoras, o Programa não conseguiu superar a falta de integração e a sobreposição entre as modalidades existentes, resultando em “ações conflitivas e concorrentes, além de desperdício de capitais humanos, físico e financeiro, podendo mesmo haver sobreposição de benefícios para um mesmo indivíduo” (p. 57). A clara dificuldade da Secretaria Nacional de Juventude em exercer seu papel de coordenação das políticas públicas destinadas aos jovens é atribuída, principalmente, às resistências internas dos órgãos executores para que fossem realizadas fusões e readequações das ações existentes (p. 53). Tal situação se reflete na redução das metas do ProJovem para 2010, que foram anunciadas inicialmente com o atendimento de 4,2 milhões de jovens, praticamente o total de jovens em situação de risco no país, e reduzidas para 3,5 milhões, anunciada pelo Presidente da República em 2007.

Apesar da abrangência e do impacto de Programas como o ProJovem, enquanto componente da Política Nacional de Juventude, talvez o aspecto que mais se coadune com os objetivos desta tese diga respeito ao Conselho Nacional de Juventude. Considerado uma iniciativa pioneira na América Latina, ele é composto por 60 membros, dos quais 40 são da sociedade civil. Conforme consta do sítio eletrônico da Secretaria-Geral da Presidência da República, ao apresentar a Política Nacional de Juventude: “o Conjuve veio reforçar ainda

mais a democracia participativa que é, reconhecidamente, uma das marcas do atual governo”⁶⁰.

O Conselho Nacional de Juventude termina seu segundo biênio (2006/2007 e 2008/2009) respeitando a regra de alternância na presidência do Coselho entre representante da sociedade civil e representante do governo. No último biênio, os membros do CONJUVE foram eleitos por uma assembléia da sociedade civil e teve um representante do governo na presidência. A representação do poder público contempla, além da Secretaria Nacional de Juventude, todos os Ministérios que possuem programas voltados para a juventude, a Frente Parlamentar de Políticas para a Juventude da Câmara dos Deputados, o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude, e representantes das associações de Prefeitos. A representação da sociedade civil passa por diversas organizações dos mais variados tipos, que vão do movimento estudantil, passam por organizações de jovens rurais, urbanos, negros, indígenas e quilombolas, pelas redes juvenis de mulheres, ambientalistas e empreendedores; e por movimentos como o hip-hop e os religiosos.

Uma das principais iniciativas do CONJUVE é a promoção da Conferência Nacional de Juventude, prevista para ser realizada de dois em dois anos. A primeira Conferência, com o tema Levante a sua Bandeira, foi realizada em 2008 em Brasília, e mobilizou, segundo o próprio Conselho, cerca de 400 mil jovens e adultos. Teve como produto do encontro um documento com 70 resoluções e 22 prioridades, que deverão nortear as ações para a juventude em nível federal, estadual e municipal. Dessa forma, a Conferência iniciou seus preparativos em 2007, através de etapas preparatórias livres, municipais e estaduais, que envolveram em torno de 24 mil pessoas em todo o Brasil. A Conferência visava promover o direito à participação, fortalecer a articulação da juventude, e indicar ao poder público as prioridades de ações e programas relacionados ao tema; além de contribuir para mudar o patamar de compreensão da sociedade sobre este segmento. De forma mais objetiva, buscava estabelecer parâmetros e diretrizes da Política Nacional de Juventude, os desafios, e as prioridades para as Políticas Públicas de Juventude. Orientou-se em torno de três grandes eixos: Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional.

O CONJUVE propôs, ainda, após a realização da I Conferência Nacional de Juventude, um Pacto da Juventude que tem por objetivo evidenciar o tema da juventude e as propostas e resoluções tiradas no encontro junto aos governos federais, estaduais e municipais. O Conselho levou, também, a proposta do Pacto aos candidatos a vereador e prefeito, para que esses/as assumissem um compromisso com as políticas de juventude. Em

⁶⁰ Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/pol>. Consultado às 12:21 do dia 26.01. 2010.

novembro de 2008, o Pacto da Juventude foi firmado com 26 estados da federação e com o Distrito Federal. O CONJUVE oferece, ainda, um curso de formação de gestores em políticas de juventude, e formou uma Rede de Conselhos de Juventude, composta em 2010 por 105 conselhos municipais e estaduais. Conforme a Tabela 1.

Destaca-se nesta tabela uma das dificuldades em pensar políticas universais de juventude em um país continental com diferenças enormes no desenvolvimento sócio-econômico, institucional e cultural. É possível observar que ocorre uma predominância na instauração de conselhos municipais em detrimento dos estaduais. Esse fenômeno pode ter relação com a transferência de responsabilidades, principalmente as sociais como educação e saúde, e que são mais próximos dos interesses da juventude, dos âmbitos federais e estaduais para os municipais. Outro ponto que chama atenção é a diferença numérica deles, havendo uma quantidade maior de conselhos na região nordeste e sudeste. Alguns motivos podem ser aventados como explicação, o primeiro é que essas são as duas regiões mais populosas do país e, portanto, com a maior concentração de jovens; o segundo é que o Sudeste por ser a região mais rica possui mais recursos para a instalação destes órgãos. Contudo, o que de fato pode ser concluído a partir dessa distribuição é que ocorre uma grande diferença na capacidade de articulação política da sociedade e do Estado em cada região dopaís.

Tabela 1
Distribuição de Conselhos da Juventude por Região do Brasil

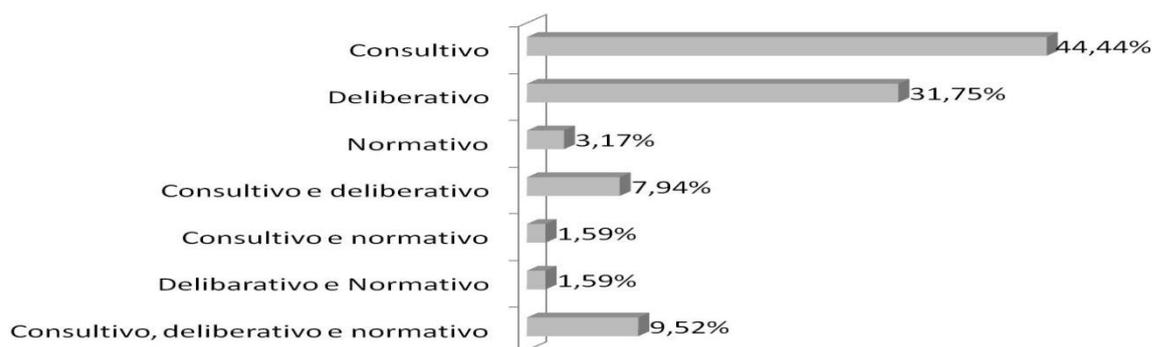
Região	Estadual	Municipal	Total
Norte	3	1	4
Nordeste	5	45	50
Centro-Oeste	-	5	5
Sudeste	2	37	39
Sul	1	6	7

Fonte: Conselho Nacional da Juventude – 2010.

O CONJUVE promove ainda Encontros de Conselhos da Juventude, estando na sua segunda edição. Nessas ocasiões, tem realizado pesquisas que permitem mapear a situação dos conselhos de Juventude no Brasil. Alguns dados são ilustrativos das dificuldades de institucionalização dos Conselhos, sobretudo no nível estadual. Houve um acréscimo de atuação dos Conselhos Municipais de 2008 (85,07%) para 2010 (89,52%) dentre os respondentes, enquanto nos Conselhos Estaduais ocorreu um decréscimo de 2008 (14,93%) para 2010 (10,47%). A maior dificuldade identificada para a existência e funcionamento dos

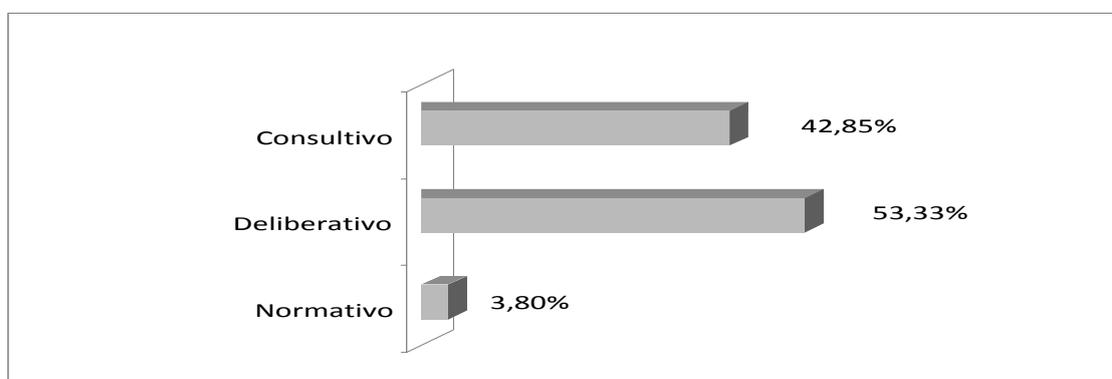
Conselhos foi a orçamentária. Quanto à composição dos Conselhos é possível perceber um aumento de Conselhos do tipo deliberativo, os quais em 2008, se somados aqueles que apresentam em seu caráter a Deliberação, chegam a 50,80% do total pesquisado (Gráfico 2), enquanto em 2010 esse percentual atinge 53,33% do total, como é possível observar no Gráfico 3.

GRÁFICO 2
TIPOS DE CONSELHOS DA JUVENTUDE EM 2008



Fonte: Conselho Nacional da Juventude – 2010

GRÁFICO 3
TIPOS DE CONSELHOS DA JUVENTUDE EM 2010



Fonte: Conselho Nacional da Juventude - 2010

Destaca-se, ainda, que 42,85% dos Conselhos têm seus membros selecionados através de eleições, enquanto 5,71% deles têm seus membros indicados pelo poder público, e a maioria, 51,42%, possui uma combinação dos dois; demonstrando uma identificação com o modelo do CONJUVE. Uma das dificuldades que é possível identificar na formação desses Conselhos diz respeito à iniciativa de criação deles. Os poderes públicos, Executivo e Legislativo, demonstram uma clara vantagem na iniciativa de criação desses Conselhos, somando 68,56% do total, enquanto a espontaneidade da sociedade civil só é observada em

16,19% da criação dos Conselhos; os 15,23% restantes foram criados através de parcerias entre o Executivo, o Legislativo e a sociedade civil. O que demonstra a dificuldade de organização da sociedade brasileira e a permanência do Estado como indutor e mobilizador desta.

Apesar disso, é possível observar, no suporte oferecido (*site*), e no próprio posicionamento oficial do Conselho Nacional de Juventude, uma identificação com o ideal da democracia participativa. Isso tem provocado efeito na composição e formação dos Conselhos estaduais e municipais fundados a partir de sua criação. Mas, a Política Nacional de Juventude reflete as diferentes concepções e visões juvenis que estão presentes na sociedade, pois ao mesmo tempo em que cria mecanismos inovadores como o CONJUVE, conclamando o protagonismo juvenil, resgata em seu principal programa, o ProJovem, um modelo de ações focalizadas e, em voga nos anos 1990, direcionando a ação aos mais pobres e menos escolarizados.

Além disso, ao focalizar apenas nos mais pobres o programa recupera o caráter assistencial das políticas tradicionalmente destinadas à juventude. Não há, portanto, uma política universal para juventude que perpassasse classes sociais, gênero ou raça, como programas destinados à formação cidadã, divulgação e debate dos direitos da juventude. Se, por um lado, o ProJovem busca dar alguma resposta para principal dificuldade ou necessidade apontada pelos jovens, que é o emprego, por outro lado, essa questão perpassa classes sociais e níveis de escolaridade, o desemprego juvenil é uma realidade que está claramente vinculada a esta fase da vida e associada a falta de experiência e pouca adaptação aos padrões de comportamento dos empregosformais.

A Secretaria de Juventude, por sua vez, tem a função de coordenar as políticas destinadas aos jovens e a falta de um poder efetivo ou deliberativo sobre essas políticas permite que se tenham concepções diferentes e, muitas vezes, contraditórias nas orientações das políticas públicas, como os programas criados para juventude que os definem como vítimas incapazes de decisões sócio-políticas; bem ao contrário da concepção proposta pelo CONJUVE de construção de políticas públicas com a juventude.

Dessa forma, resta saber se essa nova concepção de política pública de juventude chega a ser percebida pelos jovens e qual a participação que eles têm nessa idéia de construção das políticas *com* e não *para* a juventude.

4.4 – Conclusão

A democracia deliberativa e participativa tem estado presentes nos discursos e concepções expressas pelos *policy makers*, ou formuladores de política, da Secretária Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, gerando um consenso sobre a importância da participação da juventude na elaboração e acompanhamento das políticas públicas no Brasil. A compreensão do processo político, *analysis of policy*, volta-se, sobretudo, para fatores culturais, enquanto elementos significativos ao entendimento do processo político, e ao comportamento político, compreendido como atitudes dos atores políticos. Nesse sentido, buscou-se identificar as mudanças nos papéis e valores atribuídos à juventude brasileira na construção das políticas de juventude.

A compreensão da relação entre Estado e sociedade na produção das políticas públicas de juventude vai ser importante para perceber quais práticas, valores e comportamentos têm sido propagados e valorizados para as novas gerações. Esse entendimento é fundamental para analisar de que forma a juventude percebe a ação do Estado, o papel do cidadão e compreende a democracia existente no país.

A formulação e implementação de políticas públicas definidas como “conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos, envolve a atividade política compreendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à solução pacífica de conflitos relacionados com bens públicos” (RUA, 1998:731). Essa concepção de política presume que a juventude no Brasil ultrapassou a fase de ser vista apenas como um problema político-social, no sentido a que se refere Miguel Abad (2003), para constituir-se em ator político que garante, através do conflito e da interação com outros grupos político-sociais, lugar na agenda pública.

As representações sociais sobre juventude vêm sendo alteradas no Brasil (PINHEIRO, 2001), desde a instauração do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que garante para essa população o *status* de cidadãos portadores de direitos próprios. Todavia, enquanto processo de mudança social, as visões e imagens sobre juventude vêm se confrontando, sendo expressas no cotidiano e na construção de políticas públicas. Os condicionantes sociais e econômicos brasileiros que registram altos índices de pobreza, desemprego e violência, para a maioria da juventude interferem, também, nos tratamentos e práticas dessa população.

Tal situação chama atenção para o debate sobre os fóruns de participação e a governabilidade (CÔRTEZ, 2006). Se por um lado está posta a questão de quem ocupa esses

espaços, qual a legitimidade dos que demandam a política, a quem eles representam quando os mais excluídos continuam sem participar, seja pela forma de constituição e desenho dos espaços de participação, seja pela auto-exclusão em decorrência dos mais variados motivos. Por outro lado, esses espaços participativos têm sido defendidos e recomendados, não apenas pelos teóricos partidários da democracia participativa ou deliberativa, mas por Organismos Internacionais, que têm influenciado as políticas públicas no Brasil, e em toda a América Latina, na tentativa de combater práticas e valores autoritários que convivem com os democráticos e, muitas vezes, comprometem os governos. Nessas concepções, a participação política se constitui instrumento de governabilidade, ao promover a democratização e aperfeiçoamento da gestão pública.

Nesse cenário, o papel de participação juvenil tem figurado como conceito chave para inspirar instituições, que se organizam na forma de Secretarias da Juventude ou Conselhos da Juventude no Brasil. Tal ação, encabeçada na maioria das vezes pela Secretaria Nacional da Juventude, exige a constituição de um conhecimento real sobre essa população e a identificação de suas demandas e problemas. Esse processo gera um diálogo no qual a juventude se insere na vida pública e vivencia sua cidadania, através de uma atuação que ameaça ou produz democracia. O que remete à necessidade de elaboração de uma política específica de juventude que promova as condições necessárias para a socialização de valores democráticos e cidadãos; política pública de juventude no sentido que define Balardini (1999).

Dessa forma, a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude se tornam espaços de participação com a intenção de proporcionar uma interlocução entre os atores para que os mesmos, enquanto sujeitos juvenis, tragam modelos e relatos de experiências que sirvam de inspiração para a criação de instituições responsáveis pela implementação, fiscalização e avaliação das políticas públicas.

A realização da I Conferência Nacional de Juventude e do Pacto da Juventude, assim como dos Encontros dos Conselhos de Juventude se constituem em espaços públicos para promoção do debate, da organização e mobilização da juventude em torno de seus temas, interesses e na constituição de prioridades. Nesse sentido, o Estado brasileiro tem assumido a direcionalidade das políticas sociais e juvenis indicada por Bango (2003), mesmo que esse papel não seja exercido efetivamente pela Secretaria Nacional de Juventude, que tem a função de coordenar as políticas e programas direcionados aos jovens, o que implica, muitas vezes, obstáculos, disputas e discrepância de concepção com os órgãos executores das políticas de juventude.

Finalmente, a mobilização em torno da Política Nacional de Juventude, por mais que tenha conseguido a participação de uma parte dos cidadãos brasileiros, revela que a sociedade civil ainda demonstra baixo poder de iniciativa e organização para atuar junto ao Estado. Isso remete para a questão sobre a percepção da juventude acerca da democracia e da ação do Estado que lhe é dirigida, ou seja, às políticas públicas de juventude. Apontando para a necessidade de testar a hipótese de quanto pior é a percepção da juventude das políticas públicas menor é o interesse por política, o que será feito no capítulo a seguir.

5. CAPITULO IV – PERCEPÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE BRASILEIRA

O objetivo deste capítulo é testar as variáveis selecionadas (Quadro 1) na tentativa de comprovar ou refutar as hipóteses de trabalho desta tese. A intenção é que os resultados obtidos sirvam para sustentar a tese de que: a participação política da juventude no Brasil tem reforçado o poder do Estado sobre a sociedade civil, ao invés de efetivar valores basilares da democracia, em consequência da construção de políticas públicas centradas nas reivindicações sociais e econômicas.

5.1 Participação e tolerância

As teorias alternativas de democracia desde seus precursores (ROUSSEAU, 2000; TOCQUEVILLE, 2005; MILL, 1981) defendem que a participação política do cidadão é importante para reforçar valores que o vinculem a comunidade e fortaleça a democracia. (PATEMAN, 1992, HABERMAS, 1984 ARENDT, 2004). Mill (1981) argumentava que a participação política estimularia a confiança dos cidadãos em sua capacidade de autogoverno, no desenvolvimento de valores morais comuns e de capacidade intelectual. Dessa forma, a função pedagógica da participação é importante porque age na formação de determinados tipos de caráter ou personalidade garantindo qualidades, como a disposição para reciprocidade e o reconhecimento, a tolerância, a iniciativa própria, a capacidade de expressão, o espírito de cooperação e a solidariedade, todas as qualidades importantes para estimular a participação do sujeito nas escolhas coletivas (GOULD, 1988, p.284-295).

Ao questionar a estabilidade de uma democracia, como a brasileira, que não tem uma tradição de participação política da sociedade civil (CARVALHO, 2001, 2004), vários autores, como Baquero (1998, 1994), apontam para necessidade de cultivar valores cívicos ou republicanos (ALMOND E VERBA, 1989; MAQUIAVEL, 2007; ARENDT, 2004). Autores, como Avritzer (1990), defendem a importância da criação de espaços públicos para que haja deliberação sobre os interesses da sociedade.

Contudo, a pesquisa encomendada pelo IBASE (2008) reforça os parâmetros que atestam o baixo nível de participação da juventude brasileira (BAQUERO, 2007, 2004; NOVAES, R & VANNUCHI, P, 2004). Os registros utilizados nesse trabalho, que são

provenientes do banco de dados IBASE/2008, demonstram que um grande número de jovens nunca participa junto a instituições que desenvolvem atividades políticas, como os partidos políticos (84,8%); entidades de defesa dos direitos humanos (95,3); entidades de defesa de grupos ou minorias (95%), ou grupo de defesa do meio ambiente (90,7%). Também, não apresentam um registro significativo de participação junto a associações comunitárias (85,5%), profissional (91,5%), ou estudantil (77,9%). Ocorrendo uma ligeira melhora na participação da juventude em entidades ligadas ao lazer, ou religiosidade, mesmo assim, o índice de participação não atinge 50% dentre os jovens, registrando entre aqueles que nunca participaram de uma entidade ligada ao esporte e recreação 54,5%, e em grupo religioso 51.2%.

Assim, as proposições teóricas que vinculam participação com estímulo a valores democráticos, como as postuladas pelas teorias alternativas da democracia, serviram de base para formulação da hipótese 1: Quanto maior a participação política maior é a tolerância frente às diferenças.

Buscando testar a hipótese 1 foram realizados cruzamentos entre as variáveis de participação⁶¹, da juventude e as variáveis que se vinculam a tolerância mediante as diferenças, conforme quadro abaixo.

Quadro4
Variáveis da hipótese 1

<p>Q. 10: Agora vou ler algumas frases e gostaria de saber se você concorda com cada uma delas:</p> <p>10_1 Todos devem expressar suas opiniões livremente;</p> <p>10_2 Não vejo problema que o professor (a) homossexual dê aulas a menores de idade</p> <p>10_6 Deve haver pena de morte</p>	<p>Q. 11 Situação atual:</p> <p>Q.11_1 Associação Comunitária, de moradores ou sociedade de amigos do bairro</p> <p>Q11_2 Partido Político</p> <p>Q11_3 Grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico</p> <p>Q11_4 Sindicato, associação profissional de trabalhadores ou desempregados</p> <p>Q11_5 Entidade ou grupo em defesa de grupos ou minorias, como jovens, mulheres, negros, indígenas, gays/lésbicas (GLBT) e pessoas com deficiência, etc.</p> <p>Q11_6 Associação estudantil, grêmio, centro acadêmico ou união de estudantes</p> <p>Q11_7 ONG ou entidades de defesa dos direitos humanos</p> <p>Q11_8 Associação ou movimento rural (do campo)</p> <p>Q11_9 Grupo religioso</p> <p>Q11_10 Esporte e recreação</p>
--	--

Fonte: IBASE-2008

Cabe lembrar que a participação política diz respeito tanto às ações diretamente ligadas aos processos eleitorais, como votar ou trabalhar para eleger um candidato,

⁶¹ Estão elencados no Quadro 1 de especificações na introdução desse trabalho os objetivos, as hipóteses e as questões utilizadas para testar as hipóteses relacionadas.

conhecidas como formas de participação convencional; como também participações reivindicatórias, de expressão ou pressão, como greves, ocupações, ou abaixo-assinados; conhecidas como formas de participação não-convencional.

As frases escolhidas são emblemáticas frente às atitudes de tolerância que dão suporte à democracia. Um dos principais pilares de um regime democrático (DAHL, 1997) é a liberdade de expressão, por isso é importante verificar a postura da juventude frente a essa questão. O combate ao preconceito e a intolerância diante das diferentes opções sexuais é outro ponto polêmico que perpassa a maioria das sociedades. Justifica-se dessa forma a frase que remete à tolerância frente às diferentes opções sexuais e o respeito ao direito de minorias. A opção que procura verificar a concordância, ou não, com a pena de morte tem como pano de fundo uma questão mais complexa, pois remete ao debate sobre as diferenças decorrentes da realidade socioeconômica, e conseqüências como os desvios de comportamento sociais. A concordância com a pena de morte, frente à realidade de desamparo da juventude e diante das debilidades do sistema carcerário no país, que são amplamente divulgadas pelas mídias, remete ao conceito de autoritarismo social (DAGNINO, 1994). Vincula-se, também, aos conceitos de isolamento e solidão, utilizados por Fraga (2004) para caracterizar a condição de totalitarismo vivenciada por parcela significativa da juventude brasileira vítima da violência.

Entretanto, através dos resultados encontrados é possível constatar a não existência de associação para maioria das variáveis selecionadas. Os cruzamentos realizados apontam para necessidade de aceitar a hipótese nula (H_0), o que significa dizer que as variáveis de participação e as variáveis de tolerância frente às diferenças são independentes.

É possível verificar através do teste qui-quadrado⁶² (χ^2) e da análise do coeficiente de contingência (C) que há uma associação entre participação e tolerância (com nível de significância $p = .028$ para $p < 0.05$), para aqueles que participam de sindicato, associações profissionais de trabalhadores, ou desempregados, contudo ela é fraca. (TABELA 2).

⁶² O teste do Qui-quadrado (χ^2) é um teste estatístico que indica associação entre variáveis qualitativas. Neste trabalho se utilizou-se o χ^2 para observar a intensidade da associação entre as variáveis, verificando se p possui um tamanho maior ou igual ao do χ^2 é porque devo aceitar H_0 e vice-versa.

Tabela 2

Participação em Sindicato, Assoc. Profissional de Trabalhadores, ou Desempregados *versus* Deve haver pena de Morte

Sindicato, Associações Profissionais de Trabalhadores, ou Desempregados	Deve haver pena de morte				Total
	Concorda totalmente	Concorda	Discorda	Discorda totalmente	
Participa atualmente	10%	22%	49%	20%	100%
Já participou	23%	31%	30%	17%	100%
Nunca participou	22%	25%	29%	25%	100%
Total	22%	25%	30%	24%	100%

Fonte: IBASE/2008. n = 1720. $\chi^2 = 14,193/ p > 0,05$

Apesar da maioria dos/as jovens pesquisados trabalharem (60,9%) ou já terem trabalhado (27,7%), apenas 3% participam de sindicatos, e 68,2% demonstram a vontade de não participar desse tipo de associação profissional. Dentre os que participam atualmente de associações profissionais 49% discordam da frase: deve haver pena de morte; somados aos que discorda totalmente o resultado é de 68,8% dos que participam atualmente. Os/as jovens que já participaram dessas instituições registram entre os que concordam e concorda totalmente com a afirmação o índice de 53,7% dos respondentes. Já dentre os que nunca participaram é possível observar um número maior de pesquisados que discordam e discordam totalmente da pena de morte (54%), pois os questionados que concordam ou concordam totalmente atingem 47% dos entrevistados.

Dessa maneira, é possível observar o quão é polêmico o debate em torno da pena de morte no país. Obviamente as manchetes que estampam os jornais diários sobre os crimes e tragédias provocadas pela violência no país contribuem para acirrar o debate e dividir opiniões, se considerado que conforme o Ministério da Saúde/2009 a juventude, principalmente os homens, são as maiores vítimas dessa realidade. Destaca-se que os jovens que participam de sindicatos demonstram uma discordância maior em relação à pena de morte do que aqueles que nunca participaram, na casa de 15%. A discordância em relação a pena de morte é compreendida, aqui, como uma demonstração de maior tolerância diante das mazelas produzidas pelas distorções sociais tão acentuadas no país, portanto a participação nesse caso incentiva a tolerância.

Outro aspecto analisado, diz respeito à associação positiva entre a variável participação em associação estudantil, grêmios, centro acadêmico ou, união de estudantes *versus* todos devem expressar sua opinião livremente (TABELA 3). Os/as participantes em

associações estudantis que concordam totalmente agregados aos que concordam com a liberdade de expressão, somam 100%. O que representa um índice positivo para democracia, pois demonstra uma postura favorável da juventude sobre essa questão. Participam dessas instituições 2,4% dos entrevistados, e já participaram 19,7%. Entre os/as jovens que já participaram de grêmios estudantis é possível registrar 97,4% dentre os/as que concordam totalmente e ao/as concordam que todos devem ter liberdade para expressar suas opiniões. É possível observar, também, que entre os/as jovens que nunca participaram desse tipo de associação. A soma entre os que concordam e concordam totalmente é de 95,8%. Nesse caso, chama atenção que ocorre uma ligeira diminuição percentual na tolerância frente à liberdade de expressão à medida que diminui a participação política. O qui-quadrado indica, ainda, que existe associação entre essas variáveis.

Tabela 3

Participação em Associação Estudantil, Grêmios, C. A., ou União de Estudantes *versus* Todos devem expressar sua opinião livremente

Associação Estudantil, Grêmios, Centro Acadêmico, ou União de Estudantes	Todos devem expressar sua opinião livremente				Total
	Concorda totalmente	Concorda	Discorda	Discorda totalmente	
Participa atualmente	71%	29%	0%	0%	100%
Já participou	68%	30%	2%	0%	100%
Nunca participou	59%	37%	3%	1%	100%
Total	61%	35%	3%	8%	100%

Fonte: IBASE/2008. n = 1748. $\chi^2 = 12,811 / p = 0,028 > 0,05$

Verifica-se na Tabela 4 a associação entre a participação em grupos de esporte e recreação e a afirmação não vejo problema que um professor (a) homossexual dê aulas a menor de idade. Através do teste qui-quadrado a associação pode ser considerada forte, pois o coeficiente de contingência demonstra um nível de significância próximo de $p > 0,05$.

Organizações que lutam por direitos de grupos e minorias, e atuações individuais, têm oferecido denúncias de discriminações que provocam campanhas de combate à homofobia, e a iniciativa de um Projeto de Lei Complementar (PLC 122), que criminaliza o preconceito contra homossexuais no Brasil. Têm exibido, também, conquistas de direitos que provocam o debate sobre o assunto, como a adoção de crianças por casais homossexuais. Temas polêmicos como a união civil entre pessoas do mesmo sexo, considerado por muitos como um casamento gay, trazem visibilidade para o tema ao provocar prontas reações de organizações da sociedade civil ligadas a instituições religiosas. Esse tipo de mobilização provoca a

discussão sobre o tema da discriminação contra homossexuais nos espaços públicos e torna o assunto tema da agenda pública.

Destaca-se, assim, que em todas as possibilidades de participação (participa atualmente, já participou, ou nunca participou) os pesquisados concordam, em sua maioria, que não há problemas que um professor/a homossexual dê aulas a um menor de idade. Aqueles que participam atualmente exibem 42,9% de concordância com a frase, os que já participaram concordam com a afirmação na ordem de 47,8%; e 47,3% dos que nunca participaram concordam também. Chama atenção, ainda, que neste caso aqueles que nunca participaram e os que já participaram, ambos com 81%, apresentam maior nível de tolerância do que os que participam atualmente (77%) junto a essas instituições.

Tabela 4

Participação em Esporte e Recreação *versus* Não vejo problemas que um professor (a) homossexual dê aulas a menores de idade

Esporte e Recreação	Não vejo problemas que um professor(a) homossexual dê aulas a menores de idade				Total
	Concorda totalmente	Concorda	Discorda	Discorda totalmente	
Participa atualmente	34%	43%	11%	12%	100%
Já participou	33%	48%	14%	5%	100%
Nunca participou	34,%	47%	13%	6%	100%
Total	34%	47%	13%	6%	100%

Fonte: IBASE, 2008. n = 1739 $\chi^2 = 16.342/ p= 0.012 > .01, .05$

Uma explicação possível para contradição entre a teoria que aponta para um nexo causal entre participação e tolerância frente às diferenças pode ser a interferência nos resultados em decorrência da baixa participação política da juventude brasileira em todas as modalidades participativas investigadas, impossibilitando de estabelecer um nexo causal entre essas variáveis. Os índices de tolerância encontrados são muito superiores ao de participação. Chamando atenção para os altos índices de tolerância frente às diferenças expressos pelos/as jovens. Tal ocorrência sugere a socialização de valores democrático através de outros mecanismos, que não a participação política, ou que ela ocorra em outros espaços que não os investigados. A teoria de cultura política destaca a família, a escola e o trabalho como principais espaços de socialização, o trabalho e a escola aparecem como positivamente associados para valores favoráveis à tolerância. As pesquisas mais recentes têm apontado, também, para influencia da mídia nesse processo (LUCAS, 2004, NAZZARRI, 1995), sendo que os/as jovens pesquisados/as informam-se principalmente através da TV (94%).

O relatório do IBASE/2008 aponta para pequenas diferenças percentuais na concordância de jovens e adultos, sobre as afirmações que indicam tolerância. Por exemplo, dentre os que concordam totalmente somado aos que concordam com a afirmação de que todos devem ter liberdade para expressar suas opiniões o registro é de 95% para os adultos, e dos jovens é de 94%. O que isso sugere é a existência de um processo de socialização de valores entre as gerações e reforça os registros de que agências de socialização como a família são importantes no processo de socialização de valores políticos (BAQUERO, 2004; LUCAS, 2004; SCHMIDT, 2004; NAZZARI, 2006).

5.2 Participação política e conhecimento de políticas públicas

Os partidários da democracia participativa defendem a criação de mecanismos democráticos em comunidades locais, como escolas, clubes e bairros, sem que isso implique em redução do tamanho do Estado-Nação e, portanto, da existência da representação. (PATEMAN, 1992; BACHRAC, 1967). Os novos arranjos institucionais promovidos, por exemplo, pela Política Nacional de Juventude no Brasil, onde ocorreria a participação dos/as jovens cidadãos, têm dentre seus objetivos o aprimoramento da representação. Ela aconteceria em consequência da qualificação dos/as cidadãos/ãs, que amplificaria o controle sobre os seus representantes. Tais organizações políticas visam, mais do que substituir o sistema representativo, aperfeiçoá-lo e aproximá-lo ao máximo do conceito de democracia como governo do povo.

Nesse sentido, destaca-se a criação do Conselho Nacional de Juventude, pela Secretaria Nacional de Juventude, e a concepção declaradamente participativa que norteia as suas atividades ao promover amplos debates, através das Conferências Nacionais de Juventude, em torno das ações políticas da Secretária. Contudo, como destaca a literatura mais cética sobre os fóruns participativos, mapeada por Côrtes (2006), nem sempre a discussão, representação e deliberação existentes nesses espaços contemplam a população mais excluída ou a maioria da população. Como chama atenção Robert Dahl (1990) à condição de extrema desigualdade material não permite que haja livre participação ou um debate entreiguais.

O alerta para situação socioeconômica e outros tipos de discriminação que influenciam na participação e representação existentes nos fóruns participativos é importante para pensar a

situação da juventude no Brasil, pois dentre os pesquisados, a grande maioria (74,3%) não possui renda familiar superior a R\$ 1.600,00 (em torno de 3 salários mínimos). Deve-se levar em conta nesse caso, que os/as jovens pesquisados pertencem à faixa etária de 18 a 29 anos e a maioria trabalha (51.1%); cerca de 7% está procurando trabalho e 16% estuda e trabalha, mesmo que não seja regularmente, o que se reflete na elevação da renda familiar.

A participação cidadã nos processos de discussão, elaboração, gestão e/ou controle das políticas públicas é uma ação que tem promovido a idéia de protagonismo juvenil (CASTRO, M. & ABRAMOVAY, M. 2002; KRAUSKOPF, 2000). O conceito de participação política, que se vincula diretamente ao de cidadania participativa, implica em cidadãos informados e engajados na comunidade, ou seja, participativos. As formas e meios pelos quais ocorre a inserção do/a jovem na vida pública são importantes para perceber se os/as jovens se associam à construção das políticas públicas que lhes são destinadas. Nesse sentido, busca-se verificar a hipótese 2: Quanto maior a participação em fóruns como associação comunitária de moradores ou sociedade de amigos do bairro, associações estudantis, grêmios, centros acadêmicos ou união de estudantes, maior é o conhecimento sobre políticas públicas voltadas para juventude.

As tabelas a seguir cruzam variáveis de participação política dos/as jovens com a demonstração de conhecimento sobre a existência de projeto do governo direcionado para o jovem no país. Essas operações se destacam porque os testes de associação (χ^2) das variáveis aplicados registram níveis de significância perfeitos ou quase perfeitos (ao nível de $p \leq 0.05$), apontando para confirmação de teorias que propõe a associação entre participação na esfera pública e aquisição de informação (HABERMAS, 1987a; GOULD, 1988).

Tabela 5

Participação em Associação Comunitária, de Moradores, ou Soc. de Amigos do Bairro *versus* Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?

Associação Comunitária, de Moradores, ou Sociedade de Amigos do Bairro	Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?		Total
	Não	Sim	
Participa atualmente	62%	38%	100%
Já participou	68%	32%	100%
Nunca participou	78%	22%	100%
Total	77%	24%	100%

Fonte: IBASE, 2008. n = 1748 $\chi^2 = 17,671 / p = .00 > 0.05$

A participação juvenil encontrada nesse tipo de instituição é baixa (3,6%) de uma forma geral. No caso dos/as jovens que tem conhecimento de projeto governamental que lhes são destinados registra-se 23,5%. Constata-se que dentre aqueles que não conhecem projeto

do governo a maioria nunca participou de uma associação comunitária ou de moradores (78,2%). Existe um maior conhecimento de projeto destinado aos jovens dentre os/as que participam (38,1%), o que pode ser observado também através da diferença tanto entre os/as jovens que nunca participaram e não conhecem projeto do governo e os que participam atualmente e não têm conhecimento de projeto do governo, quanto através da diferença entre os que nunca participaram e conhecem projeto e os que participam atualmente e conhecem projeto é da ordem de 16,3% para ambos os casos. Demonstrando que os/as jovens que participam da associação de moradores ou comunitária detém mais informação sobre projetos do governo destinados à juventude.

Tabela 6

Participação em Grupo de Defesa do Meio Ambiente, ou Ecológico *versus* Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?

Grupo de Defesa do Meio Ambiente, ou Ecológico	Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?		Total
	Não	Sim	
Participa atualmente	57%	43%	100%
Já participou	64%	36%	100%
Nunca participou	78%	22%	100%
Total	77%	24%	100%

Fonte: IBASE, 2008. n = 1748. $\chi^2 = 18.361$ p = .000 > 0.05

A Tabela 6, também evidencia que a participação em grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico se associa com a aquisição de conhecimento ou informação. Nesse caso, chama atenção o fato de os/as pesquisados/as participarem muito pouco desse tipo de entidade (1,6%), se considerado que dentre os medos em relação ao futuro os/as jovens elegeram em primeiro lugar a falta de água no planeta (31,6%). Alguma pista para essa aparente incoerência possa ser encontrada na questão, expressa o desejo da juventude de participar, pois os grupos de defesa do meio ambiente aparecem em primeiro lugar (35,4%) entre as entidades que os/as jovens gostariam de participar. O que reforça a interpretação de Singer (2005) de que a necessidade de se dedicar ao trabalho não permite tempo hábil para juventude brasileira de uma participação mais ativa.

É possível perceber um maior conhecimento desses projetos dentre os que já participaram (35,6%), e dos que participam atualmente (42,9). Se observado aqueles que nunca participaram e conhece projeto governamental destinado à juventude registra-se 22,1%, e percebe-se uma diferença para o desconhecimento maior de política ou projeto do governo entre quem nunca participou e quem já participou na ordem de 14%. A diferença de conhecimento, entre os que já participaram e aqueles que participam atualmente, é superior em 7,3% para os que participam, sendo que a soma das diferenças em termos de

conhecimento ou informação sobre projetos do governo entre quem participa atualmente e quem nunca participou é igual a 20,8%. O cruzamento dessas variáveis também demonstra haver uma associação perfeita entre elas.

No tocante as ONGs ou entidade de defesa dos direitos humanos é possível observar uma associação ao conhecimento de projeto do governo ($p = .001$). Detém conhecimento de projetos governamentais 52,9% dos/as jovens que participam atualmente nesse tipo de entidade; e 34,8% dos que já participaram. Entre os que nunca participaram e conhece algum projeto do governo dirigido aos jovens, registra-se 22,8%. Nesse caso, a diferença entre os que participam atualmente e nunca participaram é de 30,1%. Já entre os que participam atualmente e não conhecem algum projeto do governo é de 5,8%. Aqueles/as jovens que nunca participaram de entidades de direitos humanos e desconhecem projeto do governo que lhes sejam direcionados correspondem a 77,2%.

Outra instituição em que foi verificada a existência de associação entre conhecimento de políticas públicas destinadas a juventude e participação foram os sindicatos e associações profissionais. Nesse caso, é importante lembrar que o carro-chefe da Política Nacional de Juventude nos últimos anos, e que foi amplamente divulgado nos meios de comunicação, tem sido o ProJovem. O programa tem como beneficiários jovens de 18 a 24 anos e os pesquisados tem de 18 a 29 anos, portanto, boa parte dos entrevistados a partir do critério idade, poderia ser beneficiária da política pública. Contudo, um dos critérios para participar do programa é ter o ensino fundamental incompleto, pois o programa se destina ao aumento da escolaridade. Assim, 42% dos/as pesquisados/as se encaixam nesse perfil. O programa, ainda, procura combinar o aumento da escolaridade a qualificação profissional, portanto, o/a jovem não pode estar trabalhando, o que o/a exclui enquanto beneficiário/a, ou seja, 51% dos que foram pesquisados.

Tabela 7

Participação em Sindicato, Assoc. Profissionais de Trabalhadores, ou Desempregados *versus* Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?

Sindicato, Associações Profissionais de Trabalhadores, ou Desempregados	Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?		Total
	Não	Sim	
Participa atualmente	59%	41%	100%
Já participou	68%	32%	100%
Nunca participou	76%	2%	100%
Total	77%	24%	100%

Fonte: IBASE, 2008. $n = 1748$. $\chi^2 = 13.350 / p = .000 > 0.05$

Observa-se na Tabela 7, que do total dos/as jovens que participam atualmente, e participaram de sindicatos e associações profissionais 40,7% conhecem algum projeto do

governo. Dos/as que já participaram e tem conhecimento 31,6%, e daqueles/as que nunca participaram e tem conhecimento 22,5%. Já entre os que não conhecem 77,5% nunca participou de entidade alguma. Quem já participou e ignora algum projeto do governo registra 68,4% dos entrevistados; dentre aqueles participam atualmente e desconhece algum projeto identifica-se 59,3% dos/as jovens pesquisados/as. Dessa forma, existe uma associação entre os que participam e detêm conhecimento sobre política pública de juventude, através do conhecimento de projetos governamentais para juventude. O teste é significativo apontando uma associação quase perfeita.

As entidades ou grupo em defesa de minorias têm chamado atenção dos/as jovens ao provocar o debate público através de reivindicações por políticas afirmativas que obtiveram algum avanço na sociedade brasileira. Por exemplo, as cotas nas Universidades Públicas para negros e/ou pobres tem desencadeado acalorados debates no meio universitário. A atuação de grupos como mulheres e homossexuais também têm se organizado para lutar por seus direitos e se somado aos debates em torno da democracia que alertam para necessidade de respeitar e garantir a existência de direitos dos grupos de minorias.

Tabela 8

Participação em Entidades, ou Grupo em Defesa de Grupos, ou Minorias *versus* Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?

Entidades, ou Grupo em Defesa de Grupos, ou Minorias	Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?		Total
	Não	Sim	
Participa atualmente	52%*	48%	100%
Já participou	60%	40%	100%
Nunca participou	77%	23%	100%
Total	77%	24%	100%

Fonte: IBASE, 2008. n = 1748. $\chi^2 = 17,553 / p = .00 > 0.00$. * Os números percentuais foram arredondados.

Seguindo nesta direção, é possível observar na Tabela 8, que 52,2% daqueles/as jovens que participam em algum desses grupos ou entidades em defesa das minorias não conhece nenhum projeto do governo dirigido para juventude, enquanto entre os que nunca participaram desses grupos, esse valor sobe para 77,4%. Entre os/as jovens que atuam nessas organizações 47,8% tem conhecimento de algum projeto do governo dirigido à juventude, e dentre os que já atuaram esse percentual cai para 39,7%. Já aqueles que nunca participaram desses grupos, apenas 22,6% conhecem algum projeto do governo. Registra-se, ainda, que há associação para participação em entidades e grupos em defesa de grupos, ou minorias, e conhecimento de algum projeto do governo direcionado para jovens no Brasil e seu teste, possui significância elevada.

As instituições como grêmios estudantis apresentaram associação entre participação e conhecimento de algum projeto governamental, ou seja, conhecimento de políticas públicas com significância perfeita para o teste. Destaca-se que apesar da participação da juventude não ser elevada nesse tipo de entidade (2,4%), a porcentagem dos que já participaram (19,7%) é significativa, se considerado que aqueles que cumpriram regularmente seu ciclo de estudos e não adentraram na Universidade aos 18 anos já estão fora da escola.

É possível perceber na Tabela 9, o registro de conhecimento sobre projeto governamental para juventude entre aqueles que participam, na ordem de 36,6%, ou já participaram em 32,8%, de grêmios estudantis. Confere-se, também, uma diferença de 20,8% para aqueles/as que nunca participaram desse tipo de instituição. Novamente, é possível perceber um maior conhecimento de projeto governamental daqueles/as que participam em relação aos que não participam. A diferença entre os/as que nunca participaram e desconhecem projetos direcionados à juventude (79,2%) e aqueles/as que participam atualmente, mas que desconhecem projetos governamentais juvenis (63,4%) é de 15,8%, demonstrando que a maior participação proporciona mais informação.

Tabela 9

Participação em Associação Estudantil, Grêmios, C. A., ou União de Estudantes *versus* Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?

Associação Estudantil, Grêmios, Centro Acadêmico, ou União de Estudantes	Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?		Total
	Não	Sim	
Participa atualmente	63%	37%	100%
Já participou	67%	33%	100%
Nunca participou	79%	21%	100%
Total	77%	23%	100%

Fonte: IBASE, 2008. $n = 1748$. $\chi^2 = 18,361 / p = .000 > 0.00$

É importante destacar que ao realizar os cruzamentos entre diferentes tipos de participação e ‘se você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil’, foram encontradas associações com significância muito altas para o teste qui-quadrado em todas as formas de participação. Inclusive, a participação em entidades recreativas e esportivas, movimentos rurais e partidos políticos. Mesmo a juventude, se mostrando pouco participativa, sua participação em coletivos de qualquer espécie representa um maior acesso à informação. Dessa forma, os testes e resultados aqui apresentados permitem confirmar a hipótese de que quanto maior a participação da juventude maior é o conhecimento sobre as políticas públicas ou projetos governamentais.

5.3 Percepção juvenil da política pública de juventude

A possibilidade de exclusão de grande parte da população juvenil da vida política ilustra a dificuldade para socialização de valores democráticos pela juventude brasileira. Estudos sobre juventude têm registrado a desconfiança e o baixo engajamento político dos/as jovens (BAQUERO, M. 2007, 2004; IBASE, 2008; NAZZARI, K. 2006; NOVAES, R & VANNUCHI, P, 2004,). De forma mais contundente, Lucas (2004) postula que há uma ideologia da antipolítica na cultura política juvenil no país. O autor ressalta que a desconfiança e apatia dos/as jovens se transformaram em aversão à política.

Lechner (1994) fala de um “mal-estar com a política”, mas o identifica com a rejeição da política enquanto princípio de organização, o que não pode ser confundido como uma rejeição à política ou a democracia. Essa proposição soma-se à constatação de Krischke (2005) de que há uma identificação da juventude com formas de participação não-convencionais. De fato, se observado a avaliação dos/as pesquisados/as sobre a participação da juventude, enquanto liderança, em atividades políticas não convencionais registra-se índices bastante altos. Quando questionados/as sobre a concordância ou discordância da liderança por jovens em fatos ou manifestações como a ocupação da Universidade por estudantes reivindicando transparência e honestidade no gasto de recurso público e melhores condições de vida o registro é de 86,4% que concordam totalmente e concordam com essa ação. Dos/as jovens que concordam e concordam totalmente com a liderança juvenil de manifestações de estudantes nas ruas pela meia passagem ou passe livre nos transportes coletivos registra-se 88,1%. Para abaixo-assinados pelas cotas para negros nas universidades públicas registra-se 71,8%. Daqueles/as que concordam e concordam totalmente com mobilização de jovens reivindicando abertura de espaços e eventos para práticas culturais, esportivas e de lazer verifica-se a porcentagem de 94,8%. Apenas na participação dos jovens nas marchas do movimento sem terra (MST), reivindicando reforma agrária, é que ocorre uma aprovação um pouco menor, mesmo assim, a soma das porcentagens de concordância e concordância total chega a 71,8% das respostas obtidas. Tais índices de aprovação demonstram a tendência dos/as jovens a aprovarem a participação política não-convencional. Visto que a aprovação para esse tipo de ação é superior a 50% para todos os tipos de ação política mencionados, o que demonstra uma predisposição maior do que com as ações políticas convencionais.

As reflexões sobre a questão juvenil, provocadas pelas transformações ocorridas nas

principais agências de socialização e no sistema capitalista, produzem mudanças na maneira que a sociedade trata e vê a juventude. Ela passa a ser vista como um ator importante e alvo de políticas públicas. Com o advento das novas democracias, entre elas o Brasil, a participação social do/a jovem passa a ser considerada um instrumento importante para combater o número de excluídos sociais no país. Porém, a instauração e construção de um regime político não é uma tarefa fácil. A sociedade brasileira tem passado por severos testes para manutenção da democracia como o processo de *impeachment*, o crescimento do narcotráfico e os sucessivos escândalos de corrupção. É considerando esse contexto que se elabora a seguinte hipótese: Quanto pior a percepção sobre as políticas públicas de juventude no Brasil menor será o interesse dos/as jovens por política.

Para captar a percepção política da juventude sobre as políticas públicas no Brasil foram utilizadas as questões, a) você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil; b) no momento atual você diria que o governo brasileiro: 1) não conhece nem se preocupa com as necessidades dos jovens, 2) conhece as necessidades dos jovens mais não faz nada, 3) apóia e promove programas e ações voltadas para juventude. O interesse por política é captado, através da participação política da juventude.

A juventude brasileira possui pouco conhecimento sobre projetos do governo direcionados aos jovens. No total dos/as respondentes apenas 23,5% afirmaram conhecer algum projeto do governo. Dentre os programas mais conhecidos o ProJovem foi o mais citados na ordem de 36%. O que demonstra um alto nível de desconhecimento frente às políticas e programas que compõe a Política Nacional de Juventude. Ao procurar extrair das variáveis a percepção sobre as políticas de juventude e o interesse dos jovens, expressos através da participação social, inicialmente, optamos por realizar o cruzamento da variável que apresentou maior nível de participação, ou seja, esporte e recreação, com a de avaliação do governo frente às necessidades da juventude.

O exame da tabela abaixo permite atestar a visão crítica que os/as jovens possuem perante as ações do governo, ou melhor, dizendo da não ação. Em sua avaliação, sobre a posição do governo brasileiro frente às necessidades dos/as jovens, a maioria afirma que o governo conhece as necessidades dos jovens mais não faz nada (72,2%), ou seja, não há políticas públicas voltadas para atender as necessidades dos/as jovens. A percepção sobre a atuação do governo é melhor entre os que participam atualmente de entidades ligadas ao esporte e recreação (19,2%). Dentre aqueles/as que dizem que o governo não conhece e nem se preocupa com as necessidades juvenis, o percentual mais alto é daqueles/as que nunca participaram (12,2%), remetendo à hipótese 2, de que quanto menor a participação dos/as

jovens menor o conhecimento de projeto direcionado ao jovem.

Tabela 10

Participação em Esporte e Recreação *versus* No momento atual, você diria que o governo atual

Esporte e Recreação	No momento atual, você diria que o governo brasileiro:				Total
	Não conhece nem se preocupa com a necessidade dos jovens	Conhece as necessidades dos jovens, mas não faz nada	Apóia e promove programas e ações voltadas para a Juventude	Nenhuma delas	
Participa atualmente	7%	73%	19%	0,8%	100%
Já participou	12%	72%	15%	1,7%	100%
Nunca participou	12, %	72%	15%	0,6%	100%
Total	1%	72%	16%	1,0%	100%

Fonte: IBASE, 2008. n = 1748. $\chi^2 = 12,421/p = .05 \leq 0.05$

As repostas obtidas apontam, ainda, que 73,2% dos/as que participam atualmente acreditam que o governo detém conhecimento sobre as necessidades da juventude, mas não faz nada, sendo esse o posicionamento mais crítico em relação à ação do governo. Chama atenção, ainda, que 1,7% dos/as jovens que participaram desse tipo de atividade percebem de forma diferente as políticas voltadas aos jovens, pois não concordaram com nenhuma das proposições da questão. O qui-quadrado indica haver associação entre essas variáveis.

Seguindo a lógica de análise dos maiores níveis de participação encontrados, obrigatoriamente, volta-se para participação da juventude nos grupos religiosos. Mais uma vez, os/as jovens que participam atualmente junto a esses grupos, acreditam que o governo tem conhecimento sobre a situação da juventude, mas não toma nenhuma providencia (75%). Dessa vez, em uma porcentagem ainda maior do que aquelas encontradas junto aos jovens que participam de grupos de recreação(73,2%).

Entretanto, é possível constatar na Tabela 11, que uma porcentagem maior daqueles que participam atualmente em instituições religiosas tem uma percepção melhor da ação do governo, que aqueles que participam em grupos de recreação e esporte. Os/as jovens pesquisados/as na ordem de 16, 2% acreditam que o governo apóia e promove programas e ações para juventude. Esse registro reforça a informação obtida no teste da hipótese 2, que aqueles/as que participam de grupo religioso tem maior conhecimento de programas do governo, assim é lógico, que o maior conhecimento de programa do governo se reflita em

uma avaliação da ação ou política desse governo.

Tabela 11

Participação em Grupo Religioso *versus* No momento atual, você diria que o governo atual

Grupo Religioso	No momento atual, você diria que o governo brasileiro:				Total
	Não conhece nem se preocupa com a necessidade dos jovens	Conhece as necessidades dos jovens, mas não faz nada	Apóia e promove programas e ações voltadas para a Juventude	Nenhuma delas	
Participa atualmente	8%	75%	16%	1%	100%
Já participou	11%	70%	17%	2%	100%
Nunca participou	12%	73%	15%	0,5%	100%
Total	11%	72%	16%	1%	100%

Fonte: IBASE, 2008. $n = 1748$. $\chi^2 = 16,302/p = .01 \leq 0.05$

A percepção mais negativa, de que o governo nem conhece e nem se preocupa com as necessidades juvenis, fica em torno de 10% para maioria das modalidades de participação observadas, só demonstrando uma variação maior dentre aqueles/as que participam atualmente (8,2%) e concordam com essa posição. As políticas voltadas para juventude após a criação da Secretaria Nacional da Juventude (2005), obviamente não está sendo percebida como algo efetivo pelos/as jovens pesquisados, pois ao serem questionados/as, em 2008, demonstram não perceber políticas públicas que lhes contemplem. Caso sejam somados todos/as aqueles/as que afirmam que o governo não conhece e não faz nada (11,2%), e aqueles/as que dizem que o governo conhece suas necessidades, mas não faz nada (72,25), é possível registrar uma percepção negativa para 83,4% dos/as jovens sobre a ação do governo referente à juventude.

Destaca-se o fato de haver maior participação da juventude nessas entidades recreativas e religiosas, contudo, a participação da juventude nesses grupos sociais não pode ser compreendida como uma participação política. Compreensões sobre as necessidades da juventude que balizaram políticas públicas, nas décadas de 1940 e 1950, enfatizavam a participação da juventude em grupos de recreação e esporte por acreditar que eram atividades úteis para o exercício do controle social e do tempo livre. Contudo, a percepção da juventude enquanto sujeitos políticos expandiu o leque de possibilidades para o reconhecimento das necessidades juvenis e em consequência a participação política e as políticas públicas da

juventude se diversificaram.

A percepção sobre o reconhecimento, ou não, por parte do governo brasileiro das necessidades da juventude e participação em instituições como sindicato e associações profissionais, demonstra uma associação com significância perfeita para o teste.

Tabela 12

Participação em Sindicato, Assoc. Prof. de Trabalhadores, ou Desempregados *versus* No momento atual, você diria que o governo atual

Sindicato, Associação Profissional de Trabalhadores, ou Desempregados	No momento atual, você diria que o governo brasileiro:				Total
	Não conhece nem se preocupa com a necessidade dos jovens	Conhece as necessidades dos jovens, mas não faz nada	Apóia e promove programas e ações voltadas para a Juventude	Nenhuma delas	
Participa atualmente	4%	65%	29%	2%	100%
Já participou	16%	55%	28%	1%	100%
Nunca participou	11%	73%	14%	1%	100%
Total	11%	72%	16%	1%	100%

Fonte: IBASE, 2008. n = 1748. $\chi^2 = 25,613/p = .00 \leq 0.05$

A percepção de que o governo conhece, mas não faz nada para atender as necessidades, continua sendo maior dentre os/as pesquisados/as, contudo, nesse caso, o maior registro para essa percepção refere-se aos/as que nunca participaram (73,4%). A visão daqueles/as que atuam em sindicatos e associações profissionais denuncia uma melhor avaliação das políticas públicas, pois 29,4% dos que participam atualmente, dizem que o governo apóia e promove ações voltadas para a juventude. No total 15,6% escolheram essa opção. Enquanto que entre os que já participaram (16%) registra-se os índices mais elevados para aqueles que o governo não conhece e nem faz nada relativo às necessidades da juventude. O teste qui-quadrado confirma a associação das variáveis com significância perfeita para o teste.

A participação da juventude em movimento rural ao ser cruzada com a percepção da juventude sobre o governo, demonstra uma associação significativa no nível de ($p = .03 > .05$). Na percepção dos/as jovens que participam de sindicatos há um registro de quase 30% daqueles/as que participam atualmente e acreditam que o governo apóia as ações para juventude. Mas, a maioria ainda percebe que, apesar do governo ter conhecimento sobre as

necessidades da juventude, nada faz. Os maiores índices para todos os níveis de participação foram registrados entre aqueles/as que participam atualmente (62,5%), os/as que já participaram (61,3%) e os/as que nunca participaram (72,8%).

Tabela 13

Participação em Associação ou Movimento Rural (do campo) *versus* No momento atual, você diria que o governo atual

Associação ou Movimento Rural (do campo)	No momento atual, você diria que o governo brasileiro:				Total
	Não conhece nem se preocupa com a necessidade dos jovens	Conhece as necessidades dos jovens, mas não faz nada	Apóia e promove programas e ações voltadas para a Juventude	Nenhuma delas	
Participa atualmente	8%	63%	29%	0%	100%
Já participou	9%	61%	27%	2,7%	100%
Nunca participou	11%	73%	15%	0,9%	100%
Total	11%	72%	16%	1,0%	100%

Fonte: IBASE, 2008. n = 1748. $\chi^2 = 13.725/p = .033 \leq 0.05$

A percepção negativa da atuação do governo, através da falta de ação dirigida aos/as jovens, ganha maior relevância diante do registro que para 36,3% dos/as jovens pesquisados/as, o que constitui a maioria, acreditam que o mais importante para transformar o Brasil é as políticas públicas. O lugar da pressão e atuação das organizações sociais, ou seja, da sociedade civil, para essa mesma questão é de 5º lugar, registrando 4,5% das escolhas. Ao comparar as tabelas de participação cruzadas com a avaliação da ação do governo frente às necessidades da juventude é possível perceber que existe uma qualidade de percepção diferente das políticas do governo de acordo com o caráter da instituição. A participação em instituições com atuações mais politizadas, como o movimento rural e os sindicatos, faz com que a avaliação das políticas do governo seja melhor do que aqueles/a que atuam em entidades de esporte e recreação, e junto a grupos religiosos. Dessa maneira, julga-se necessário buscar outro teste para verificar a percepção e o interesse por política.

Assim, a opção para tratamento dos dados que possibilitem a verificação da hipótese foi a análise fatorial. Isso porque, a análise fatorial é uma técnica multivariada que tenta identificar um conjunto menor de variáveis hipotéticas (fatores). O modelo de análise fatorial, a partir dos componentes principais, permite explicar a correlação entre as variáveis

observáveis, expressando, através de componentes principais, o que existe de comum nas variáveis originais (PESTANA E GAGEIRO, 2003).

A interpretação do quadro seguinte permite verificar a significância do modelo:

Quadro 5

KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,811
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	1835,336
	df	45
	Sig.	,000

Baseado no número de variáveis menor que .30 foi adotado o critério Kaiser pelo quais se escolhem os fatores cuja variância explicada é superior a 1. De acordo com o critério Kaiser devem-se extrair dois componentes principais dos fatores encontrados (Quadro 5). O Quadro 4 é composto pelo KMO (Kaiser-Meyer-Olkin), que é uma estatística que varia de zero a um e compara as correlações entre as variáveis. O 1 indica coeficientes de correlação forte entre as variáveis, e o zero ou registro próximo desse valor, indica que a análise fatorial pode não ser uma boa idéia para o tratamento dessas variáveis. “Palant (2007) sugere 0.6 como um limite razoável. Friel (2009) sugere a seguinte escala para interpretar o valor da estatística KMO: entre 0,9 e 1 excelente; entre 0,80 e 0,89 bom; entre 0,70 e 0,79 mediano; entre 0,60 e 0,69 medíocre; entre 0,50 e 0,59 ruim, e entre 0 e 0,49 inadequado” (FIGUEREDO FILHO & SILVA JR. 2010 p. 166).

No modelo rodado, o valor de KMO da amostra é de 0.811, ou seja, superior ao patamar crítico de .60, e na escala de Friel (2009) deve ser considerado bom. O que sugere que os dados são adequados à análise fatorial. Além disso, o BTS (Bartlett's Tests), que também compõe o Quadro 4, é estatisticamente significativo ($p < 0.000$) rejeitando a hipótese nula (H_0) e concluindo que as variáveis estão significativamente correlacionadas.

Portanto, como é possível vê no Quadro 5 as variáveis forma agrupadas em dois componentes, onde é possível perceber claramente que houve uma divisão entre as instituições que possuem atuação mais vinculadas a questões políticas e de defesa de direitos e instituições onde esse caráter é menos marcante.

Quadro 6

Análise Fatorial da Participação da Juventude

Variáveis	Componente 1 PI (Participação Institucional)	Componente 2 PC (Participação Cultural)
Minorias	.65	
Meio ambiente	.62	
Comunitária	.57	
Direitos Humanos	.57	
Sindicatos	.52	
Partidos políticos	.47	
Rurais	.45	
Religioso		.69
Esporte/recreação		.80
Estudantil		.57

Método de extração: componentes principais. Método de rotação: Varimax com Kaiser Normalization

PI- Participação Institucional

PC- Participação Cultural

Dessa forma, o modelo rodado extraiu dois componentes de fatores. No componente 1 é possível observar que as variáveis vinculadas a uma participação política estão agregadas na primeira coluna e por isso mesmo correspondem ao que ficou nomeado por PI - Participação Institucional. Na participação institucional as variáveis que se correlacionaram têm em comum a necessidade de discussão de temas políticos, a exigência de engajamento junto às instituições e se caracterizam pela atuação no âmbito coletivo. Seus objetivos ou demandas, normalmente, se voltam para interação e reivindicação no espaço público. No componente dois é possível observar que três variáveis foram agrupadas na segunda coluna pelo modelo, representando o que se convencionou denominar de PC - Participação Cultural. Na participação cultural as variáveis que se correlacionam têm em comum a promoção de ações que não obrigatoriamente volta-se para sociedade, podendo contemplar objetivos de âmbito individual, como o lazer e a prática da fé. Chama atenção o fato de a participação em associação estudantil, grêmio e centro acadêmico, ou união de estudantes, ter sido incluída no componente 2, e classificada no âmbito da participação cultural. Uma interpretação possível para esse fenômeno é que a participação na organização estudantil pode ser considerada uma híbrida composta por referências de ação política e de recreação e cultura, e o modelo encontrou mais pontos comuns com as variáveis que compõem o Componente 2 –cultural.

As variáveis denominadas de culturais: participação em recreação e esporte e participação em religião não podem ser identificadas como formas de participação política, mesmo que, nesses espaços possam eventualmente ocorrer a socialização de valores e práticas que influenciem as atitudes, princípios e comportamentos da juventude. Já as variáveis como participação em associação comunitária, de moradores ou sociedade de amigos do bairro; grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico; sindicato, associação profissional de

trabalhadores ou desempregado; entidades de grupo de defesa de grupos ou minorias; associação estudantil, grêmio, centro acadêmico ou união de estudantes; ONG ou entidades de defesa dos direitos humanos são variáveis, geralmente, identificadas com a participação política convencional. O banco de dados utilizado (IBASE-2008) não permite a verificação da participação política do tipo não-convencional. Sendo essa mais uma justificativa para a opção inspirada na construção de cenários participativos, da pesquisa juventude e democracia do IBASE (2006), para classificar os registros de participação utilizados nesta tese em institucionalizado e cultural.

Como ressaltado anteriormente, a juventude não tem demonstrado interesse por atividades políticas que estejam vinculadas às formas tradicionais de fazer política. É possível observar que a média de participação encontrada, 2,3%, no que ficou denominado de participação institucional, é baixa. Destacam-se as organizações da sociedade civil, que passam a atuar principalmente após a redemocratização brasileira, como associações de direitos humanos, meio ambiente, minorias, rurais, em que é possível observar porcentagens ainda mais baixas de participação, conforme tabela abaixo .

Tabela 14

Participação Institucional				
Variáveis	Componente Principais de Participação no Ambiente Institucional	Participa (%)	Já participou (%)	Não participa (%)
Minorias	.65	1.3	3.6	95.0
Meio ambiente	.62	1.6	7.7	90.7
Comunitária	.57	3.6	10.9	85.5
Direitos Humanos	.57	1.0	3.8	95.5
Sindicatos	.52	3.1	5.4	91.5
Partidos políticos	.47	4.6	10.5	84.8
Rurais	.45	1.5	4.3	95.5

É possível extrair dos dados (Tabela 14) que sete variáveis se correlacionam entre si na participação institucional. Enquanto três variáveis se correlacionam entre si formando a participação cultural. Tendo como critério para incluir uma variável dentro do fator/componente sobre o ambiente de participação o peso igual ou maior que 0.45.

Fica evidente, assim, uma superioridade nos índices de participação em associações comunitárias (3,6%), sindicatos (3,1%) e partidos políticos (4,6%) em relação a entidades de defesa do meio ambiente (1,6%), direitos humanos (1%), e direitos de minorias (1,3%). Uma explicação plausível para que isso ocorra é que instituições, como partidos políticos,

associações comunitárias e sindicatos, por serem mais institucionalizadas, tenham mecanismos de recrutamento mais sofisticados. Além, de serem vinculadas não apenas a questões ideológicas e mobilizarem recursos de poder, mediação e negociação frente a outras instituições, como sindicatos patronais, prefeituras, Assembleias Legislativas, etc, mas oferecem acesso a serviços como planos de saúde, e possibilitam, também, o acesso a redes clientelistas.

Já as associações típicas da sociedade civil, como as ONGs e entidades que se encontram listadas, muitas vezes atuam na defesa de interesses diretos de grupos localizados, como é o caso das associações comunitárias. Mesmo quando os interesses defendidos dizem respeito a grupos mais amplos, como acontece com os direitos humanos e o meio ambiente, os interesses parecem difusos e remetem a valores mais amplos e abstratos. Associações desse tipo, por terem formações recentes, muitas vezes possuem poucos recursos para investimento em estruturas e grandes campanhas de filiação. De qualquer forma, o que a tabela acima permite concluir é que nenhuma das modalidades de participação institucional ou cultural se constitui em atividade realmente atraente e/ou interessante para juventude.

Com base nos dados da Tabela 14 é possível, ainda, aceitar a hipótese de que: Quanto pior for a percepção sobre as políticas públicas de juventude no Brasil menor será o interesse dos/as jovens por política. Como demonstrado, até o momento, a percepção da atuação e programas do governo destinados à juventude sofre severas críticas; havendo mesmo uma ausência de percepção das políticas públicas dirigidas à juventude, pois a maioria julga que o governo não faz nada para atender suas necessidades. Quando vinculado os índices de participação institucional, portanto, participação política, fica evidente o desinteresse por esse tipo de vínculo.

Ao buscar explicações para rejeição dos/as jovens no tocante a participação política é possível alegar que a participação, aqui classificada de institucional, requer não apenas o sacrifício do tempo, mas também que os/as jovens se moldem a um tipo de comportamento e ação que não condiz com a cultura juvenil. Estudos como de Castro, M. (2002, 2004) apontam para rejeição da juventude às instituições hierarquizadas e burocratizadas regidas por adultos. Esses espaços são organizados e funcionam com base na visão adultocêntrica (KRAUSKOPF, 2000), onde a possibilidade de iniciativa e deliberação da juventude fica tolhida.

Fica patente, assim, que a democracia participativa exige por parte da cidadania uma mudança de postura. E das pessoas uma transformação no estilo de vida, que implique na democratização de locais de trabalho, das relações familiares, dos meios de comunicação, das

escolas e da própria relação entre a humanidade com o meio ambiente, para que participação política do/a jovem se dê enquanto sujeito. Estas são situações que constituem “sistemas políticos” em sentido amplo e por isso sujeitos à democratização. (PATEMAN, 1992, p. 35; BACHRAC, 1967, p.70).

Outra questão a ser considerada é a crise de conduta, valores e comportamento a qual está submetido o homem contemporâneo, mapeada por Sennett (2009). Atividades que exigem engajamento, como a atuação política junto a essas instituições, implicam em compromisso de longa duração, e planejamento para transformação de longo prazo, que não se adaptam a lógica da flexibilidade, que exige uma postura de desapego e busca por resultados rápidos. Tais valores e comportamento propagados pelo mercado como desejáveis e positivos, cuja adaptação da juventude é mais rápida, entram em choque com a lógica da construção e conquista de objetivos políticos vinculados às formas tradicionais de fazer política.

5.4 Conclusão

Apesar das teorias alternativas da democracia indicar uma relação causal entre participação política e o cultivo de valores como a tolerância frente às diferenças e a pluralidade existente na sociedade, os testes aqui realizado apontam para uma independência entre essas variáveis. É possível perceber ainda, que a juventude demonstra uma tolerância maior sobre questões referentes aos direitos de minorias do que frente a questões polêmicas envolvendo distorções complexas conseqüentes das desigualdades sócias no país, como a criminalidade e a pena que lhe acompanha.

A participação pode ser vista como uma forma de a juventude se informar e conhecer programas e políticas públicas implementados pelo governo, que podem lhe beneficiar e apresentar uma oportunidade para maior inserção social. Os dados demonstram que a participação social, de uma maneira geral, propicia maior conhecimento sobre as políticas públicas existentes. Dessa forma, a associação entre participação e conhecimento sobre políticas públicas sugere que a pouca participação da juventude brasileira se reflète na falta de conhecimento sobre as políticas públicas que lhe são destinadas. (TABELA 1,2 e 3).

A percepção da juventude sobre as políticas públicas não é nada favorável, mesmo que a principal ação da Política Nacional da Juventude, o Programa ProJovem procure dar uma

resposta exatamente para questão que mais aflige a juventude brasileira, o desemprego. Assim, mesmo aqueles que demonstraram ter conhecimento de programa do governo voltado aos jovens (23,5%), percebem que o governo conhece as necessidades da juventude, mas não faz nada (Tabelas 10, 11, 12 e 13). Nesse sentido, chama atenção o fato de o ProJovem, programa mais citado pelos pesquisados (3,6%), não se tratar de um programa de geração de emprego, mas se aproxima mais de um programa de aceleração da educação e qualificação de mão de obra.

A participação política institucional demonstra reforçar a posição do Estado frente à sociedade, pois mesmo nesse tipo de participação, a percepção sobre as ações do governo adquirem uma avaliação melhor. Se por um lado, a pouca participação em entidades que se originam na sociedade civil, e dependem da atuação dessa sociedade para funcionar, também não atraem a efetiva participação da juventude, apesar de ela externar a vontade de participar de movimentos ecológicos. Por, outro lado a maior participação cultural frente às outras instituições demonstra o pouco interesse da juventude frente à política institucional. Esse dado é reforçado quando se recupera a informação de que dentre as instituições que os/as jovens pesquisados/as afirmam não ter vontade de participar o maior índice registrado é atingido pelos Partidos Políticos; com 83,7% dos respondentes.

A percepção negativa da atuação do governo, através da falta de ação dirigida aos jovens, ganha maior relevância diante do registro que para 36,3% dos/as jovens pesquisados/as, o que constitui a maioria, acredita que o mais importante para transformar o Brasil é as políticas públicas. Somado aos índices, de participação política institucional, encontrados fica claro, primeiramente, a não participação da juventude, e em segundo lugar a preferência da juventude pela participação cultural. Tal situação remete ao conceito de 'estadania', onde segundo Carvalho (2002), ao falar da concepção de cidadania dos brasileiros, (...) o Estado, por virtude que lhe seria inerente, premiaria os bons cidadãos por seus esforços progredir. A falha do Estado em cumprir suas obrigações refletir-se-ia em certo desapontamento com a política.(p.28)

Dessa forma, é possível perceber que mesmo quando há interesse da juventude por política, a participação política da juventude reforça a visão do Estado e não da sociedade civil, e que a cidadania no Brasil ainda assume uma condição de passividade, pois a maior parte dos/as jovens cidadãos/ãs não atuam em defesa de seus interesses.

6. CONCLUSÕES

‘A juventude’ como tal (não os jovens) é um produto histórico resultado de relações sociais, relações de poder, relações de produção, que geram este novo ator social (BALARDINI, p. 12). Nesse sentido, a compreensão da juventude enquanto categoria social vem sofrendo transformação tão drástica que chega a gerar questionamento sobre a sua própria condição de categoria social (TOURRAINE, 1996).

A prática de homogeneização da juventude, que esconde diferenças em relação ao processo de constituição de identidades sociais e de configuração da realidade em que vive, leva diversos autores, como Quapper (2000) e León (2004), a afirmarem que o correto é se referir a “Juventudes”. Apesar de reconhecer as diferentes realidades vivenciadas pela juventude no Brasil, percebe-se que, enquanto ator coletivo, ela faz parte de um grupo social concreto, como define Mannheim (1982). E pode ser compreendida como categoria social que se torna, ao mesmo tempo, “uma representação sociocultural e uma situação social” (GROPPO, 2000, p.7). Tal concepção permite defini-la como uma categoria social, “interclassista e comum a ambos os sexos, definida por uma condição específica que demarca interesses e necessidades próprias, desvinculadas da ideia de transição e suas instituições responsáveis” (ABAD, 2003, p. 23).

Essa visão de juventude permite ainda, que as representações sociais extrapolem as questões psicológicas de adaptação, comportamento, ou moratória predominantes, para em seu lugar, ganhar destaque noções que enfatizam a importância da juventude como cidadã, portadora de deveres e direitos, e protagonista. Essa nova compreensão da juventude tem incidido, sobretudo, nos debates sobre a formulação de políticas públicas e enfatizado a importância da juventude como sujeitos sociais (BALARDINI, 1999; CASTRO, M.G, 2002). Atuam nesse sentido Organismos Internacionais, como UNICEF, BIRD e OIT, recomendando, sobretudo, para América Latina em decorrência da avaliação de que suas democracias são frágeis, o ideário da participação enquanto atores para implementação e gestão de políticas públicas, e também, como agentes fiscalizadores do Estado. Esse ideário tem sido defendido no combate à corrupção e a cultura política autoritária, principalmente, por partidários das concepções alternativas de democracia.

Isso porque, as teorias alternativas de democracia remetem à valorização da política em sentido amplo, que envolve a participação e democratização de espaços locais, como

escola e trabalho, para o cultivo de valores e práticas que sustentam a democracia. Tais valores estariam ausentes da formação da cidadania brasileira, uma vez que, a condição de país colonizado e de desenvolvimento tardio do Capitalismo permitiu essa relação de distanciamento do povo da política. A consequência é um processo inacabado de construção de cidadania na concepção liberal, pois o país desenvolve sua compreensão da política assentado em três colunas de sustentação, identificadas por José Murilo de Carvalho (2004,p. 24) como: a grande propriedade, a escravidão e o patriarcalismo.

Dessa forma, após duas décadas e meia de redemocratização, constata-se a insatisfação dos/as cidadãos/ãs brasileiros/as com a democracia existente. Eles/as demonstram uma profunda descrença nas instituições que constituem o pilar da democracia representativa: os partidos políticos e o Congresso. A sociedade tem buscado formas de participação junto ao Estado, como o Orçamento Participativo e Conselhos Gestores, apontando para a existência de uma democracia de sociedade civil no Brasil, como define Pereira (2000). Contudo, a corrupção, a violência e má qualidade dos serviços públicos são questões que afligem os/as brasileiros/as, levando-os/as a pressionarem e serem pressionados, a provocar mudanças nas práticas políticas vigentes.

Assim, as correntes teóricas alternativas, como a democracia participativa, a democracia deliberativa e o republicanismo cívico representam propostas frente aos limites apresentados pela democracia liberal-pluralista. Isso porque a participação política estimularia a confiança dos cidadãos em sua capacidade de autogoverno, no desenvolvimento de valores morais comuns e de capacidade intelectual. (MILL, 1981; GOLD; 1988, ARENDT, 2004). Essas concepções têm inspirado a formulação de políticas públicas no Brasil e norteiam as ações propostas pela Secretaria Nacional de Juventude, criada em 2005, com o objetivo de coordenar as políticas públicas destinadas, total ou parcialmente, aos jovens. Além de formular novas políticas, que possam atender às demandas específicas da juventude. Com base nesse ideário é importante destacar que a teoria de democracia participativa tem como principal objetivo da sociedade democrática, o desenvolvimento ou habilidade, de exercer ou expandir as capacidades individuais (MACPHERSON,1977).

Pensando nisso, postulou-se a tese de que a participação política da juventude no Brasil tem reforçado o poder do Estado sobre a sociedade civil, ao invés de efetivar valores basilares da democracia, em consequência da forma de construção de políticas públicas centradas nas reivindicações sociais e econômicas. Mantendo, assim, o distanciamento da juventude das políticas, em seu sentido mais amplo, e do Estado, devido à formulação de políticas públicas voltadas para a juventude, ao invés de políticas públicas construídas como

juventude (CASTRO, M & ABRAMOVAY, M; 2002).

Na estrutura da Secretaria Nacional da Juventude é possível observar a criação de um espaço para participação da sociedade, o CONJUVE. Ele tem procurado mobilizar a juventude para discutir suas necessidades e formas de ação nas Conferências Nacionais de Juventude. Uma ação positiva que procura incentivar uma mudança de postura por parte do Estado e da juventude. Uma proposta que procura ampliar o espaço de debate para juventude na sociedade brasileira, e que tem guarida na afirmação de Held (1996) de que “a participação na vida política é necessária não só para a proteção dos interesses individuais, mas também para a criação de uma cidadania informada, comprometida e em desenvolvimento”⁶³ (p. 129).

O CONJUVE em sua proposta, se autodefine como espaço deliberativo, o que tem inspirado vários Conselhos Municipais e estaduais no país a adotarem essa conformação. A deliberação, nesse caso, poder ser vista como prática pedagógica frente à tradição de exclusão da juventude em espaços de decisão. Dessa forma, em seu modelo deliberativo o Conselho pode ser compreendido como um espaço que vai moldar, selecionar, lapidar, e depurar os argumentos de forma racional, para que eles contemplem e expressem a orientação da comunidade (MILLER, 1993; COHEN, 1997).

Entretanto, essa iniciativa, calcada na teoria de democracia deliberativa, como propaga o *site* da Secretaria Nacional de Juventude, encontra dificuldades diversas, como por exemplo, a questão das diferenças econômicas e seus efeitos na produção dos discursos, e no desenvolvimento das capacidades individuais dos/as cidadãos/as. Esse aspecto crítico deve ser considerado, uma vez que, envolve desigualdades de poder expressas nos discursos e nas práticas, como chama atenção Young (1990). Essa reflexão vai ser de extrema importância para pensar no tipo de política de juventude que vem sendo construída no Brasil, principalmente, se for levado em consideração a cultura política e o processo de socialização da juventude brasileira.

A socialização política é compreendida como o conjunto de experiências e interações desenvolvidas ao longo da vida individual que, através de posições adquiridas, traduzidas em expectativas e inclinações em relação ao sistema político, pode assumir a forma de comunicação explícita de valores, sentimento e informações ou, ao contrário, expressar-se como transmissão de atitudes não políticas (ALMOND E POWELL, 1972).

Na pesquisa realizada por Schmidt (2001b) sobre a cultura política dos/as jovens brasileiros/as, ele definiu a juventude como portadora de uma “*cultura política híbrida*”, que valoriza a democracia em sentido abstrato, mas que possui pequena participação política

⁶³ Tradução da autora.

efetiva, marcada pela convivência de traços democráticos e autoritários de descrença e apatia.

Já Baquero & Prá (2007), ao avaliarem a não participação dos/as brasileiros/as na política, apontam para existência de um/a eleitor/a individualista e pragmático/a, cujo comportamento político se guia por princípios pautados em prática de eficácia administrativa e capacidade gerencial do Estado. Essa, por sua vez, é a principal forma de participação política do cidadão-cliente, caracterizado por Bresser Pereira (1998), que implica em uma cultura de participação passiva, onde o cidadão aguarda o chamado do Estado para participar da vida pública, como no período de eleições. Esse mapeamento fica mais rico, se considerado a proposição de Lucas (2004), de que há uma ideologia da antipolítica na cultura política juvenil nopaís.

O processo de socialização, que tem permitido a existência dessa cultura política, tem por base uma visão da juventude calcada no “princípio indiscutível da posição atribuída à criança, e ao jovem, de incapacidade social, política e cultural, posição esta que viabiliza a exclusão da criança e do jovem da participação plena na vida social” (CASTRO. 2001; p. 27). Esse princípio se traduz em uma situação de “confinamento dos jovens na família e na escola”, que os retirou dos processos de decisão social e da cultura (p.14). Tal situação tem se refletido na desconfiança deles gente à política, pois foram marginalizados do processo de construção coletiva. (CASTRO E CORREA,2005).

Essa condição de socialização valoriza a participação enquanto medida de inclusão social dos jovens, que só é possível através da ação – “(...) ação que é emancipatória, ou seja, não há como um sujeito ou, grupo de sujeitos ‘se preparar’ para a ação politicamente sensível, porque a melhor preparação é a própria ação” (ARENDETT, 2004. p.43). Contudo, mesmo que a participação política seja vista como um ato pedagógico, não é possível afirmar que a simples participação de jovens em política ou projetos sociais seja um fator positivo para o desenvolvimento de princípios democráticos. Existem diversas concepções de participação, como a participação passiva do cidadão-cliente, e práticas que podem gerar, ou reforçar, uma cultura política autoritária.

Diante desse cenário, o ideário da participação da sociedade enquanto ator para implementação e gestão de políticas públicas, e também, como agente fiscalizador tem sido apresentado pelo Estado brasileiro. Um dos objetivos é transformar as características das políticas públicas de juventude das décadas anteriores. Elas foram marcadas por forte tendência assistencial no país, canalizadas e justificadas para os chamados “problemas juvenis”, como o caso dos “menores infratores” (PINHEIRO, 2001). Em seu lugar, busca-se promover a construção de uma política pública que reconheça os/as jovens como sujeitos

sociais, protagonistas do desenvolvimento e capazes de construir as políticas que lhes são destinadas **com** o governo. (CASTRO, M. 2002).

Mas, as políticas públicas podem ser definidas, “como conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos. Essas decisões e ações envolvem a atividade política compreendida como um conjunto de procedimentos formais e informais, que expressam relações de poder e se destinam à solução pacífica de conflitos relacionados com bens públicos”. (RUA, 1998, p. 731). Tal concepção ganha contornos especialmente importante em um país como o Brasil, que não resolveu problemas básicos de ordem material, possuindo uma das piores distribuições de renda do mundo, apresentando altos índices de violência, criminalidade e delinquência. O que torna importante a administração de conflitos como forma de controle social.

Dessa forma, a participação da juventude na política pública não pode ser descartada como um mecanismo utilizado para resolução de um problema social, no sentido em que define Abad (2003); que se instala na esfera pública gerando conflitos e demandas, que afetam a convivência social do todo. Nesse sentido, demonstra a peculiaridade de possuir diversos interlocutores que tem se arrogado ao longo da história o direito de falar pelos/as jovens à medida que se sentem afetados ou tocados pelas ‘questões’ da juventude. Tal fato chama atenção para o processo de definição dos interlocutores que vão moldar a política pública de juventude. É do debate e da disputa entre os chamados *policy makers*, ou formuladores de políticas públicas, que serão definidas as concepções e os pontos consensuais sobre os quais as políticas públicas serão instituídas.

Cabe, então, chamar atenção para as visões céticas sobre os fóruns de participação e deliberação como o CONJUVE. A crítica realizada diz respeito, sobretudo, ao problema de legitimidade dos participantes desses Foros, pois eles não representam os mais pobres e excluídos da sociedade. Além, da existência nesses espaços de uma distribuição desigual de poder entre os gestores governamentais, a sociedade civil e os desenhos institucionais dos Foros, que reproduziram as desigualdades do ambiente social e político. Dessa forma, os questionamentos sobre esses espaços de participação se dirigem aos interesses que são representados, sobre a escolha dos participantes, sobre a natureza das relações entre os participantes e grupos sociais que estariam representados, como a juventude (CÔRTEZ, 2006, p. 20)

Tal visão vai de encontro à perspectiva de autores que ressaltam a importância dos Foros participativos destacando a contribuição desses espaços para governabilidade, para melhorar o funcionamento da gestão pública, aliando a participação com a representação

democrática para ampliar espaços deliberativos (CÔRTEZ, 2006). O que levanta a questão da participação da juventude nesses espaços, o reflexo que a participação demonstra na constituição de valores democráticos e a percepção da juventude sobre a atuação do governo, e sobre as políticas voltadas para atender o interesse da juventude.

Tourraine afirma que: “o principal objetivo de uma política de juventude é o de incrementar nos jovens a capacidade de comportar-se como atores sociais, ou seja, de modificar seu entorno social para realizar projetos pessoais” (1998, p. 78-79). Uma Política Nacional de Juventude, que propaga a concepção deliberativa, mas cuja Secretária de execução das políticas não tem o poder de deliberar, e tem em seu principal programa uma ação focalizada nos mais pobres, sem montar uma estratégia ampla de ação que contemple a juventude, aproxima-se mais do que Abad (2003) chama de acepção mais limitada de políticas públicas, ou seja, como instrumento de governabilidade democrática para as sociedades, que diz respeito às interações entre o Estado e o resto da sociedade.

Foi considerando essas questões que as hipóteses foram formuladas, sendo elas: 1) Quanto maior a participação política maior é a tolerância frente às diferenças; 2) Quanto maior a participação política maior é o conhecimento sobre políticas públicas voltadas para juventude; e 3) Quanto pior a percepção sobre as políticas públicas de juventude no Brasil menor será o interesse dos/as jovens por política. Tais hipóteses, ao serem testadas procuraram atingir o objetivo (a) de perceber quais valores culturais e concepções da política têm se estimulado no Brasil; (b) de analisar os tipos e níveis de participação política dos/as jovens brasileiros/as; e (c) verificar a associação entre participação, cultura política e percepção de políticas públicas de Juventude no Brasil.

Visando alcançar esses objetivos adotou-se a metodologia quantitativa para testar as hipóteses mediante cruzamento de variáveis, testes de associação e análise fatorial. Os resultados obtidos apontam para associação em três casos na verificação da primeira hipótese, onde a participação em sindicato, grêmios estudantis e em grupo de esporte e recreação apresentaram associação com as questões: deve haver pena de morte; todos devem expressar suas opiniões; e não vejo problemas que um professor (a) homossexual dê aulas a menor de idade, respectivamente. Nos outros casos testados os resultados obtidos apontam para inexistência de associação entre participação e tolerância frente às diferenças. Sugerindo que o alto nível de tolerância encontrado vincule-se a outras formas de socialização desse valor, e reforçando as pesquisas que apontam a família como espaço privilegiado de socialização (BAQUERO, 1994, 1998, 2007, NAZZARI 2006).

Os registros provenientes do banco de dados IBASE/2008, demonstram que um

grande número de jovens nunca participou junto a instituições que desenvolvem atividades políticas, como os partidos políticos (84,8%); entidades de defesa dos direitos humanos (95,3%); entidades de defesa de grupos ou minorias (95%), ou grupo de defesa do meio ambiente (90,7%). Também, não apresentam um registro significativo de participação junto à associação comunitárias (85,5%), profissional (91,5%), ou estudantil (77,9%). Ocorre uma ligeira melhora na participação da juventude em entidades ligadas ao lazer, ou religiosidade, mesmo assim, o índice de participação não atinge 50% dentre os/as jovens, registrando entre aqueles/as que nunca participaram de uma entidade ligada ao esporte e recreação 54,5% e grupo religioso 51,2%.

Cabe lembrar que a participação política diz respeito tanto às ações diretamente ligadas aos processos eleitorais, como votar ou trabalhar para eleger um candidato, conhecidas como formas de participação convencional; como também participações reivindicatórias, de expressão ou pressão, como greves, ocupações, ou abaixo-assinados, conhecidos como formas de ação não convencional. Deve-se registrar também, que a juventude mostra uma clara concordância com a participação e liderança de jovens em atividades políticas não convencionais. Os/as jovens pesquisados/as ao serem questionados/as sobre a concordância ou discordância da liderança por jovens em fatos ou manifestações como ocupação da Universidade por estudantes reivindicando transparência e honestidade no gasto de recurso público e melhores condições de vida responderam na casa de 86% que concordam totalmente e concordam.

Dos/as jovens que concordam e concordam totalmente com a liderança juvenil de manifestações de estudantes nas ruas pela meia passagem ou passe livre nos transportes coletivos registra-se 88%. Para abaixo-assinados pelas cotas para negro/as nas Universidades públicas registra-se cerca de 72%. Daqueles/as que concordam e concordam totalmente com mobilização de jovens reivindicando abertura de espaços e eventos para práticas culturais, esportivas e de lazer verifica-se a porcentagem de quase 95%. Apenas na participação de jovens nas marchas do Movimento Sem-Terra (MST) reivindicando reforma agrária é que ocorre uma aprovação um pouco menor, mesmo assim, a soma das porcentagens de concordância e concordância total chega a 71,8% das respostas obtidas. Tais índices de aprovação demonstram a tendência dos/as jovens a aprovarem a participação política não convencional. Visto que a aprovação para esse tipo de ação é superior a 50%, para todos os tipos de ação política questionados, fica demonstrado uma predisposição maior do que com as ações políticas convencionais.

Contudo, faz-se necessário observar que existe uma distância entre a intenção e o ato.

O questionamento sobre a participação efetiva da juventude em entidades ou associação registra índices baixos, mas seu desejo de participar demonstra índices melhores. Por exemplo, o mais alto índice expresso pela vontade de participação dos/as jovens volta-se para as atividades esportivas e de recreação (44,3%), seguido da vontade de participar em algum grupo de defesa de meio ambiente, que atinge 41,2%, assim como a vontade de participar em entidades de defesa de direitos humanos (39,5%) ou grupos religiosos(37,9%).

A potencialidade de participação juvenil se expressa na vontade dos/as jovens de participar, contudo, há uma dificuldade para efetivar essa ação. A identificação desse empecilho e ações voltadas para superá-lo pode e deve ser alvo de políticas públicas direcionadas para integração e incentivo a participação da juventude na sociedade. Por hora, fica evidente certo grau de rejeição para atuação política tradicional que registra o pior índice expresso pela vontade de participar 13,8% da juventude.

De qualquer maneira, as formas de participação dos/as jovens cidadãos têm dentre seus objetivos o aprimoramento da representação, o que aconteceria em consequência da qualificação dos/as cidadãos/ãs, que amplificaria o controle sobre os representantes. Tais organizações políticas visam, mais do que substituir o sistema representativo, aperfeiçoá-lo e aproximá-lo ao máximo do conceito de democracia como governo do povo, ou seja, política no sentido substantivo. A qualificação do cidadão/ã jovem implica na aquisição de informação, que ocorreria através da participação e engajamento na comunidade, ou seja, sendo um cidadãoparticipativo.

Dessa forma, os resultados obtidos nos cruzamentos sobre participação política dos/as jovens, com a demonstração do conhecimento sobre a existência de projeto do governo direcionado para o/a jovem no país, exibem uma associação significativa entre essas variáveis. Entidades de defesa dos direitos de minorias (48%), sindicatos (41%) e grupos de defesa do meio ambiente (43%) demonstraram os níveis mais altos de conhecimentos sobre projetos do governo dirigido aos/as jovens. O que leva à comprovação da hipótese. Porém, os dados demonstraram também que a participação em qualquer instituição, não obrigatoriamente as de conotação política, proporciona maior conhecimento de projetos do governo. Dessa forma, mesmo a juventude se mostrando pouco participativa, sua participação em coletivos de qualquer espécie representa um maior acesso à informação.

Mesmo assim, e talvez em decorrência da pouca participação na esfera pública, a juventude brasileira tem pouco conhecimento sobre projetos do governo direcionado ao/a jovem. No total dos/as respondentes apenas 23,5% afirmavam conhecer algum projeto do governo. Dentre os programas mais conhecidos o ProJovem foi o mais citado na ordem de

36%. O que demonstra um alto nível de desconhecimento frente às políticas e programas que compõe a Política Nacional de Juventude. Apesar dessa situação os dados demonstram uma visão muito crítica em relação ao governo. Os cruzamentos resultam em sua maioria na percepção de que o governo detém conhecimento da situação do/a jovem, mas não faz nada a respeito. Assim, a avaliação de ações do governo, que pode ser compreendida como políticas públicas, na percepção dos/as jovens cerca 72% afirmam que o governo conhece as necessidades dos jovens, mas não faz nada. Essa percepção da juventude sobre a postura do governo ganha um peso maior se for considerado que para a maioria dos/as jovens (36,9%), as políticas públicas têm o maior peso para transformação do país.

É possível extrair dos dados que eles podem ser separados em dois componentes de fatores, aqueles que se aproximam de uma participação mais institucional ligada à noção de participação política e uma participação mais cultural vinculada à noção de lazer e esporte. Entre esses dois componentes a percepção do/a jovem sobre o governo melhora dentre aqueles que participam em entidades ligadas a recreação e a religião, ou seja, a participação cultural. Fica evidente uma superioridade nos índices de participação em associações comunitárias (3,6%), sindicatos (3,1%) e partidos políticos (4,6%) em relação às entidades de defesa do meio ambiente (1,6%), direitos humanos (1%), e direitos de minorias (1,3%). Uma explicação plausível para que isso ocorra é que instituições, como partidos políticos, associações comunitárias e sindicatos, por serem mais institucionalizadas, tenham mecanismos de recrutamento mais sofisticados. Além, de serem vinculadas não apenas a questões ideológicas e mobilizarem recursos de poder, mediação e negociação frente a outras instituições, como sindicatos patronais, prefeituras, Assembleias Legislativas, etc, mas oferecem acesso a serviços como planos de saúde, e possibilitarem o acesso a redes clientelistas.

Já as associações típicas da sociedade civil, como as ONGs e entidades que se encontram listadas, muitas vezes, atuam na defesa de interesses diretos de grupos localizados, como é o caso das associações comunitárias. Mesmo quando os interesses defendidos dizem respeito a grupos mais amplos, como acontece com os direitos humanos e o meio ambiente, os interesses parecem difusos e remetem a valores mais amplos e abstratos. Associações desse tipo por terem formações recentes, muitas vezes, possuem poucos recursos para investimento em estruturas e grandes campanhas de filiação. De qualquer forma, o que os dados permitem concluir é que nenhuma das modalidades de participação institucional ou cultural se constitui em atividade realmente atraente e/ou interessante para juventude.

No concernente ao principal programa do governo na Política Nacional de Juventude.

O/a jovem adulto/a, que em sua maioria trabalha por necessidade, como os/as jovens que participaram dessa pesquisa, não pode perceber a política de focalização, representada pelo ProJovem, como uma política de promoção de atores sociais, de capacidade para transformar seu entorno e buscar realizar suas realizações pessoais. Isso porque, talvez, fosse mais apropriado falar em um programa de política de combate ao analfabetismo e a pobreza dos/as jovens.

Dessa forma é possível constatar que as instituições que mais atraem os interesses dos/as jovens não são as de participação institucional ou política, mas aquelas de participação cultural. A baixa participação; o pouco conhecimento das políticas e programas do governo; a percepção de que o governo não faz nada pela juventude; a lógica do esforço pessoal para transformar a vida, visão que se apresenta predominante entre os/as jovens; demonstram a pouca valorização da sociedade civil para essa população. A criação de um Conselho de Juventude, composto por jovens e adultos, que representam entidades de formatos institucionais, e que, normalmente, se caracterizam por formatos burocratizados e hierarquizados de funcionamentos, não despertam o interesse da juventude pesquisada. Tal situação provoca o questionamento sobre a legitimidade e forma de representação juvenil que compõe esses espaços.

A iniciativa do Estado de promover uma política participativa na Secretária Nacional de Juventude, ao mesmo tempo, em que institui um Programa que tem como principal objetivo atender demandas de cunho econômico-social leva a crer que a concepção de participação e deliberação propaganda diz respeito a uma participação política vinculada à lógica da governabilidade, o que não provoca uma transformação na referência de “cidadania”, que caracteriza a vivência cidadã na sociedade brasileira. O somatório dos fatores observados permite confirmar a tese de que a Política Nacional de Juventude não tem reforçado a ação da sociedade civil na construção de uma política **com** a juventude, mas sim aperfeiçoado mecanismos que permitem o Estado melhorar as repostas dadas aos/as jovens cidadãos/ãs para, assim, melhorar as condições de governabilidade no Brasil.

7. REFERÊNCIAS

ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. In: Freitas, Maria Virgínia de & Papa, Fernanda de Carvalho (Org.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert. 2003.

ABU-EL-HAJ. J. O Debate em torno do Capital Social: uma revisão crítica. In: **BIB** – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, N°. 47, 1°. Semestre de 1999, pp.5-94.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil. **IN: REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO**, nº 05, 1997.

_____. **Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, H. W & BRANCO, P. M. (ORG.) Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005; p; 37-71.

ABRAMO, H. W & BRANCO, P. P. M. (ORG.) **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. Estado da questão no Brasil. **In: Juventude e integração sul-americana: caracterizações de situações-tipo e organizações juvenis**. Relatório Nacional do Brasil. Rio de Janeiro: IBASE, Polis, Nov.2007.

ABRAMOVAY, M. et al. . **Gangues, galeras, chegados e rappers** – juventude, violência cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

_____. **Escolas e violência**. UNESCO, Universidade Católica de Brasília, Observatório de Violências nas Escolas. 2003.

ADVERSE, H. Maquiavel, a República e o Desejo de Liberdade. **In: Revista Trans/Form/Ação**, N° 30 – (2). São Paulo, 2007. p.33-52.

ALMOND, Gabriel A; POWELL, Jr. G. Bingham. **Uma teoria política comparada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture Revisited**. Boston, Little, Brown and Company, 1980.

_____. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations** [1963]. California: Sage Publications, 1989.

ALVARADO, S. V.; OSPINA, H. F.; BOTERO, P.; MUNÓZ, G. Las tramas de la subjetividad política y los desafíos a la formación ciudadana en jóvenes. In: **Revista Argentina de Sociología**. Año 6, Nro.11// Noviembre- Diciembre de 2008. p.19-43.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

AQUINO, J. A. de. Socialização e política **In: Sociedade E Cultura**, V. 7, N. 2, JUL./DEZ. 2004, P. 191-205.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. 10 ed. Rido de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia

das Letras, 1979. ARROW, K. *Social choice and individual values*. Yale

University Press, 1953.

AVRITZER, L. **A Moralidade da Democracia**: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática – São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996

AZEVEDO & PRATES, A A P. Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva. **In: Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1991.

BACHRACH, P. *The Theory of Democratic Elitism: A Critique*. Boston: Little, Brown. 1967.

_____. & BOTWINICK, A. *Power and Empowerment: A Radical Theory of Participatory Democracy*. Philadelphia: Temple University Press, 1992.

BALARDINI, S. *Políticas de Juventud: conceptos y la experiencia argentina*. Última Década, n. 10 Viña del Mar, E. CIDPA, 1999.

_____. *De los Jovenes, La Juventud Y Las Políticas de Juventud*. **In: ÚLTIMADÉCADA**. Nº. 13. CIDPA – Viña Del Mar, septiembre. 2000. p.11-24

BANGO, J. “Políticas de Juventude na América Latina: identificação de desafios”; **In: Freitas, Maria Virgínia de & Papa, Fernanda de Carvalho (Org.) Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert. 2003

BAQUERO, M & CUNHA, P. R. C. da, Desconstruindo a cultura política juvenil no Brasil.

In: BAQUERO, R. (ORG.) Agenda jovem: O Jovem na Agenda. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

_____. Política Predatória E Empoderamento Emancipatório Entre Os Jovens Brasileiros: Um Estudo De Socialização Política. **In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO: Educação e Tecnologia: sujeitos (des) conectados? GT 13 – Desafios Contemporâneos Da Educação De Jovens E Adultos**. 17 a 19 de agosto de 2009. www.unisinos.br/eventos/congresso_educacao.

_____. A Corrupção como Limite à Participação Política Juvenil: um estudo em democracias sulamerinas. **In: BAQUERO, R. E NAZAARI, R. (ORG.) Formas de (Ex) Pressão Juvenil e (In) Visibilidade Social**. Cascavel: Coluna do Saber, 2010.

BAQUERO, M. & PRÁ, J. **Democracia brasileira e cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

BAQUERO, M. **Democracia e Desigualdade na América Latina**: Novas Perspectivas.

Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. **Pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. BAQUERO, M. (Org.) –Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. Democracia, Cultura e Comportamento Político: uma análise da situação brasileira. **In:** PERISSINOTTO, R. M. & FUKS, M. (Orgs.) **Democracia Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. Cultura Política Participativa e Desconsolidação Democrática: Reflexões Sobre O Brasil Contemporâneo. **In:** SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, Vol. 15, Nº. 4. 2001, p. 98- 104.

_____. [et al]. **A Construção da democracia na América Latina:** estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política. Porto Alegre/Canoas. Ed. Universidade/UFRGS/Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1998.

_____. [etal]. **Cultura política e democracia:** os desafios da sociedade contemporânea. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

BAQUERO, M & BAQUERO, R. Trazendo o cidadão para a arena pública: Capital Social e empoderamento na produção de uma democracia social na América Latina. **In:** REVISTA REDES - Santa Cruz do Sul, Vol.12, Nº.1; jan./abr 2007; p. 125 -150.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. **In:** REVISTA REDES/UNISC. Vol. I, nº. I, 2006.

_____. Jovens e participação sociopolítica – em que paradigma de participação suas ações se inserem? **In:** BAQUERO, R. V. A. **Agenda Jovem:** o jovem na agenda. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. p. 123-142.

BARBER, B. R. **Strong Democracy: Participatory Democracy for a New Age**. Berkeley: University of California Press, 1984.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada as Ciências Sociais**. Quinta Edição. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

BENDIX, R. **Construção Nacional e Cidadania**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. - (Clássicos; 5)

BENEDICT, R. **Patterns of Culture**. New York: Houghton Mifflin, 1934.

BERGER, P. T.; LUCKMANN, T. **A Construção Social Da Realidade**. 12. Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

BOBBIO, N. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

_____. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BONDER, G. *La Construcción de las mujeres jóvenes en la investigación social*. In: **VI Anuario de Investigaciones**. Buenos Aires: Facultad de Psicología, Universidad de Buenos Aires. 1999.

BONVILLANI, A.; PALERMO, A. I.; VÁZQUEZ, M.; VOMMNARO, P.; *Juventud y Política en la Argentina (1968-2008)*. Hacia la construcción de un estado del arte. In: REVISTA ARGENTINA DE SOCIOLOGIA. AÑO 6 – N° 11, Noviembre-Diciembre de 2008, p. 44-73.

BRAGA, Viviana. Jovens entre 20 e 29 anos são as principais vítimas da violência urbana. Reportagem com informações do Ministério da Saúde (24/12/2010). Disponível na Internet: <http://portaldaclube.globo.com/noticia.php>.

BRASLAVSKY, C. *Estudios e investigaciones sobre juventud en América Latina: balance y perspectivas*. In: RODRÍGUEZ, E.; OTTONE, E. (comp.). **Mitos, certezas y esperanzas: Tendencias de las investigaciones sobre juventud en América Latina**. Montevideo: CELAJU-UNESCO, 1989; p. 17-48.

BROHMAN, J. *Public Deliberation: Pluralism, Complexity, and Democracy*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press, 1996.

BRESSER-PEREIRA, L C. Da Política De Elites À Democracia De Sociedade Civil. In João Paulo dos Reis Velloso, (Org.) (2000) **Brasil 500 Anos Futuro, Presente, Passado**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2000: 517-538.

_____. **Reforma do Estado para Cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo: Editora 34, 1998.

BUCHANAN, J. M. *The limits of liberty: between anarchy and Leviathan*. Chicago University Press, 1977.

BUCKINGHAM, D. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Loyola, 2007.

CAMPOS, G. M. **Estatística Prática Para Docentes E Pós-Graduandos**. Disponível In: http://www.forp.usp.br/restauradora/gmc/gmc_livro/gmc_livro.html

CARDOSO, R. **JUVENTUDE: CONCEITOS E VISÕES**. Encontro Estadual de Políticas Públicas de Juventude – SP. MESA 1. 28/07/04. p. 15-21. Disponível na internet em 02/2009.

CARNOY, M. (Org.) **Estado e Teoria Política**. Campinas, SP: Papirus, 1986.

CARVALHO, J. M. Fundamentos Da Política E Da Sociedade Brasileiras. In: AVELAR, L. & CINTRA, A. O. (Org.) **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP Ed., 2004

_____. Cidadania, Estadania, Consumismo: os impasses da democracia. In: FRIDMAN, L. C. (ORG.) **Política e Cultura: Século XXI – Rio de Janeiro: Relume Dumará: ALERJ, 2002.**

_____. **Acidadianiano Brasil: o longo caminho. Civilização Brasileira. 1ª ed. Riode**

Janeiro- RJ. 2001.

_____. Cidadania na encruzilhada. **In:** BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a república*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

_____. **A Construção da Ordem e Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

CASTRO, L. R. de. Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. **In:** CASTRO, L. R. de (ORG.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. 1 ed. – Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ, 2001.

CASTRO, L & CORREA, J. Juventudes, transformações do contemporâneo e participação social. **In:** CASTRO, L & CORREA, J (ORG.) **Juventude Contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais**. Coleção Infância e Adolescência no Contemporâneo. Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ, 2005.

CASTRO, M. G.. O que dizem as pesquisas da UNESCO sobre juventudes no Brasil: leituras singulares. **In:** NOVAES, Regina Reys; PORTO, Marta, HENRIQUES, Ricardo (Org.) **Juventude, Cultura e Cidadania**. Comunicações do ISER, ano 21, edição especial, 2002, p.63-90.

_____. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero, raça, na classe, focalizando juventude. **In:** NOVAES E VANNUCHI (ORG.) **Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____ & ABRAMOVAY, M. **Por um Novo Paradigma do Fazer Políticas: Políticas de/para/com juventudes**. (Relatório da UNESCO – 2002) e **In:** REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO, Vol.19, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n2_2002/vol19_n2_2002_4artigo_p19_a46.pdf. Acesso as 18h de ago/2009.

CASTRO, M. M. M. de. O comportamento eleitoral no Brasil: diagnóstico e interpretações: **In:** TEORIA E SOCIEDADE. Belo Horizonte, n.1, p. 126-168, 1997.

CDES - BALANÇO DE ATIVIDADES, Brasília. 2005.

COHN, A. O Modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude? **In:** NOVAES E VANNUCHI (ORG.) **Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

COHEN, J. *Deliberation and democratic Legitimacy*. **In:** BOHAMAN, J; REG, W. (Eds). **Deliberative Democracy: Essays on reason and Politics**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press, 1997.

CÔRTEZ, S. M. V. *Foros Participativos y Gobernabilidad: Uma Sistematización de las contribuciones de la literatura*. **In:** LUBAMO; COELHO; MELO (COMP.) **Diseño Institucional y Participación Política: experiencias en el Brasil contemporáneo**. 1ª. Ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales –CLACSO: Fundação Joaquim Nabuco. El Núcleo de Opinião e Políticas Públicas, 2006.

CUNNINGHAM, Frank. Teorias da democracia: uma introdução crítica. Tradução de Delmar José Volpato Dutra. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CUNHA, Patrícia R. C. Da, **A participação do Banco Mundial na formação cidadã dos jovens cearenses**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS. 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/12094>

_____. O Programa Primeiro emprego e a Cidadania do Jovem no Brasil. **In: ESPINOSA, B. Y PRONKO, M. (ORG.) Mundos del trabajo y políticas públicas en América Latina – FLACSO ECUADOR; MINISTERIO DE CULTURA. 2008. p.111-124.**

DAGNINO, E. Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania. **In: DAGNINO, E. (Org.). Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil**, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

DAGNINO, E, OLIVERA, A. J e PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. **In: A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo, SP. Editora Paz e Terra, 2006.

DAHL, R. A. **Poliarquia** – São Paulo, Edusp, 1997.

_____. **Um prefácio à teoria democrática** [1956]. Rio de Janeiro: José Zahar, 1989.

_____. **Um prefácio à democracia econômica**. Rio de Janeiro:

Jorge Zahar, 1990. DEWEY, Jonh. Teoria da vida moral. São Paulo : Ibrasa, 1964.

159p.

_____. Liberalismo, liberdade e cultura. São Paulo : Nacional, : USP, 1970. 261p.

DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **In: REVISTA USP**. São Paulo, nº 17, p.86-101, mar/abr/mai. 1993.

_____. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **In: Tempo Social**, Vol.15, n.2, São Paulo: Nov./2003.

DRYZEK, J. S. **Discursive Democracy: Politics, Policy, and Political Science**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990.

_____. **Deliberative Democracy and Beyond: Liberals, Critics, Contestations**. Oxford, Oxford University Press, 2000.

DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. Tradução de Paulo Neves; revisão da tradução Eduardo Brandão. Segunda Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção tópicos)

EASTON, D. **The new revolution in political science**. **In: American Political Science Review**. Los Angeles, Vol. LXII, Nº 3, 1969.

EVANGELISTA, João Emanuel. Pensamento Social Brasileiro. Neoliberalismo e Pós-Modernismo: algumas relações óbvias. **In: As Ciências Sociais: Desafios do Milênio**. Org: Vânia de Vasconcelos Gico, José Antônio Spinelli Lindoro, Pedro Vicente Costa Sobrinho.

Natal-RN: EDUFRN, 2001.

EVANS, P. **Autonomía e Parceria:** Estados e Transformação Industrial. Rio de Janeiro, UFRJ, 2004. Coleção: Economia e Sociedade.

FAORO, R. **A República Inacabada.** São Paulo: Globo, 2007.

FIGUEIREDO, D. & SILVA, J. Visão além do alcance: uma introdução a análise fatorial. *Opinião Pública*, Campinas, vol.16, n.1, junho, 2010, p. 160-185.

FRAGA, P. C. P. Política, isolamento e solidão: práticas sociais na produção da violência contra jovens. **In:** SALES, M. A.; MATOS, M. C de; LEAL, Ma. C. (ORG.) **Política social, família e juventude:** uma questão de direitos – São Paulo: Cortez, 2004.

FREITAS, Ma. V. de & PAPA, F de C. (Org). **Políticas Públicas:** Juventude em Pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **In:** PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS, Brasília, IPEA, Nº. 21, jun., 2000.

FERREIRA, Marcelo Costa. A participação política e os seus determinantes sócio-econômicos: as regiões metropolitanas brasileiras – 1988-1996. **In:** OPINIÃO PÚBLICA. Campinas: Cesop, v. 5, n.2, p. 76- 86, junho, 1999.

_____. Participação e comportamento político no Estado de São Paulo, 1990. **In:**OPINIÃO PÚBLICA. Campinas: Cesop, v. 6, n.2, p. 252-266, outubro,2000.

FIGUEIREDO, D. & SILVA, J. Visão além do alcance: uma introdução a análise fatorial. **In:** **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol.16, n.1, junho, 2010, p. 160-185.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem.** Trad. Aulyde Soares Rodrigues, Ed. Rocco, Rio de Janeiro, 1992.

GAPI/UNICAMP (2002). **Metodologia de Análise de Políticas Públicas.** Disponível na internet: <http://www.oei.es/salactsi/rdagninos.html>.

GARRETÓN, M. A. [et. al.]. **América Latina no Século XXI:** em direção a uma nova matriz sociopolítica. Tradução de Ximena Simpson. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

_____. *Central problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis.* London: Macmillan, 1979.

GOHN, G. (Org.). **Weber.** Coleção *Grandes Cientistas Sociais*, nº 13. São Paulo: Editora Ática, 1996.

GOMES, M. A. O. Enfoque Participativo. Outubro, 2005. Disponível em http://scholar.google.com.br/scholar?q=Enfoque+participativo,+ortiz&hl=ptBR&as_sdt=o%as_vis=1&oi=scholart.

GOULD, C. *Rethinking Democracy - Freedom and Social Co-Operation in Politics, Economy, and Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

GROPPO, L. A. **Juventude**: Ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia**: entre a facticidade e validade. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 2 Vols. 1992.

_____. "Soberania popular como procedimentos". In: **Novos Estudos CEBRAP**. N°26, 1990.

_____. **TeoriadelaaccióncomunicativaI**-Racionalidaddelaacciónyracionalización social. Madri: Taurus, 1987a.

_____. **TeoriadelaaccióncomunicativaII**-Críticadelarazónfuncionalista. Madri: Taurus, 1987b.

_____. **Mudançae estruturaldaesferapública**. RiodeJaneiro, TempoBrasileiro, 2vols. 1984.

HAIR, J. [et. al.]. *Análise Multivariada de Dados*. Sexta Edição. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HAM, C. & HILL, M. *The Policy Process In The Modern Capitalist State*. Londres, 1993.

Roger Hart

HELD, D. *Modelos de Democracia*. Madrid: Alianza, 1996.

HOPENHAYN, M. **América Latina desigual y descentrada**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005.

HUNTINGTON, S. P. **A terceira onda**: a democratização no final do Século XX. São Paulo: Editora Ática S. A, 1994.

IBASE-2008. Pesquisa Sobre Juventudes No Brasil. ABRAMO, H. (coordenação técnica); SOUTO, A. L. S. (coordenação); FACCHIN, R. (pesquisadora); NASCIMENTO, E. (colaboração). Projeto: **Juventudes Sul-americanas**: diálogos para construção da democracia regional. RELATÓRIO NACIONAL BRASIL. IBASE/INSTITUTO POLIS – 2008.

_____. 2006. Relatório Global **Juventude Brasileira e Democracia**: participação, esfera e políticas públicas – 1 Metodologia. IBASE. Jan. 2006.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 2000.

IPEA. Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), 2010. Disponível na Internet: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?10417>

JOHN, P. **Analysing public policy**. Londres, Pinter. 1999.

KAUFMAN, A. S. “*Human nature and participatory democracy*”. In: CONNOLLY, William E. (ed.) **The Bias of Pluralism**, New York: Atherton Press, 1996. p.174-200.

KINZO, M^a. D’A. G. Partidos, Eleições E Democracia No Brasil Pós-1985. In: **Revista Brasileira De Ciências Sociais** - VOL. 19- Fev - N^o. 54. 2004

KRAUSKOPF, D. Dimensiones críticas en la participación social de las juventudes. In: BALARDINI, S. (Comp.). **La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p.119-134.

KRISCHKE, P. Juventude e socialização no sul do Brasil. In: KRISCHKE, P. (Org.) **Juventude, Ecologia e Cultura Política**. 2000.

_____. Cultura política: Convergências e diferenças em Porto Alegre e Curitiba, In: REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS. n^o 35, UFSC. 2004.

_____. Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática. In: ABRAMO, H. W & BRANCO, P. P. M. (ORG.) **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2005. p. 323-350.

KUSCHNIR, K. E CARNEIRO, L. P. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da política In: Estudos Históricos. São Paulo. 1999, p. 227-250. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download>

LECHNER, N. Os novos perfis da política: Um esboço. In: BAQUERO, M. (Org.), **Cultura política e democracia: Os desafios das sociedades contemporâneas**. Porto Alegre: UFRGS. 1994, p. 11-24

LEÓN, O. D. *Da agregação programática à visão construtiva de políticas de juventude*. In: FREITAS, M^a. V. & PAPA, F. C. (ORG.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. - São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

LODI, C. A. & SOUZA, S. J e. Juventude, cultura hip-hop e política. In: CASTRO, L & CORREA, J (ORG.) **Juventude Contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais**. Coleção Infância e Adolescência no Contemporâneo. Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ, 2005.

LUCAS, J. I. P.. **Juventude e antipolítica no Brasil: um estudo de cultura política e ideologia**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre. 2004.

_____. Orçamentoparticipativo, capitalsocialeantipolítica: umestudodecasoemCaxiasdo Sul. In: BAQUERO, M. (ORG.) **Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.180-207

LUBAMBO, C. W. Y COÊLHO, D. B. Gobierno Y Sociedad Civil Aprenden: Qué Revela la

experiencia Reciente de Participación En Pernambuco? **In:** LUBAMO; COELHO; MELO (COMP.) *Diseño Institucional y Participación Política: experiencias en el Brasil contemporáneo*. 1ª. Ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO: Fundação Joaquim Nabuco. El Núcleo de Opinião e Políticas Públicas, 2006.

MACPHERSON, C.B. A democracia Liberal – origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

MANNHEIM, Karl. "O problema sociológico das gerações", In Marialice M. Foracchi (org), Karl Mannheim: Sociologia, São Paulo, Ática, 1982. pp. 67-95.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. SP. Martins Fontes, 1996.

_____. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo.

MartinsFontes,2007.MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar,1967.

MARTINS, A. de C. Conselho de direitos: democracia e participação popular. **In:** SALLES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, Ma. C. (ORGS.). **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos** – São Paulo: Cortez, 2004. p.189-206

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos** [1914]. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

MIGUEL, L F. Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento. **In:** **BIB** (Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais), São Paulo, Nº 59, 1º Semestre de 2005.PP.5-42.

_____. Impasses Da *Accountability*: Dilemas E Alternativas Da Representação Política,**In:** Rev. Sociologia e Política. nº. 25. Curitiba –SC - Nov.2005.

MILL, J. S. **Considerações sobre o Governo Representativo**. Brasília: UnB, 1981.

MILLER, D. *Deliberative Democracy and Social Choice*. **In:** HELD, D. (ed.) *Prospects for Democracy*. Standfort: Stanford University Press, 1993.

MOISÉS, J. Á. Democratização e Cultura de Massas no Brasil. **In:** LUA NOVA – REVISTA DE CULTURA E POLÍTICA. São Paulo: CEDEC, n. 26, p. 5-51, 1992.

_____. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidadedemocrática**.– Ed. Ática – 1995. Col. Ensaio142.

MOURA, S. A gestão do desenvolvimento local: estratégias e possibilidades de financiamento. In: **Organização e Sociedade**, Salvador. V. 5 nº12, maio/ago.1998.

NASCIMENTO, M. M. Rousseau: da servidão à liberdade. **In:** WEFFORT, F. C. (ORG.) **Os Clássicos da Política**. São Paulo. Editora Ática. 2000. Vol. 1.

NAZZARI, R. K. **Juventude brasileira: capital social, cultura e socialização política**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

_____. **Socialização política e construção da cidadania no Paraná 1993-1994**.Porto

Alegre. Dissertação de Mestrado em Ciência política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1995.

NAZZARI, R. K. & LUZ, P.P. O Capital Social como Instrumento de Enfrentamento da Violência Infanto-Juvenil em escola de Periferia. **In:** BAQUERO, R & NAZZARI, R. K. (ORG.). **Formas de (Ex)Pressão Juvenil e (In)Visibilidade Social** – Cascavel: Coluna do Saber, 2010.

NORTH, D. A transaction cost theory of politics. *JOURNAL OF THEORETICAL POLITICS*, 2: 355-367, 1990.

NOVAES, R. Juventude, Exclusão e Inclusão Social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. **In:** FREITAS, Ma. V. de, PAPA, F. C. (ORG.). **Políticas Públicas: juventude em pauta** - São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

NOVAES, R & VANNUCHI, P. (Orgs). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2004.

NUN, José. **Democracia: gobierno del pueblo o gobierno de los políticos?** Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000.

O'DONNELL, G & SHMITTER, P. C. **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

_____. **Transições, continuidades e alguns paradoxos**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1998a.

O'DONNELL, G. Hiatos, instituições e perspectivas democráticas. **In:** Reis, F. W. & O'Donnell, G. **A democracia no Brasil; dilemas e perspectivas**. São Paulo. Vértice. 1988.

OFFE, C. Problemas estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OIT. Desemprego Juvenil no Brasil: em busca de opções a luz de algumas experiências internacionais. Segunda Edição. Brasília: OIT, 2001. p.90. Disponível na Internet: http://www.oitbrasil.org.br/info/publ_result.php.

OPPO, Ana. Socialização política. **In:** Bobbio, N. [et all] (Orgs). **Dicionário de Política**. Vol. 2; Brasília: Editora Unb, 1986.

PASQUINO, G. Comportamentismo. **In:** BOBBIO, N. [et all] (Orgs). **Dicionário de Política**. Vol. 1; Brasília: Editora UnB, 2000.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERCHERON, A. *La formation politique de l'individu*. **In :** PARODI, J-L. **La politique**. Paris. Hachette, 1972.p.142-168.

PEREZISLÁS, J.A.P. Trazos Para Un Mapa De La Investigación Sobre Juventud En

América Latina. **In:** SOCIOLOGIA Papers, 79, 2006 p. 145-170

PERREIRA, A. SPSS – Guia prático de utilização, análise de dados para ciências sociais e psicologia. Terceira Edição. Lisboa: Edições Sílabo, 2002.

PEREIRA, A. F. (com colaboração de Elizeu de Oliveira Chaves Júnior). “Educação, Formação e Empregabilidade: algumas questões e opções para combater o desemprego juvenil”, **In:** Organização internacional do Trabalho. Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais. 2. ed. - Brasília: OIT. 2001.

PESTANA, M. H. & GAGEIRO, J. A. **Análise de dados para ciências Sociais:** a complementariedade do SPSS. Terceira Edição Revista e Atualizada. Lisboa: Edições Sílabo, 2003.

PIAGET, Jean. O juízo moral na criança [1932]. São Paulo: Editora Summus, 1994.

PINHEIRO, A. de A. A. A Criança e o adolescente como sujeitos de direitos: emergência e consolidação de uma representação social no Brasil. **In:** CASTRO, L. R. de (ORG.). **Crianças e jovens na construção da cultura.** 1 ed. – Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ, 2001. p. 45-68.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano (2004):** Liberdade cultural num mundo diversificado. Tradução de José Freitas e Silva. New York, USA, PNUD, 2004. Disponível na Internet: <http://www.pnud.org.br/rdh/>

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego:** a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro – 2ª ed. – São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

_____. Juventude em busca de novos caminhos. **In:** NOVAES, R & VANNUCHI, P. (Orgs). **Juventude e Sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2004

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político.** (trad. Fabio Fernández, org. MICELI, S.). São Paulo: Edusp, 2003.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia:** a experiência da Itália moderna. 4ª. Ed – Rio de Janeiro: Ediotra FGV, 2005.

QUAPPER, K. D. Juventud o Juventudes? Acerca De Como Mirar Y Remirar La Juventud De Nuestro Continente. **In:** ULTIMA DÉCADA, N°13, CIDPA Valparaíso, Septiembre, 2000, p. 59-77.

RACZYNSKI, D. La crisis de los viejos modelos de protección social en América Latina: nuevas alternativas para enfrentar la pobreza”. **In:** TOKWAN, V., O’DONNEL, G. (ORGS). **Pobreza y Desigualdade em América Latina: temas y nuevos desafios.** Editorial Paidós, Buenos Aires, 1999.

RENNÓ JR, Lúcio R. Revisitando a corrente dominante da teoria da cultura política. **In:** Pós: Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Brasília, n° 1, 1997.

ROUSSEAU, J-J. **Do Contrato Social**. São Paulo: Martin Claret, 2000. (Coleção Obra-Prima de Cada Autor).

RUA, Ma. das G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90, In: CNPD. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. 1998. Brasília. 2. v.

RUIZ, O. A. Los Estudios Sobre Juventud En Chile: Coordenadas Para Un Estado Del Arte. In: ULTIMA DÉCADA, Nº31, CIDPA Valparaíso, Diciembre 2009, p. 109-127.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SADEK, M. T. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna e o intelectual de virtù. In: WEFFORT, F. C. (ORG.) **Os Clássicos da Política**. São Paulo. Editora Ática. 2000. Vol. 1.

SALLUM JR, B. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do Século XX. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 52, junho/2003; p.35.

SANDEL, M. *Liberalism and the Limits of Justice*. 2ª. Ed. Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

SANTOS, B. S; AVRITZER, L. Para ampliar o Cânone Democrático. In: SANTOS, B. S (ORG.) **Democratizar a Democracia**. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, W. G. dos. **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

_____. **Cidadania e justiça**: as políticas sociais na ordem brasileira. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SARTI, C. A. O Jovem na Família: o outro necessário. In: NOVAES, R & VANNUCHI, P. (Orgs). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2004.

SCHMIDT, J. P. Equilíbrio de baixa intensidade: capital social e socialização política dos jovens brasileiros na virada do Século. In: **Reinventando a Sociedade na América Latina**: cultura política, gênero, exclusão e capital social. BAQUERO, M. (Org). Porto Alegre/ Brasília: Ed Universidade/UFRGS/ Conselho Nacional dos Direitos da mulher (CNDM), 2001a.

_____. **Juventude e Política no Brasil**: a socialização política dos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: EDUNISC-RS, 2001b.

_____. Os jovens e a construção de capital social no Brasil. In: BAQUERO, M. (ORG.) **Democracia, juventude e capital social no Brasil** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. (Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann) — Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. Disponível em:

OrdemLivre.org, http://www.psicologoheverersonjuarez.com.br/wpcontent/uploads/2010/06/Jo_seph-schumpeter-csd.pdf.

SEN, A. K. **Desigualdade Reexaminada**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução de Marcos Santarrita. Décima Quarta Edição. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SIGEL, R. S. **Political Learning in Adulthood**: a Sourcebook of Theory and Research. Chicago. University of Chicago Press. 1989.

_____. **Nonparametric Statistics for the Behavioral Sciences**. McGraw-Hill Book Company. New York, Toronto, Londres. 1956.

SINGER, P. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. **In**: ABRAMO, H. W & BRANCO, P. P. M. (ORG.) **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2005, p. 27-35.

SILVA, E. R. A. da; ANDRADE, C. C. de. A Política Nacional de Juventude: Avanços e Dificuldades. **In**: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. Ma. C. de; ANDRADE, C. C. de (ORGS.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil** – Brasília: Ipea, 2009. p. 44-69.

SILVA, M. K. Sociedade Civil e democratização da gestão pública no Brasil. **In**: Trabalho apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS. ST 23, Caxambu, mimeo. 2004.

SKINNER, Q. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. 1ª ed. São Paulo: Cia da Letras, 1996.

_____. **Maquiavel**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

SINGER, P. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. **In**: ABRAMO, H. W & BRANCO, P. P. M. (ORG.) **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2005, p. 27-35.

SOUZA, J T P. As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído. **In**: CADERNOS DE PESQUISA.; Pós-Graduação de Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina; N°. 32, ou/2002.

SOUZA, J. **A Construção Social da Subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora da UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SOUZA, R. M de. **O Discurso do Protagonismo Juvenil** – São Paulo: Paulus, 2008. (Coleção Ciências Sociais).

SPOSITO, M. P. (COORD.) **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), – Belo Horizonte, MG: Argumentvm, 2009. Volumes 1 e 2.

_____. **Os Jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São

Paulo: Ação Educativa, 2003.

SPOSITO, M. P. & CARRANO, P. C. R. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: Revista Brasileira de Educação. Set/out/nov/dez. 2003. Nº. 24 (p.16-39)

SUNSTEIN, C. R. *Democracy and the Problem of Free Speech*. New York: The Free Press, 1993.

TOCQUEVILLE, A. de; **A Democracia na América: Leis e Costumes**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOURAINÉ, Alain. D. Juventud y Democracia en Chile. **In:** REVISTA IBEROAMERICANA DE JUVENTUD. Nº. 1, Madrid: Ed. Organización Iberoamericana de Juventud. 1996.

TSE - Estatísticas do Eleitorado. WEB: <http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes.2010.htm>

VITULLO, G. E. **Teorias Alternativas da Democracia: Uma Análise Comparada**. Dissertação de Mestrado defendida no PPG-CPOL da UFRGS. Porto Alegre, 1999.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: Ed. UNB. 1994.

WEFFORT, F. (Org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Editora Ática, 2000 (Vol. 1, 2).

YOUNG, I. M. *Justice and the Politics of Difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990.

_____. **Inclusion and democracy**. Oxford, Oxford University.2000.

ZANETTI, Hermes. **Juventude e revolução: uma investigação sobre a atitude revolucionária juvenil no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SITES:

<http://www.secretariageral.gov.br/Juventude>
<http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/Cons>
<http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/Proj>

2º ENCONTRO NACIONAL DE CONSELHOS DA JUVENTUDE – BRASÍLIA/DF.
 MAPA DE CONSELHOS DE JUVENTUDE DO BRASIL –2010.

9. ANEXOS

1. Quadro de distribuição original do universo e distribuição praticada na amostra.
IBASE, 2008. Relatório Brasil – Pesquisa sobre JuventudesnoBrasilI
2. Dicionário de Variáveis do Arquivo Base da Pesquisa Juventude 2008
Brasil.....II AXXIV

Anexo I –

1. Quadro de distribuição original do universo e distribuição praticada na amostra:

Distribuição Original		Número de abs	Percentual
GRUPO 1	18 a 29 anos	40.037.536	31,3%
GRUPO 2	30 anos ou mais	87.915.892	68,7%
	TOTAL	127.953.428	100,0%

Distribuição Original		Entrevistas	Percentual
GRUPO 1	18 a 29 anos	1750	50,0%
GRUPO 2	30 anos ou mais	1750	50,0%
	TOTAL	3500	100,0%

Fonte: IBASE, 2008. RELATÓRIO BRASIL-PESQUISA SOBRE JUVENTUDE NO BRASIL (p.5)

Anexo II –

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL	UNIDADE	LABELS / CATEGORIAS
CHC_5	Indicador de identificação de produtos em outros países da América do Sul	1 Indicação	
AR_PAS	Ja esteve na Argentina e passou?	2 Freqüência	1 Não
AR_TRAB	Ja esteve na Argentina a trabalhar?	3 Não	1 Sim
AR_EST	Ja esteve na Argentina a estudar?	4 Não	1 Sim
AR_NUNC	Nunca esteve na Argentina	5 Não	1 Sim
BOL_PAS	Ja esteve na Bolívia e passou?	6 Não	1 Sim
BOL_TRAB	Ja esteve na Bolívia a trabalhar?	7 Não	1 Sim
BOL_EST	Ja esteve na Bolívia a estudar?	8 Não	1 Sim
BOL_NUNC	Nunca esteve na Bolívia	9 Não	1 Sim
CHL_PAS	Ja esteve no Chile e passou?	10 Não	1 Sim
CHL_TRAB	Ja esteve no Chile a trabalhar?	11 Não	1 Sim
CHL_EST	Ja esteve no Chile a estudar?	12 Não	1 Sim
CHL_NUNC	Nunca esteve no Chile	13 Não	1 Sim
PER_PAS	Ja esteve no Peru e passou?	14 Não	1 Sim
PER_TRAB	Ja esteve no Peru a trabalhar?	15 Não	1 Sim
PER_EST	Ja esteve no Peru a estudar?	16 Não	1 Sim
PER_NUNC	Nunca esteve no Peru	17 Não	1 Sim
URU_PAS	Ja esteve na Uruguai e passou?	18 Não	1 Sim
URU_TRAB	Ja esteve na Uruguai a trabalhar?	19 Não	1 Sim
URU_EST	Ja esteve na Uruguai a estudar?	20 Não	1 Sim
URU_NUNC	Nunca esteve na Uruguai	21 Não	1 Sim
AS_PAS	Ja esteve em outro país da América do Sul e passou?	22 Não	1 Sim
AS_TRAB	Ja esteve em outro país da América do Sul a trabalhar?	23 Não	1 Sim
AS_EST	Ja esteve em outro país da América do Sul a estudar?	24 Não	1 Sim
AS_NUNC	Nunca esteve em outro país da América do Sul	25 Não	1 Sim
OP_PAS	Ja esteve em algum país de outro continente e passou?	26 Não	1 Sim
OP_TRAB	Ja esteve em algum país de outro continente a trabalhar?	27 Não	1 Sim
OP_EST	Ja esteve em algum país de outro continente a estudar?	28 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em algum país de outro continente	29 Não	1 Sim
PAQ_PAS	Paraguai passou na Argentina?	30 Não	1 Sim
PAQ_P_TRAB	Paraguai trabalhou na Argentina?	31 Não	1 Sim
PAQ_P_EST	Paraguai estudou na Argentina?	32 Não	1 Sim
BO_P_PAS	Paraguai passou na Bolívia?	33 Não	1 Sim
BO_P_TRAB	Paraguai trabalhou na Bolívia?	34 Não	1 Sim
BO_P_EST	Paraguai estudou na Bolívia?	35 Não	1 Sim
CH_P_PAS	Paraguai passou no Chile?	36 Não	1 Sim
CH_P_TRAB	Paraguai trabalhou no Chile?	37 Não	1 Sim
CH_P_EST	Paraguai estudou no Chile?	38 Não	1 Sim
PA_P_PAS	Paraguai passou no Paraguai?	39 Não	1 Sim

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL	UNIDADE	LABELS / CATEGORIAS
PA_P_PAS	Paraguai passou no Paraguai?	40 Não	1 Sim
PA_P_TRAB	Paraguai trabalhou no Paraguai?	41 Não	1 Sim
PA_P_EST	Paraguai estudou no Paraguai?	42 Não	1 Sim
UR_P_PAS	Paraguai passou no Uruguai?	43 Não	1 Sim
UR_P_TRAB	Paraguai trabalhou no Uruguai?	44 Não	1 Sim
UR_P_EST	Paraguai estudou no Uruguai?	45 Não	1 Sim
AS_P_PAS	Paraguai passou em outro país da América do Sul?	46 Não	1 Sim
AS_P_TRAB	Paraguai trabalhou em outro país da América do Sul?	47 Não	1 Sim
AS_P_EST	Paraguai estudou em outro país da América do Sul?	48 Não	1 Sim
OP_P_PAS	Paraguai passou em outro país de outro continente?	49 Não	1 Sim
OP_P_TRAB	Paraguai trabalhou em outro país de outro continente?	50 Não	1 Sim
OP_P_EST	Paraguai estudou em outro país de outro continente?	51 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	52 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	53 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	54 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	55 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	56 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	57 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	58 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	59 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	60 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	61 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	62 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	63 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	64 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	65 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	66 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	67 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	68 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	69 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	70 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	71 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	72 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	73 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	74 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	75 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	76 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	77 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	78 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	79 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	80 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	81 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	82 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	83 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	84 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	85 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	86 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	87 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	88 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	89 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	90 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	91 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	92 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	93 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	94 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	95 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	96 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	97 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	98 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	99 Não	1 Sim
OP_NUNC	Nunca esteve em outro país de outro continente?	100 Não	1 Sim

ANEXO 1	DESCRICO DA VARIÁVEL	LABEL S/ CATEGORIAS
C17	Qual a primeira palavra que vem à sua cabeça quando eu digo 'juventude'?	
		1 Capacidade de desenvolver-se
		2 Alegria
		3 Responsabilidade
		4 Resiliência
		5 Discórdia
		6 Futuro
		7 Liberdade/ Independência
		8 Amor/ Adesão
		9 Saúde
		10 Esperança
		11 Confiar a vida/ Confio
		12 Amizade
		13 Votar a ser criança
		14 Esperança
		15 Estudo
		16 Festas
		17 Modernidade
		18 O começo da vida/ Recomeço da vida
		19 Diversão
		20 Desprezo
		21 Esperança
		22 Amor e família
		23 Lazer e hobbies
		24 Vida
		25 Desprezo
		26 Paz
		27 Perda
		28 Desprezo
		29 Sufoco
		30 Corrupto
		31 Novo
		32 Preparação
		33 Bem-estar
		34 Bem-estar
		35 Estímulo
		36 Desprezo e amor
		37 Falta de experiência
		38 Desconforto
		39 Violência
		40 Aventura
		41 Drogas
		42 Energia
		43 Saudade
		44 Não se importar com nada
		45 Respeito
		46 Oca da verdade
		47 Luz
		48 Racional
		49 Falta de responsabilidade/ Irresponsabilidade
		50 Lazer
		51 Ter oportunidades
		52 Liberdade de expressão
		53 União e diversidade
		54 Força
		55 Educação
		56 Falta de Deus
		57 Impulsividade
		58 Desprezo
		59 Casa
		60 Casa
		61 Criança
		62 Desamor
		63 Falta de perspectivas
		64 Ousadia
		65 Crescimento
		66 Ser amado
		67 Pessoa maior de idade
		68 Falta de opção/opportunidade
		69 Cabeça vazia

VARIÁVEL	DESCRICO DA VARIÁVEL	LABEL S/ CATEGORIAS
	Conflituoso	
		70 Violência e drogas
		71 Locus
		72 Aço
		73 Mudança
		74 Meio-termo
		75 Meio-termo
		76 Prossidade
		77 Trabalho
		78 Inatidade
		79 Agir sem pensar
		80 Meus meios
		81 Preconceito
		82 Aprendizado
		83 Busca de espaço na sociedade
		84 Sentir
		85 Amor
		86 Amar a vida
		87 Conhecimento
		88 Chamado
		89 Maudade
		90 Sofrimento
		91 Falta de respeito
		92 Progreir
		93 Procurar o melhor
		94 Tendo o que
		95 Desespero
		96 Difer
		97 Difer
		98 Alerte
		99 Alerte
		100 Viver bem
		101 Juventude agoniada
		102 Esperança do Brasil
		103 Preservação
		104 Desqualidade
		105 Renascimento
		106 Amor
		107 Esperança
		108 Esperança
		109 Matar
		110 Matar
		111 Ser
		112 Problema
		113 Família
		114 Participação na comunidade
		115 Consistência
		116 Emprego
		117 Feitas
		118 Escudo
		119 Mulherada
		120 Mulherada
		121 Mulherada
		122 Sem futuro
		123 Maturidade
		124 Bancarota
		125 Perigo
		126 Obediência
		127 Valente
		128 Valente
		129 E bom/ tudo de bom
		130 Conflito
		131 Diversão e desamor
		132 Amor
		133 Inatidade
		134 Falta de compromisso
		135 Fase importante da vida
		136 Desamor
		137 Dias Melhores
		138 Complicado

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL	LABELS / CATEGORIAS
	<i>Continuação</i>	
	139 Meus filhos	
	140 Respeitada	
	141 Mãe	
	142 Caminho certo	
	143 Amante	
	144 Delinquente	
	145 Medo	
	146 Desprezo	
	147 Espetativa	
	148 Espontaneidade	
	149 Inteligência	
	150 Fé	
	151 Eu mesmo(a)	
	152 Realização	
	153 Deveria ter aproveitado mais a minha vida	
	154 Justo	
	155 Primeiro emprego	
	156 Demora	
	157 Pátria	
	158 Mulher/Mulher	
	159 Melhor/Mulher	
	160 Compreensão	
	161 Homossexualidade	
	162 Idéia	
	163 Essencial	
	164 Estilo de vida	
	165 Maravilha	
	166 Promessas	
	167 Pena	
	168 Segurança	
	169 Superação	
	170 Sua melhor	
	171 Criança	
	172 Ladrão	
	173 Justiça	
	174 Aluno	
	175 Presente	
	176 Inocência	
	177 Compreensão	
	178 Caragem	
	179 Adejo	
	180 Dinamismo	
	181 Perseverança	
	182 Sem malícia	
	183 Moral	
	184 Indulgência	
	185 Espírito	
	186 Verbalismo	
	187 Sem controle	
	188 Sedução	
	189 Normal	
	190 Cobrança	
	191 Dependência financeira	
	192 Pedofilia	
	193 Danos do mundo	
	194 Curiosidade	
	195 Reconhecimento	
	196 Unigo	
	197 Pensamentos novos	
	198 Decisão	
	199 Fardo	
	200 Ser idoso	
	201 Encontro	
	202 Qualificação profissional	
	203 Juízo	
	204 Falta de escola	
	205 Transpasso	
	206 Consequência da Vida	
	207 Delemação	
	208 Mulher bonita e inteligente	

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL	LABELS / CATEGORIAS
	<i>Continuação</i>	
	211 Terrorizadora	
	212 Pátria	
	213 Indiferença	
	214 Dofelância	
	215 Eritaque	
	216 Renascimento	
	217 Estar legal	
	218 Desentusiasmo	
	219 Desastre	
	220 Audácia	
	221 Correlação	
	222 Descomentimento	
	223 Sotriver	
	224 Aeria	
	225 Pátria	
	226 Dissasão	
	227 Intelnet	
	228 Amadurecimento antes do tempo	
	229 Uma pessoa que não envelhece espifunamente	
	230 Precupção	
	231 Maloquagem	
	232 Pessoa madura	
	233 Planejamento	
	234 Verotzyplo	
	235 Curioso com responsabilidade	
	236 Correlino	
	237 Pátria	
	238 Cansas boas	
	239 Climaio	
	240 Potencial	
	241 Tmpor objetivos	
	242 M Nenhuma	
	243 M Nho sabe	
	244 M Sem resposta	

ANEXO 2	VARIAVEL	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL	LABELS / CATEGORIAS
	033_1_033_2 e 033_3	Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?	
			1 Bolsa Escola 2 Clube do Tênis 3 Pó-Juiz 4 Juventude Cidadã 5 Pó-Jovem 6 Primeiro Emprego 7 Cód Jovem 8 Projeto ConViver 9 Samar 10 Gratuidade / Passes livre 11 Bolsa Família 12 Bônus-boleto / bônus-de-escola 13 Menor Aprendiz 14 PE11/ PE12 / PE13 15 Programa de Iniciação Científica 16 Cidades das Férias 17 Gêni Usam 18 Bônus Alfabetização 19 EJA - Educação de jovens e adultos 20 Desporto para todos 21 Amigos da escola 22 Esporte a mala naóte 23 Biblioteca em casa 24 Projeto que tira as crianças da rua 25 AABE - Resgateando dos alcoolistas 26 Criança Esperança 27 PROERD 28 Eco Jovem 29 Projeto Saúde 30 Cidadão Mãe 10 31 Taiton 32 Aprendiz Cidadão 33 Pólos Universitários 34 Escola Sem Limite 35 Programa Mão na Roda 36 Programa FAS 37 Salário Escola 38 Oficina de artes culturais 39 Terim 40 Desafio Jovem 41 Casa da Família 42 Mão Amiga 43 Projeto Jovem 44 Emoi 45 Saúde e Prevenção nas Escolas 46 Escola Aberta 47 Fome zero 48 Clube do talento 49 Cursos de Informática 50 ONG - Apoio ao dependente químico 51 Casas de apoio para jovens 52 CID 3 - Centro de Inclusão Digital 53 Passaro não brava 54 Cidade Digital 55 Jovem aprendiz 56 Gêni em Ação 57 Sincronia gerencial/jovens para cursos e estágios 58 Criança Jovem 59 Criança Cidadã 60 CIEE - Estágios 61 Vivo (na família) 62 Mudança Já (Inclusão na educação) 63 Pólo Cermado 64 Sim-Iti - Passagem gratuita ou com desconto 65 FASC - Curso de comput P/ jovens q estão o colégio 66 Projeto pelo esporte e lazer 67 Cidade Escola 68 Cidade Escola

VARIAVEL	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL	LABELS / CATEGORIAS
	Continuando	
		69 Escola da Família 70 Amigos do Bem 71 Casa 72 Jovem Aprendiz/Competências essenciais secundares 73 Pó-Jovem 74 Pó-Jovem Jovem 75 E.S.U 76 Jovens na agricultura 77 Suplente escolar 78 Fundação da Infância e Juventude 79 Asadema Livre 80 Projeto náutico e esporte para todos 81 Cidade dos meninos 82 Arte e Educação 83 Minha rua e meu bairro 84 Prevenção de AIDS e prevenção dos jovens 85 Projeto de inclusão social de jovens 86 Escola de Inovação 87 SE Menina 88 Bolsa de incentivo ao esporte 89 FIES 90 Apoio aos viciados em drogas e álcool 91 Carreira Militar 92 Fazer de Ajudar 93 Via Olímpica 94 PAC / U/PAC 95 Projeto Sim 96 Bolsa Universitária 97 Bolsa de Inovação Social de rua 98 Fomento 99 Projeto Mirim 100 Mapon 101 Casa Limpa 102 Projeto Af o Reggae 103 Casa de anfitriões nas empresas 104 Projeto Quilômetro 105 Projeto sem didado 106 Projeto Reciclar 107 Projeto Reciclar 108 Projeto Reciclar 109 Catavento Social da Juventude 110 Bolsa Alícia 111 Escola Social Infantil 112 Escola Cidadão 113 Projeto Am 114 Samar 115 Projeto de Pimenta 116 Planejamento Familiar 117 Unes 118 Unes 119 Agente Pídipem 120 NEP 121 Casa Brasil 122 Fundação Sasa 123 Projeto Jovem 124 Projeto Jovem 125 Construção de estádio 126 Agente de saúde 127 Programa do Ite 128 Projeto Bemstar - Assist. a crianças tra do herário 129 Curumim 130 Curumim 131 Escola para todos 132 Ação social 133 Apoio a jovens drogadas e com AIDS 134 Integridade dos jovens ao circo 135 Transporte escolar VAI e VOA 136 Renda Cidadã 137 Renda Cidadã 138 Renda Cidadã 139 Projeto Música

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL	LABELS / CATEGORIAS
	continuação	
140	Cineas - Centro de Orlas Verde e Azul	
141	Cineas	
142	Projeto Elvas Fátas	
143	Casa da Cultura	
144	Projeto L&A que estabelece e os estágios nos meses	
145	Projeto Túrnia Cidadã	
146	Projeto Pintando a Cidadania	
147	Projeto Astro	
148	OME - Comissão Municipal de Emprego	
149	Programa de apoio para voltar a escola	
150	Brasil Educar	
151	OS Imobiliários	
152	Semai	
153	Pracelium - Escola de música	
154	Pracelium	
155	Yoga para	
156	Yoga para	
157	Café	
158	Cham	
159	Sedeia	
160	Sectur - Dança, música, teatro	
161	Talocento	
162	Unibanco - Paróquia Governo Estadual	
163	Posto de Saúde para gestantes	
164	Força Juvenil	
165	Força Juvenil	
166	Cultura Fagundes	
167	Esporte São João	
168	Auxílio creche	
169	Auxílio	
170	Auxílio para paz	
171	Seguro	
172	Socinha Praia	
173	Masão Kerno	
174	Eda Chata	
175	Pco. Joaem Urbano	
176	Unipolam	
177	Dança	
178	Escola tempo integral	
179	FAT - Entidade Federal Profissionalizante para	
180	Projeto Seguindo Tempo	
181	Casa recreação	
182	Passar	
187	M Nido conhece nenhum projeto	
188	M Nido Sabre	
189	M Nido Resposta	

ANEXO 3

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL	LABELS / CATEGORIAS
C35_1, C35_2 e C35_3	Que outra medida você acrescentaria, além das atuais anteriormente?	
		1 Melhor fiscalização pública para não os corruptos
		2 Construção de novos hospitais
		3 Melhorar a fiscalização pública para quem não tem condiz
		4 Melhorar a fiscalização pública para quem não tem condiz
		5 Distribuição de cestas básicas para quem não tem condiz
		6 Tomar as leis mais rígidas com relação a criminalidade
		7 Fazer melhor controle a imigração no Brasil
		8 Dar mais atenção para quem não tem casa/ Habitação para a
		9 Ajudar os pobres/empresários mais humildes
		10 Melhorar a Segurança Pública
		11 Melhorar a Política no Brasil
		12 Aumentar o Salário Mínimo
		13 Projeto para acabar com a pobreza
		14 Ajudar com o problema do menor rendimento
		15 Aumentar a pena para os políticos corruptos
		16 Respeitar o direito dos idosos/ Programa de respeito a
		17 Aumentar a fiscalização
		18 Investir na agricultura
		19 Para de moler
		20 Combate a violência
		21 Investir na educação
		22 Liberar o consumo da maconha
		23 Grupo para proteção da criança, para pedofilia e abuso
		24 Grupo para proteção da criança, para pedofilia e abuso
		25 Faculdades públicas
		26 Cursos profissionalizantes gratuitos e estágios para os
		27 Reduzir o número de partidos políticos
		28 Moradia e saúde para a população em geral
		29 Criação de universidades e incentivos aos alunos finais
		30 Etnia no município político
		31 Tratar todos da mesma forma
		32 Tratar a idade escolar para 18 anos
		33 Melhor fiscalização da vida para todos
		34 Melhor fiscalização da vida para todos
		35 Cancelar o voto obrigatório
		36 Reformular o sistema eleitoral
		37 Melhorar a energia para produção
		38 Mudança no poder legislativo
		39 Diminuir a idade penal
		40 Incentivo ao esporte Juvenil/Centros esportivos
		41 Melhorar o programa de saúde para a população
		42 Melhor treinamento da Polícia para lidar com os jovens
		43 Melhorar a estrutura física das escolas
		44 Acompanhamento familiar durante o período escolar do
		45 Inquérito Social / Combater desigualdades sociais
		46 Melhorar o atendimento nos hospitais
		47 Criar mais escolas
		48 Mais atenção para os jovens na área da saúde
		49 Criar mais hospitais
		50 Aumento da fiscalização partidária
		51 Cobrança imposta dos infratores
		52 Diminuir o veto do legislativo
		53 Programa de apoio à infância
		54 Poder judicial ser mais rápido no julgamento
		55 Melhorar as estradas no Brasil
		56 Medidas que facilitem para o jovem estudar e
		57 Poder trabalhar com menos idade
		58 Diminuir o preço dos produtos
		59 Mais acesso à internet
		60 Cotas de vagas nas universidades para pessoas
		61 Programas de bolsas para Brindades/Bolsas de
		62 Ajudar todos os jovens
		63 Ajudar todos os jovens
		64 Dar o salário mínimo para cada jovem
		65 Aumentar a aposentadoria
		66 Programa de integração dos jovens na política
		67 Diminuir os salários dos políticos
		68 Investir no salário dos professores

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL	LABELS / CATEGORIAS
	Continuação	
		69 Continuação de projetos de saúde
		70 Ciber cursos públicos de período integral
		71 Aumento o valor da bolsa família
		72 Programa de ajuda ao jovem usuário de drogas
		73 Controle da natalidade
		74 Programa de respeito aos direitos humanos
		76 Melhoria da situação econômica
		77 Programa para jovens criminosos
		78 Redução da maior idade (VJE)
		79 Acolheria com o Bósis Família
		80 Construção Clínicas para lazer
		81 Contratação mais médicos para os hospitais
		82 Programa de saúde para os idosos
		83 Redução da jornada de trabalho com aumento salarial
		84 Menos impostos
		85 Não deixem ninguém pedir esmola
		86 Mulheres na construção
		87 Aumentar salários dos funcionários públicos
		88 Apoio à cultura
		89 Projeto de apoio à arte e cultura
		90 Campanha contra a discriminação racial
		91 Incentivo a pesquisas científicas
		92 Melhorar atendimento básico da população carente
		93 Melhorar o atendimento das ruas
		94 Redução do número de parlamentares
		95 Instituto adequado para atender deficientes
		96 Apoio para o jovem montar sua própria empresa
		97 Qualificação das pequenas empresas
		98 Não há medicamentos gratuitos para idosos e
		99 Melhorar a urbanização nas cidades pequenas
		100 Dar mais informações sobre gravidez na adolescência
		101 Visitar meninos
		102 Releituração dos jovens, aproxima à busca espiritual
		103 Melhor ensino às comunidades indígenas
		104 Criação de repouso para idosos
		105 Treinar crianças para ruas
		106 Resocializar todos os presos do país
		107 Fazer sempre o melhor no Brasil
		108 Ter mais escolas em favelas
		109 Disponibilizar rapidamente cursos profissionaliz
		110 Dinheiro e saúde pública gratuita
		111 Plano de ascensão profissional
		112 Mudança o Código Penal Brasileiro
		113 Educação de trânsito nas escolas
		114 Transporte gratuito para ir à escola
		115 Transporte gratuito para ir à escola
		116 Que as pessoas que não contribuem devam ler direi
		117 Qualidade nos serviços públicos
		118 Mulher o código de trânsito
		119 Qualificar os jovens para a conquista de um bom emp
		120 Informação sobre drogas nas escolas
		121 Informação sobre sexo nas escolas
		122 Otimizar recursos através da melhoria contínua dos
		123 Aumentar o número de vagas nas creches
		124 Votos de reconhecimento aos senilistas
		125 Mais escolas de trabalho para quem está desempregado
		126 Melhorar o ensino de matemática nas escolas
		127 Fazer mais campanhas para conscientizar no Congresso
		128 Prática de esportes aos idosos
		129 Incentivo à leitura
		130 Programa de qualificação de mão de obra
		131 Política voltada aos pais dos jovens
		132 informatização para todos
		133 Apenas um mandato de 4 anos para presidência
		134 Induzir o jovem a permanecer na escola
		135 Apoio e assistência social à família
		136 Aula de outras línguas desde o pré-primário
		137 Mais refeições nas escolas
		138 Vestibular gratuito

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL	LABELS / CATEGORIAS
	Continuação	
		139 Cidadania do meio ambiente
		140 Garantir os direitos dos Jovens
		141 Projeto de proteção ao animal de rua
		142 Segurança e Proteção da Amazônia
		144 Incentivo ao trabalho técnico
		145 Projeto de vagas para negros e índios
		146 Pesquisa psicológica para jovens problemáticos
		147 Entusiasmo o jovem a plantar e dar valor à sua terra
		148 Melhorar a relação entre professores e alunos
		149 Resignificar os meios de comunicação
		150 Incluir os assilados no salário e tribas
		151 Luta por melhores condições
		152 Ciber creches para idosos
		153 Educação Religiosa nas escolas
		154 Pagamento da Dívida Externa
		155 Melhorar o transporte para Deficientes/ Transport
		156 Chile, uma lei contra preconceitos
		157 Salário maiores para os policiais
		158 Condição melhor para os Professores
		159 Excluir as prisões com sentenças mais severas
		160 Reforma Tributária
		161 Reforma eleitoral, acabar com a reeleição
		162 ONGs voltadas para jovens devalar sobre suas vidas
		163 Sentença na justiça brasileira
		164 Medidas sobre as águas no planeta
		165 Colocar responsável em pessoas
		166 Pais e filhos se respeitam mais
		167 Programa de redistribuição
		168 Fazer do comércio em mercados de longo prazo e
		169 Mais benefícios para as mulheres
		170 Abrir espaço para os jovens se expressarem
		171 Coletar os presos para trabalhar
		172 Que a população tivesse acesso ao Presidente
		173 Medidas claras para mostrar como está sendo gasto o
		174 Melhorar a qualidade de atendimento dos estudantes
		175 Banhar alimentado
		176 Mulheres nas ruas para os jovens
		177 Mudanças para incentivar os jovens a estudar
		178 Reforma Judicial
		179 Acolheria os Sem Terra
		180 Projeto habitacional com prestações mais baixas
		181 Distribuição de renda
		182 Programa de apoio para as crianças voltarem para a
		183 Projeto para os pais de alunos de baixa renda
		184 Ordem no Poder Público
		185 Mais de fazer nos bancos (parques)
		186 Melhorar o ensino de matemática nas escolas
		187 Educar com ética
		188 N. Nemhum
		189 M. Não sabe
		190 M. Sem resposta